



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANGÉLICA LIMA MELO

ENTRE “SANTA QUITÉRIA VELHA” E “SANTA QUITÉRIA NOVA”: uma
compreensão sociológica do lugar das águas na história de uma pequena cidade
maranhense

Imperatriz (MA)

2022

ANGÉLICA LIMA MELO

ENTRE “SANTA QUITÉRIA VELHA” E “SANTA QUITÉRIA NOVA”: uma
compreensão sociológica do lugar das águas na história de uma pequena cidade
maranhense

Dissertação de mestrado apresentada
junto ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, do Centro de Ciências
Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da
Universidade Federal do Maranhão
(UFMA) como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Clodomir Cordeiro
de Matos Júnior.

Imperatriz (MA)

2022

Melo, Angélica Lima.

ENTRE SANTA QUITÉRIA VELHA E SANTA QUITÉRIA NOVA: : uma compreensão sociológica do lugar das águas na história de uma pequena cidade maranhense / Angélica Lima Melo. - 2022.

109 p.

Orientador(a): Clodomir Cordeiro de Matos Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

1. Águas. 2. Cidades. 3. Desenvolvimento. 4. Rio Parnaíba. 5. Santa Quitéria. I. Cordeiro de Matos Júnior, Clodomir. II. Título.

ANGÉLICA LIMA MELO

ENTRE “SANTA QUITÉRIA VELHA” E “SANTA QUITÉRIA NOVA”: uma
compreensão sociológica do lugar das águas na história de uma pequena cidade
maranhense

Dissertação de mestrado apresentada
junto ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, do Centro de Ciências
Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da
Universidade Federal do Maranhão
(UFMA) como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Aprovada em: 31/10/2022

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior (Orientador)

Doutor em Sociologia

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição (Membro Interno)

Doutorado em Ciências Sociais

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Tatiana Colasante (Membro Externo)

Doutora em Geografia

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Eu dedico essa pesquisa aos
meus pais, irmãos, marido e
amigos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir vivenciar esse lindo momento.

A minha eterna vovó Antônia, por ter sido sempre a representação de força para mim.

Aos meus amados pais, por nunca soltarem minha mão.

Ao meu amado esposo, por estar sempre disposto a ver meus sorrisos e sonhos realizados.

Aos meus amados irmãos, por todo amor.

Aos meus tios e tias, especialmente minha querida tia Misa, uma das mães que Deus me deu.

Aos meus sobrinhos, Isabela, Isadora, Laurinha, Robert, Yuri e Ísis, por tornarem meu mundo mais leve e doce.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), pois partilhamos muitos momentos juntos, especialmente a Ana Paula, por ter sido companheira e por dividir comigo os momentos felizes e tristes dessa jornada.

Agradeço ao Geremias Lima, por me permitir vivenciar a experiência do mestrado com mais leveza, por acreditar em mim, ouvindo sempre que necessário o que eu tinha a dizer. No mestrado fui agraciada com a amizade sincera do Geremias que sempre foi atencioso, solícito e soube cultivar boas e calorosas conversas sobre a vida acadêmica.

Ao Gustavo, pela amizade fraternal e por me motivar sempre que eu estava desanimada, permitindo-me compreender a experiência do mestrado como uma forma de crescimento pessoal, social e emocional. Obrigada Gustavo e Geremias, sem vocês teria sido ainda mais espinhosa a caminhada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Maciel Cover, Wellington Conceição, Emilene, Vanda Pantoja, Marcelo Carneiro, Jesus Marmanillo, Rogério Veras e Amanda Gomes. A todos e todas minha gratidão.

Aos meus amigos Isa, Gisele e Ronilson, por serem abrigo e consolo nos dias em que o mundo parece “cinza”. Ronilson, meu amigo, você sempre foi uma inspiração para mim. Você acreditou em mim, disse que eu conseguiria: sim, Roni, consegui!

Agradeço in memoriam a Keli Viana, a menina que me fez acreditar que ser moradora de uma cidade pequena não limitava a grandiosidade do meu sonho.

Agradeço a amizade, companheirismo e parceria da professora Amanda Gomes, você sempre esteve ao meu lado, sonhou comigo, confiou em mim, torceu por mim, sou grata a você.

Agradeço as mensagens de apoio e de amizade das queridas Edineia e Girlene.

Ao meu querido professor Rafael Massuia, por acreditar que os sonhos de uma jovem de cidade pequena se tornariam reais, você faz parte dessa conquista.

Aos meus interlocutores, por compartilharem seu tempo, histórias e narrativas comigo.

Ao seu Maramaldo e Enédio, por toda sua gentileza para comigo.

Agradeço ao meu orientador professor Clodomir Cordeiro, por toda dedicação e atenção para comigo ao longo desses dois anos.

Agradeço à banca, formada pelo professor Wellington Silva e pela professora Tatiana Colasante, por suas riquíssimas colocações, ponderações e críticas construtivas ao meu trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender as narrativas dos moradores de Santa Quitéria do Maranhão acerca do lugar das águas na formação da cidade e experiências identitárias, econômicas e culturais desse pequeno município da região do Baixo Parnaíba Maranhense, Maranhão. Por meio de um estudo bibliográfico e etapas de pesquisa de campo o trabalho pretende colocar em tela o lugar social ocupado pelas águas na composição das cidades maranhenses, seus processos de deslocamentos e questões públicas contemporâneas. Nessa perspectiva, a pesquisa busca entender como os processos de desenvolvimento econômicos, políticos e sociais alteram de maneira significativa as pequenas cidades brasileiras e como os moradores desses contextos representam e descrevem suas interfaces com as águas que permeiam sua história e modos de vida. Nesse percurso investigativo, a pesquisa qualitativa, realizada por meio da aplicação de entrevistas com moradores da primeira sede administrativa, a análise de documentos e a produção de um acervo fotográfico nos auxiliaram na investigação do problema da pesquisa, apontando múltiplas luzes sobre o objeto de estudo. Privilegiando uma abordagem sociológica acerca das cidades ribeirinhas, narrativas sobre modernidade e desenvolvimento se conectam às águas municipais, estimulando uma série de conflitos em torno das condutas morais e recursos naturais que conformam as dinâmicas contemporâneas das pequenas cidades maranhenses. Constatamos na pesquisa que os moradores de pequenas cidades como Santa Quitéria experimentam ciclicamente o movimento das águas sob diversas maneiras, associando-se a migração, aos deslocamentos internos dentro do tecido urbano, bem como as disputas pela água frente a instalação da modernização agrícola que chega as áreas verdes desses municípios.

Palavras-chave: Cidades; Santa Quitéria; Águas; Rio Parnaíba; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work aims to understand the narratives of residents of Santa Quitéria do Maranhão about the place of water in the formation of the city and identity, economic and cultural experiences of this small municipality in the region of Baixo Parnaíba Maranhense, Maranhão. Through a bibliographical study and field research stages, the work intends to put on screen the social place occupied by water in the composition of Maranhão cities, their displacement processes and contemporary public issues. In this perspective, the research seeks to understand how economic, political and social development processes significantly alter small Brazilian cities and how residents of these contexts represent and describe their interfaces with the waters that permeate their history and ways of life. In this investigative path, the qualitative research, carried out through the application of interviews with residents of the first administrative headquarters, the analysis of documents and the production of a photographic collection helped us in the investigation of the research problem, pointing out multiple lights on the object of study. Privileging a sociological approach to riverside cities, narratives about modernity and development are connected to municipal waters, stimulating a series of conflicts around moral conduct and natural resources that shape the contemporary dynamics of small towns in Maranhão. We found in the research that the residents of small towns like Santa Quitéria cyclically experience the movement of water in different ways, associating it with migration, internal displacements within the urban fabric, as well as disputes over water in the face of the installation of agricultural modernization that arrives the green areas of these municipalities.

Keywords: Cities; Santa Quitéria; Waters; Parnaíba River; Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Frentes de ocupação no Maranhão.....	30
Figura 2 – Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense.....	34
Figura 3 – Residência dos descendentes dos primeiros colonizadores brancos de Santa Quitéria	40
Figura 4 – Tabela da produção agrícola da cidade de Brejo para 1862.....	45
Figura 5 – Imagem de uma camboa	47
Figura 6 – Casas de Santa Quitéria Velha	49
Figura 7 – Antigo Centro Cultural de Santa Quitéria do Maranhão	50
Figura 8 – Ruínas do Mercado Público municipal de Santa Quitéria Velha.....	51
Figura 9 – Prédio da antiga Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão	52
Figura 10 – Registro das embarcações que circulavam pelo Rio Parnaíba	54
Figura 11 – Atual pequeno porto de navegação de Santa Quitéria Velha	55
Figura 12 – Imagem da Barragem de Boa Esperança no estado do Piauí.	61
Figura 13 – Imagem da “grande cheia” de 1980.....	63
Figura 14 – Imagem das cheias ocorridas em Santa Quitéria Velha no ano de 2004....	64
Figura 15 – Mata de Eucalipto em Santa Quitéria do Maranhão.....	77
Figura 16 – Imagem dos caminhos atravessados pelo plantio de soja no Baixo Parnaíba.	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Estrutura da dissertação	18
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
2.1 Interlocutores da pesquisa	22
 CAPÍTULO 1 – TRAÇOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE	 24
3.1 Colonização, povoamento e ocupação do território maranhense	24
3.2 Os rios como caminhos para a ocupação do território maranhense	28
3.3 Entre indígenas, quilombolas e migrantes: traços da ocupação humana no Baixo Parnaíba Maranhense	33
 CAPÍTULO 2 – SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO: MEMÓRIAS E CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO	 38
4.1 De Vila Bacuri à Santa Quitéria: o rio, suas populações e a formação política do município	39
4.2 Espaços e memórias em Santa Quitéria Velha: lembranças das camboas, dos prédios e do porto da velha cidade	46
 CAPÍTULO 3 – ENTRE SANTA QUITÉRIA “VELHA” E SANTA QUITÉIRA NOVA: da beira do rio às margens da estrada	 56
5.1 Santa Quitéria, o rio e os destinos de uma <i>cidade-beira</i>	56
5.2 Rio Parnaíba, memórias, cheias e deslocamentos	60
5.3 Heranças de um arranjo político tradicional: uma “nova política” para uma “nova cidade”?	66
 CAPÍTULO 4 – MODERNIZAÇÃO DO CAMPO, DESENVOLVIMENTO, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS EM TORNO DA ÁGUA EM SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	 71
6.1 Projetos de desenvolvimento, monoculturas e conflitos no Baixo Parnaíba Maranhense	71

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO SOBRE MUDANÇA DA SEDE	97
ANEXO A - JORNAL DO ESTADO DO MARANHÃO	99
ANEXO B - COMUNICADO DE MUDANÇA DA SEDE ADMINISTRATIVA	100
ANEXO C - DOCUMENTO ONDE CONTÉM A LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA	101
ANEXO D - DOCUMENTO QUE ACESSEI NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO MARANHÃO	102
ANEXO E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	103
ANEXO F – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	105
ANEXO G - REQUERIMENTO DE ACESSO A CÓPIA INTEGRAL DO PROCESSO nº 0000246-73.2006.8.10.0117 – USUCAPIÃO JUDICIAL – FAZENDA ARAÇÁ.....	108
ANEXO H - REQUERIMENTO DE ACESSO AO LIVRO II	109

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é resultado da minha caminhada acadêmica na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O meu envolvimento com o tema resulta da minha condição de moradora de uma pequena cidade que viveu momentos de tensão diante das enchentes que recorrentemente mudam a paisagem das margens do Rio Parnaíba. Nessas ocasiões meus pais eram forçados a se deslocar das terras onde morávamos e rumar para a sede de Santa Quitéria “Nova”, avisando que “Vamos ter que ir para o Bacuri esse ano!”. Essa reiterada frase camuflava o fato de nossa família não conseguir se manter em nossa casa devido as águas que cobriam a fazenda, as flores e o chão que pisávamos. No período das “grandes cheias” nunca sabíamos se voltaríamos à nossa casa, tendo em vista que meus pais sempre afirmavam que o rio poderia “tomar conta de tudo”. Essas memórias associadas à minha identidade de ribeirinha, filha de um pequeno agricultor e moradora de uma das pequenas cidades que integram os 217 municípios maranhenses, ficou adormecida até o ingresso no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da referida instituição, momento em que fui instigada a realizar uma pesquisa sobre as águas da cidade de Santa Quitéria do Maranhão.

No curso, o estudo sociológico das/nas cidades mostrou-se fundamental para percebermos as marcas dos processos de globalização, industrialização e divisão social que formam e atravessam seus espaços, revelando horizontes que estreitam e expandem os limites dos contextos citadinos. Como objeto analítico privilegiado da análise sociológica, desde os escritos dos autores considerados clássicos na Sociologia (WEBER, 2009; SIMMEL, 2005), a cidade, em algumas interpretações, é apresentada por meio de suas relações históricas, sociais, materiais e subjetivas associadas ao fenômeno da transição de um modo de produção feudal a um arranjo capitalista (MARX; ENGELS, 2005). Sob esse prisma, as relações sociais ditas urbanas ganham destaque ao evidenciar um processo de desvencilhamento de regras, moralidades e valores historicamente associados à uma figuração onde a cidade parecia ocupar um “segundo plano”.

Sob a influência da Sociologia alemã (MARX; ENGELS, 2005; WEBER, 2009; SIMMEL, 2005) e com uma perspectiva de intervenção empírica, os contextos urbanos passaram a ser estudados sistematicamente nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX pelos estudiosos da chamada *Escola de Chicago*. Conhecer as metrópoles, seus processos migratórios, problemas habitacionais, dinâmicas de segregação, questões trabalhistas, conflitos

e violências, destacam-se como temas para esses teóricos que privilegiavam as cidades, seus sujeitos e dinâmicas como objeto de estudo na virada do século passado (COULON, 1996)¹.

Inserindo-se na tradição sociológica de estudos sobre os contextos citadinos, as transformações pelas quais passam as cidades brasileiras, especialmente as do interior do Maranhão, podem ser associadas a processos que buscam, ao menos no discurso, integrar essas regiões do país às dinâmicas da economia nacional e global. A expansão das chamadas “fronteiras agrícolas” associada à construção de uma série de equipamentos de infraestrutura no estado desde a década de 1970², estimularam a emergência de uma lógica onde o presente e o futuro, o qual se almeja através de um possível desenvolvimento dessas regiões, parece nos apressar rumo um caminho onde só ele importa.

Frente a uma série de fenômenos de mudanças e permanências que incidem diretamente sobre a dinâmica das cidades, os pequenos municípios do Nordeste brasileiro experimentam ciclicamente promessas que envolvem projetos nacionais, estaduais e municipais de urbanização e modernização dessa região do país. Em meio a essas experiências heterogêneas, pensar a realidade histórica e social de Santa Quitéria do Maranhão requer não apenas o despertar da “imaginação sociológica” (MILLS, 1969), capaz de conectar estrutura e biografia, e o “estranhamento do familiar” de uma pesquisadora-nativa (VELHO, 2009), pois envolve a tentativa de compreensão de espaços, dinâmicas e sujeitos que tecem em relação com águas as tramas e as formas das pequenas cidades do interior maranhense.

A história de Santa Quitéria, como tantos outros municípios do Maranhão, é atravessada por diversos processos e momentos de ocupação territorial, os quais envolvem a presença de grupos indígenas; a instalação de ribeirinhos às margens das terras férteis; a ocupação tradicional de terras devolutas por quilombolas; a migração de contingentes populacionais de outros estados que fugiam das intempéries das secas que ciclicamente assolavam a região Nordeste do país; e, mais recentemente, a penetração de sujeitos ligados a

¹ Para Lefebvre (2001), influenciado pelo materialismo histórico e dialético, a compreensão sociológica dos teóricos da Escola de Chicago acerca das cidades não poderia ser viável sem a análise de sua dimensão material, que agiria como uma espécie de indutor, e do urbano como substrato ideológico, uma condição mental estimulante e dependente do capital.

² O Estado brasileiro destaca-se como um dos principais atores na construção de projetos de desenvolvimento no Brasil durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985). Entre os programas que emergem nesse período podemos destacar: o Programa para Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) que investiu em atividades de médios e grandes produtores através da distribuição de empréstimos, estendendo-se de 1975 a 1982; o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), lançado em 1974 afim de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia; e, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), executado em áreas de cerrado como estratégia para o desenvolvimento da agricultura graneleira em bases empresariais.

expansão das novas fronteiras agrícolas no Brasil. Importante fonte de recursos naturais, lugar de recreação para inúmeras gerações e decisiva via de circulação de pessoas e mercadorias desde o século XVII, as águas do Rio Parnaíba são marcas indeléveis da vida e formação sociocultural dos moradores do Baixo Parnaíba Maranhense ao garantir a reprodução social, física e lúdica de pequenos agricultores, extrativistas e pescadores do Maranhão.

Como parte de um eixo de uma “linha de condução” que envolve o Rio e seus caminhos, a cidade de Santa Quitéria do Maranhão tem o início de sua história articulada a um porto construído em 1886 pelos irmãos Marcelino e Alexandre Francisco Rodrigues (IBGE)³ nas margens do “grande rio”. Emergindo nesse momento como um dos elementos essenciais para o processo histórico de ocupação e povoamento de Santa Quitéria, o “rio também castiga” em seus ciclos de cheias, estimulado décadas após a fundação da cidade sua transposição para as terras mais altas da região. Nesse arranjo nos anos 1970, “[...] devido as condições de terrenos baixos em que está situada, continuamente é alagada pelas cheias do rio em épocas de chuva. Assim, as enchentes se tornaram célebres e o povo não esquece as de 1924, 64 e 74.” (LIMA, s/d, p. 9). A memória da fatura das águas das cheias, que na década de 1970 tornaram necessárias o deslocamento da sede administrativa e seus moradores, ganha um novo sentido com a penetração de grandes plantações de soja e eucalipto na cidade, deslocando-se para um presente onde a água é problematizada como um recurso perene essencial à vida e dinâmicas de Santa Quitéria.

Diante desse lugar dinâmico que envolve ao longo da história as águas de Santa Quitéria do Maranhão o enquadramento teórico da pesquisa se encontra ancorado as reflexões e debates teóricos acerca das *pequenas cidades* (LACERDA 2016; BLANC, 2017; PRADO, 1995). As investigações das cidades por meio de seus grandes centros e metrópoles foram consolidadas no âmbito das Ciências Sociais, especialmente nos campos da Sociologia e da Antropologia, desvelando a emergência de uma área de estudo voltada para a compreensão dos fenômenos que envolvem o ambiente urbano, seus sujeitos e dinâmicas. Esse movimento foi reflexo da Modernidade e do estabelecimento das novas relações de produção, progressivo processo de mecanização, o esvaziamento do campo e o “inchaço” das cidades, colocando em tela o advento da economia monetária. Engels(2003) explica que a cidade se tornou alvo das análises sociológicas, inicialmente, a partir das questões relacionadas à habitação.

Max Weber também deu contribuições para os estudos das cidades no campo da Sociologia, sobretudo no que diz respeito a formação histórica das cidades ocidentais, isto a

³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/santa-quiteria-do-maranhao/historico>. Acesso em: 01 maio 2020.

partir das dimensões econômicas e político-administrativas das cidades antigas e medievais, na perspectiva de favorecer a compreensão das cidades modernas (OLIVEN, 2010; RAMMSTEDT; DAHME, 2005).

Outrossim, prossegue-se destacando que desde as contribuições dos estudos de Simmel (2007) sobre os dilemas que envolvem a acomodação da vida mental e social nesses contextos, da análise tipológica weberiana sobre as feições das cidades que florescem com o desenvolvimento do capital e dos problemas sociais das metrópoles industriais revelados pelas análises de Engels (2003) as cidades e seus dilemas se tornaram objetos privilegiados das reflexões dos analistas sociais. Em síntese, as abordagens acerca da cidade, tanto na ótica Weber quanto de Simmel, embora cada um à sua maneira, ambos nos conduzem à uma compreensão da dicotomia que permeia o campo e a cidade, a centralidade da riqueza, bem como o surgimento de novos tipos sociais, além das inflexões acerca da liberdade.

Nesse sentido, quando se observa a realidade da formação das cidades no Brasil, em particular o Nordeste, há registros de emancipação de vários municípios com menos de 20.000 mil habitantes na última década do século XX. Pontua-se que as cidades emancipadas apresentavam características muito distintas, além de evidenciarem formas e funções distintas dentro do arranjo urbano (BURNETT *et al.*, 2016).

Nessa perspectiva, as cidades pequenas não se encontram isoladas dos processos de globalização e das complexidades envoltas à rede urbana, mas, por outro lado, são parte dela. (DAMIANI, 2006; CORREA, 2004). Esse assunto é discutido por Fresca (2009), a qual sugere que as pesquisas sobre cidade pequena voltem seu olhar a rede urbana, para além disso pondera que o próprio adjetivo pequeno, pode em sua interpretação, incorrer em uma generalização que não se atente as especificidades que as cidades apresentam.

Seguindo essa linha interpretativa, Maia (2010) destaca que: “[...] ao se adjetivar o substantivo cidade com a palavra “média” e/ou “pequena” faz-se menção ao tamanho da cidade que, por sua vez, conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas. Cidade pequena se contraporia à cidade grande [...]” (MAIA, 2010, p. 18). Contudo, essa discussão não leva em consideração os arranjos formados dentro dessa malha urbana, bem como não se refere às experiências modernas que se conectam e perpassam essas cidades.

No contexto que envolve o crescimento de pequenos municípios, existe uma forte conotação argumentativa de que eles precisavam ser melhor assistidos “[...] com o argumento preponderante de que tais povoados não recebiam o merecido atendimento do poder executivo, as novas sedes transformaram abruptamente espaços rurais em áreas urbanas [...]” (BURNETT *et al.*, 2016, p. 19) e, também, conseguirem recursos e repasses federais.

Pensando no Estado do Maranhão, destaca-se que as cidades pequenas correspondem numericamente a 62, 67%, dando atenção aos municípios com 20 mil habitantes a autora menciona que eles representam 25,85%, se tratando das cidades com menos de 20 mil habitantes o número de habitantes dá um salto para 83, 86%. O Maranhão apresentou um crescimento urbano significativo durante o século XX, superando o crescimento de alguns outros estados nordestinos (BURNETT *et al.*, 2016, p. 26).

Os dados da pesquisa de Burnett *et al.* (2016) revelam que no estado do Maranhão poucas são as cidades consideradas intermediárias, a maior parte do percentual de municípios do território maranhense tem feições e dinâmicas que apresentam traços de ruralidade, apresentando problemas relacionados ao funcionamento da vida urbana, bem como do desenvolvimento econômico social e cultural. Burnett *et al.* (2016) apontam, também, que a distância dos centros maiores como São Luís acarreta pouco dinamismo dentro do território maranhense, as cidades menores, segundo o autor supracitado, passam por fragilidades que as colocam na dependência de centros maiores e/ou de suas regionais.

Pensando nas conexões que perpassam as cidades pequenas Soares e Melo (2009, p. 241) enfatizam:

[...] que, a depender da situação geográfica da cidade, da dinâmica econômica da região em que se localiza e das atividades produtivas do município, são encontradas realidades diferenciadas em relação à inserção na globalização. Assim, nas pequenas cidades cujos entornos rurais desenvolvem a agricultura modernizada, observa-se o acesso aos produtos e insumos utilizados em nível mundial, bem como uma vinculação direta às diretrizes da economia global, por exemplo, pela submissão à variação dos preços dos produtos cotados pelos mercados mundiais ou pela orientação externa da produção local (predomínio de produtos para a exportação).

Conectado aos projetos modernizadores do período ditatorial, o Maranhão passa a se articular no sistema de conexões de estradas, portos e rodovias, as quais, por sua vez, corroboram para que as engrenagens urbanas e industriais se conectem e dinamizem seus espaços. Pontua-se que esse processo modificou a geografia do Norte e Nordeste brasileiros alterando, refazendo e contornando novas formas de incorporação do capital a essas áreas (SOARES; MELO, 2009).

De um modo geral, as cidades pequenas são atingidas e integradas as novas demandas do mercado, ao mesmo tempo, essas conexões, aos moldes do moderno e da globalização mecanizada tende a promover uma logística capaz de alterar e reconfigurar os espaços e os locais por onde atravessa (SOARES; MELO, 2009).

Braga (2018) destaca que o aparecimento de inúmeras cidades pequenas está associado a “descentralização econômica”, esta, por sua vez, calcada numa ampliação de

inúmeras cidades médias e pequenas que assumem múltiplos papéis, funções e feições no processo de urbanização brasileira.

Nesse contexto, multiplica-se pelo território nacional a criação de pequenas cidades, que, ora se apresentam como centros de importância local, dada as condições regionais de interligação com a economia nacional e o desenvolvimento de atividades produtivas específicas; ora como localidades sem centralidade, que possuem papel urbano pouco expressivo e cuja infraestrutura é precária, ou ainda muitas outras que surgiram possibilidades pela legislação que rege a criação de municípios e cidades no país. Sobre o surgimento dessas últimas, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, institui-se no país um novo modelo de estrutura federativa, que proporcionou aos entes municipais um grau de emancipação e autonomia, raramente encontrada em outros países. O município é elevado à categoria de ente federativo e passa a gozar de autonomia política, administrativa e fiscal. (BRAGA, 2018, p. 76-77).

Para Damiani (2006), as cidades são atingidas pelas tecnologias, pelas modificações associadas ao capitalismo/ industrialização que se diferenciam e assumem formatos diversos por onde atravessa, as diferenças em relação as cidades pequenas são demarcadas pelos tempos variados que polarizando-se face as múltiplas formas de produzir, nessa perspectiva “[...] o processo do capital põe as diferenças temporais e espaciais: formas pré-capitalistas de produção ou não capitalistas o tempo todo são reproduzidas, simultaneamente, ao modo de produzir especificamente capitalista [...]” (DAMIANI, 2006, p. 137). Damiani (2006), aproximando-se do materialismo histórico e dialético propõe que os pesquisadores que estejam atentos aos principais efeitos do capitalismo/globalização sobre as cidades pequenas.

Nesse caso, a análise não é a da existência de descompasso entre o que é mais ou menos moderno. Assim se desdobra a questão das pequenas cidades: se são a face menos moderna do processo modernizador; a análise é a da simultaneidade dos processos implicados, enquanto as temporalidades e espacialidades diversas são tidas como inerentes, sendo que as grandes cidades concentrariam os elementos dinamizadores e/ou, a rigor, não se pode falar da existência do mais ou menos inserido numa dinâmica econômico-social, que se realiza de modo diferencial. (DAMIANI, 2006, p. 137).

Nessa perspectiva, a compreensão do lugar da cidade pequena como espaço marcado por condicionantes advindos de contextos mais amplos, ou seja, do processo de globalização que diferenciam as cidades, apresentam contradições que se manifestam de múltiplas “formas”. Nessa linha argumentativa, Santos (2012) nos ajuda a pensar nas variáveis que alimentam movimentos e mudanças, conectando as pequenas cidades a contextos urbanos maiores. As pequenas cidades maranhenses emergem articuladas a um cenário nacional e políticas de urbanização, pois “[...] o processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. E essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades [...]” (DAMIANI, 2006, p. 145).

Nesse cenário interpretativo, quando se observa o caráter complexo da natureza das cidades pequenas, na qual questões econômicas, debates políticos e planejamento urbano incidem diretamente sobre a formação da cidade de Santa Quitéria, alimentando um imaginário local em torno de uma “velha” e uma “nova” cidade. Deslocada da beira do Rio Parnaíba para as franjas da rodovia estadual maranhense MA-034, as terras de Santa Quitéria passam a integrar os planos de “modernização” e “desenvolvimento”, rearranjando o lugar da água dinamicamente em sua história.

Em meio aos processos associados à emergência e narrativas de uma “nova cidade” e as questões materiais e subjetivas relacionadas a esse fenômeno, a presente investigação pretende compreender de um ponto de vista sociológico as dinâmicas dos processos de transformação das pequenas cidades maranhenses e os discursos de “modernização” que envolvem essas mudanças a partir das experiências dos moradores da primeira sede do município de Santa Quitéria do Maranhão. Nesse sentido, a problematização da pesquisa pauta-se em entender os processos de desenvolvimento econômico, político e social promovidos na década de 60 alteram e/ou reconfiguram as pequenas cidades maranhenses e como os moradores da região, especialmente pescadores, lavradores e pequenos comerciantes, representam esse fenômeno em conexão com as águas do município.

1.1 Estrutura da dissertação

Buscando construir um caminho lógico para a exposição dos nossos argumentos o texto foi dividido em quatro capítulos.

No capítulo 1, **TRAÇOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE**, exploramos as perspectivas históricas de formação dos territórios que hoje compõem o Estado do Maranhão, bem como o processo de expansão das correntes de povoamento que deram espaço a territorialização do Baixo Parnaíba Maranhense.

No capítulo 2, **SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO: MEMÓRIAS E CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO**, com vistas à compreensão da formação e ocupação do território que hoje compõe o município de Santa Quitéria exploramos as dinâmicas sociais que envolvem o Rio Parnaíba, bem como os traços dos grupos sociais que dão origem ao município ribeirinho.

No capítulo 3, **ENTRE SANTA QUITÉRIA “VELHA” E SANTA QUITÉIRA NOVA: DA BEIRA DO RIO ÀS MARGENS DA ESTRADA**, buscamos entender os fenômenos associados à transposição da sede da municipalidade de Santa Quitéria do Maranhão

e seus moradores para as “terras altas” do território. Frente às recorrentes inundações da cidade e a necessidade de deslocamento de seus habitantes para o distrito Bacuri, local onde hoje se encontra a municipalidade de Santa Quitéria, os planos e o desenho de uma nova cidade ganham contornos e forma por volta de 1964.

No capítulo 4, MODERNIZAÇÃO DO CAMPO, DESENVOLVIMENTO, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS EM TORNO DA ÁGUA EM SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO, pretendemos explorar os processos associados à penetração das monoculturas da soja e do eucalipto em Santa Quitéria do Maranhão e suas conexões com o “descompasso” do capitalismo industrial (BLANC, 2017; DAMIANI, 2006). Partindo das experiências de pesquisa em Santa Quitéria do Maranhão pretende-se, entre outras questões, compreender o lugar social da água e seu enquadramento como problema nas pequenas cidades brasileiras e maranhenses.

Por fim, no desfecho do trabalho apresento as considerações finais buscando realizar uma análise de conjunto acerca das questões que apresento e analiso ao longo da dissertação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As pesquisas sociológicas sobre as cidades no Brasil ganharam relevância significativa no início da década de 1970 a partir da análise das experiências dos moradores e dinâmicas das grandes metrópoles brasileiras. Nesse momento, investigações acerca das cidades da região Sudeste do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, consolidam um campo de pesquisa que se espraia pelo território nacional por meio da expansão dos cursos de graduação e pós-graduação na área das Ciências Sociais. Deslocando a atenção da nossa pesquisa dos grandes centros urbanos do país para as pequenas cidades do interior do Maranhão desenha-se um vasto campo de análise que nos permite pensar os processos associados à emergência e dinâmicas históricas, sociais, políticas e econômicas dos municípios desse pedaço do país.

Em um movimento de transposição que desloca não apenas materialmente, mas também subjetivamente as percepções sobre a cidade, seus espaços, práticas e caminhos, a história da pequena cidade de Santa Quitéria do Maranhão e seus sujeitos se revela como um cenário significativo para a compreensão das conexões sociológicas que vinculam homem, natureza e sociedade. Nascida em meio às tramas e dinâmicas que historicamente envolveram o Rio Parnaíba, a cidade parece acompanhar, mesmo que de forma não planejada, os processos e experiências associados à “modernidade” e o “desenvolvimento”, traçando linhas simbólicas que dividem o espaço, os moradores, suas paisagens e práticas entre uma “velha cidade” de frente para o rio e uma “nova cidade” à beira da estrada.

Percorridos quarenta e seis anos da mudança da sede administrativa de Santa Quitéria do Maranhão das margens do Rio Parnaíba para as franjas da Rodovia MA-034, pretendemos explorar em nossa dissertação, por meio das experiências e narrativas dos moradores locais, o dinâmico lugar das águas nas formações e transformações das configurações sociais. Nessa perspectiva, transições, mudanças e deslocamentos apresentam-se como fenômenos instigantes para a compreensão da vida nas cidades, pois, como considera Park (2018a), uma cidade não é apenas uma estrutura artificial, mas um emaranhado de relações de sentimentos, vizinhanças e afetos que se tecem em determinados espaços sociais. Seguindo o próprio Weber (1999), a cidade não é uma amontado de construções, mas, para, além disso, uma sede comercial, administrativa e burocrática composta por movimentos que tencionam suas relações políticas e sociais.

Frente essa possibilidade analítica podemos entender de uma maneira produtiva o que seja metodologia ao considerá-la como o caminho e o instrumental próprios das abordagens

da realidade (MINAYO, 1994). Nessa perspectiva, ela ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento do conhecimento, por fazer parte da visão de mundo veiculada nas teorias sociais. Seria em função da elaboração dos objetos de pesquisa que os métodos de abordagem, as técnicas de recolha dos dados e o tratamento posto em prática na análise social se impõem (BOURDIEU, 2005). Partindo desse pressuposto, trabalhamos na execução da presente pesquisa com momentos interligados e complementares.

Em uma primeira etapa da pesquisa realizamos uma extensa pesquisa bibliográfica (artigos, livros, jornais, revistas e internet), midiática e documental sobre as diferentes temáticas e assuntos envolvidos no desenvolvimento da pesquisa. Nesse momento, qualifiquei minha compreensão sobre, por um lado, as dinâmicas estruturais e micro sociais das pequenas cidades do interior do Nordeste brasileiro, e, por outro, os processos de formação histórica, social, política e econômica do município de Santa Quitéria do Maranhão, especialmente no período de transição da sede de sua municipalidade (1976). Essa etapa da pesquisa permitiu-me uma compreensão mais aprofundada acerca das questões que envolvem as dinâmicas de ocupação, povoamento e urbanização das cidades maranhenses ao evidenciar elementos que atravessam o tempo social vivido.

A partir de janeiro de 2021 passei a realizar, em meio à todas as questões sanitárias que envolvem o período da Pandemia de Covid-19⁴, as etapas de campo planejadas para o desenvolvimento da pesquisa. Esse trabalho, que se estendeu até julho de 2022, foi permeado pela realização de visitas à “cidade velha” e à “cidade nova” de Santa Quitéria do Maranhão, conversas informais, anotações em um diário de campo, registros imagéticos e aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Entre os esquecimentos de nossos interlocutores e meu reconhecimento como moradora da cidade⁵ as entrevistas foram realizadas com o uso de um gravador, sendo que a maior parte delas durou em média uma hora. Os contatos iniciais com os interlocutores foram estabelecidos por meio de ligações telefônicas, momento em que agendávamos um horário para ir à sua casa ou conectá-la via internet, sobretudo por meio da plataforma *Google Meet* ou *WhatsApp*. Durante as entrevistas, eu realizava a carta de apresentação da pesquisa assinada pelo orientador e passava a explicar oralmente os objetivos e interesses que permeavam a

⁴ A Pandemia, entre outras situações, estimulou a modificação da rede de interlocutores que construí ao longo do início do meu trabalho. O isolamento dos interlocutores nesse período tornou necessário acionar outros moradores da cidade e imaginar outros caminhos para o desenvolvimento da pesquisa.

⁵ De acordo com Manuela Blanc (2017) em seus brilhantes estudos sobre cidades pequenas, os “famosos de todos nós” são aquelas figuras que são associadas a uma cadeia de reputação que os permitem enquadramentos como: “de que família você é?”. Essa pergunta, por sua vez, evoca trajetórias e reputações calcadas nas redes de relações familiares, simbólicas e de compadrio desses contextos.

pesquisa. A maior parte das entrevistas foi realizada entre os meses de setembro e outubro de 2021 e permitiram que tivesse acesso a narrativas, imagens e documentações significativas para a compreensão e construção da pesquisa.

As narrativas dos interlocutores apontavam para uma *densidade dramática* (CUNHA, 2004), marcando as águas, abundantes no rio que ajudou a fixar a cidade “velha” e a “nova” ou ameaçadas frente os projetos das monoculturas que ameaçam o cerrado, como um elemento presente nos tempos do passado e no tempo do presente. Através da aplicação de entrevistas o caráter qualitativo do objeto de investigação foi significativamente valorizado permitindo-me, por meio de perspectiva retrospectiva (BEZERRA, 2015; CUNHA, 2004) acessar narrativas sobre as décadas de 1960, 70 e 80 sem “estarmos lá”. Embasando nossa análise nas narrativas e trajetórias dos interlocutores da pesquisa, experiências e representações sobre a “velha” e a “nova” Santa Quitéria do Maranhão ganharam sentido em suas conexões com as águas da cidade. Em meio a esse trabalho investigativo sobre a memória a história oral (ALBERTI, 1990; THOMPSON, 1998)⁶ contribui de maneira decisiva para que as conjunturas, contextos sociais e visões de mundo sejam destacados por meio da realização de entrevistas.

As narrativas dos moradores, a meu ver, distanciam-se da visão bucólica que pensa a cidade pequena através da ótica da homogeneidade e da pessoalização sentimental e emocional, pois, como aponta nossa pesquisa, as águas, as estradas e as reconfigurações administrativas das cidades maranhenses revelam os múltiplos caminhos que norteiam o imaginário e as tomadas de decisões políticas rumo um urbano que se reproduz longe das margens do Parnaíba, referencial simbólico e empírico para a reprodução da memória local.

2.1 Interlocutores da pesquisa

Após o contato inicial com os moradores de Santa Quitéria do Maranhão realizei entrevistas em profundidade com 06 interlocutores, que autorizaram a divulgação literal dos seus nomes, em busca de pistas sobre o processo de formação, ocupação e transição da sede para a “nova cidade”. Nessa perspectiva, os interlocutores de pesquisa são moradores de Santa Quitéria do Maranhão que vivenciaram o período de transição da municipalidade para a “beira da estrada” e se dispuseram a narrar suas histórias e as de suas famílias, articulando memória

⁶ Nesse prisma, acredito na importância da memória como caminho para resgatar os arranjos históricos do passado através do presente, valendo-nos da concepção de Alberti (1990), o qual reforça a “recuperação do vivido, concebido por quem viveu”. “[...] A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.” (THOMPSON, 1998, p. 337).

individual e coletiva por meio das lembranças de velhos (BOSI, 1995). Os sujeitos escolhidos para a pesquisa são pescadores, pequenos comerciantes e agricultores, que ao longo de suas trajetórias tornaram-se agentes importantes para a construção da história e arcabouço simbólico e memorialístico do município de Santa Quitéria do Maranhão.

a) João Francisco, 74 anos. Pescador, lavrador e aposentado. Nascido em Santa Quitéria “Velha”, o morador vivenciou momentos marcantes de sua trajetória na beira do rio e nos processos associados à mudança da administração municipal.

b) Irenildes de Lima Sousa, 55 anos. Casada, aposentada. Era residente de um povoado piauiense chamado Gado Bravo e ainda na fase da adolescência seus pais se deslocaram para Santa Quitéria “Velha” com o intuito de trabalhar com a agricultura e a pesca. Em sua descrição afirmou que vieram inicialmente para a cidade os irmãos mais velhos, em seguida, após um período de adaptação, os mais novos.

c) Lionésio Garcia, 57 anos. Comerciante. Nascido em Santa Quitéria do Maranhão, no povoado Gengibre. O senhor conta que sempre teve admiração pelo “Casarão” e que ainda criança ele pensava em um dia poder comprá-lo, pois sonhava em preservar a memória quiteriense através da permanência simbólica do “Casarão dos Pedrosas”⁷.

d) Enélio Alcantara, 55 anos. Viúvo e funcionário público. Nasceu em Santa Quitéria “Velha”, filho de agricultores. Seu pai é lembrado por ele, assim como outras pessoas do município, como alguém que vivenciou os importantes acontecimentos do município.

e) Maramaldo Rodrigues, 56 anos. Casado. Descendente dos irmãos Rodrigues, responsáveis por colonizar as margens de Santa Quitéria “Velha”. O senhor Rodrigues é técnico em metalurgia e mineração, tendo morado durante 35 anos em Santa Quitéria do Maranhão.

f) LindonJhonson da Silva Dias, 56 anos. Solteiro, formado em Educação Física, autônomo. Seu pai migrou para Santa Quitéria “Nova” para trabalhar com tratores. Desde cedo, nosso interlocutor era um observador da realidade quiteriense fazendo inúmeros registros fotográficos em suas redes sociais.

⁷ O Casarão “Sinhá Pedrosa” ou “Casarão dos Pedrosas” pertenceu ao senhor Heitor Pedrosa, fazendeiro e político em Santa Quitéria a qual teve, conforme entrevistas e demais relatos, uma política fincada em relações de compadrio associando-se ao coronelismo. Em 2007 seu Lionésio conseguiu comprar o Casarão, fazendo algumas restaurações para que se encontrasse no estado atual. Eu questionei seu Lionésio do porquê de sua compra e ele então falou: “o casarão era o belo, era o local onde tudo acontecia”, ela também é o símbolo de Santa Quitéria, nossa referência”. No casarão tinha toda a beleza da Velha cidade. O casarão, dentro do conjunto memorialístico de Santa Quitéria corporifica para muitos quiterienses o antigo local do “belo”, do poder, dos “favores” e das trocas de relações econômicas e sociais. O casarão “era onde tudo acontecia” e “de onde tudo tomava forma”. (Trecho extraído do diário de campo em 08 de setembro de 2021).

CAPÍTULO 1 – TRAÇOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO MARANHENSE

Este capítulo tem como objetivo explorar os processos que permeiam a formação do Estado do Maranhão a partir de suas conexões com os rios que os circundam. Geograficamente localizada em uma área considerada de *transição*⁸ torna-se sociologicamente importante perceber como a água está historicamente associada à formação das municipalidades do Estado, estimulando a tessitura de relações e práticas sociais que ganham forma localmente. Desse modo, neste capítulo percorreremos os caminhos que permitiram a constituição e ocupação do Estado do Maranhão, examinando algumas das dinâmicas que envolvem a fixação do homem na região do Baixo Parnaíba Maranhense e seu entorno.

3.1 Colonização, povoamento e ocupação do território maranhense

De acordo com a historiografia brasileira no início da colonização a ocupação e o povoamento do território que hoje compõe o Estado do Maranhão ocorreram de forma tímida, tendo ocorrido as principais investidas de expedições espanholas, francesas, holandesas e portuguesas no século XVI. Sob essa ótica, os antecedentes históricos que remontam à época da colonização forjam-se com o *mercantilismo* europeu⁹, cujas bases estavam ancoradas nos projetos de exploração ultramarina.

Forjada ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, num primeiro momento contribui para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2000, p. 107-108).

O processo de colonização portuguesa foi historicamente traçado pelas rotas das navegações (CARREIRA, 1988; ABREU, 1998; VIVEIROS, 1954), estimulando em suas

⁸ O [...] Estado do Maranhão situa-se numa posição de transição entre três macrorregiões brasileiras: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentando características climatológicas e fitogeográficas típicas destas três macrorregiões (IMESC, 2008, p. 17).

⁹ O Mercantilismo é historicamente associado ao momento de transição gradual de um arranjo feudal para um capitalista ao longo dos séculos XV e XVIII. As bases que o fundamentaram encontram seu solo, notadamente, sob um conjunto de ações econômicas, sociais e culturais que permeiam a formação dos Estados Nacionais e o período das “Grandes Navegações”.

colônias experiências associadas à disseminação das narrativas eurocêntricas da modernidade e seus efeitos (DUSSEL, 1993).

Examinando as características do processo de ocupação do atual território nordestino Caio Padro Júnior (1945) aponta que a expansão para os “sertões” está sensivelmente ligada à atividade da criação de gado, assim como ao mercado exportador de açúcar e a exploração de produtos do território. Para o autor, as características do interior brasileiro contrastavam com as do litoral, criando as condições de possibilidades para que a escassez de gêneros alimentícios do interior nordestino estimulasse as experiências de povoamento para além do litoral (PRADO JÚNIOR, 1945).

A ocupação do interior nordestino continua a processar-se ativamente no período que ora nos ocupa. Sua base econômica será sempre a pecuária, e os grandes focos de irradiação continuarão sendo Bahia e Pernambuco. Partindo do primeiro e alcançando em meados do séc. XVII o rio São Francisco, a disposição das fazendas de gado tomará daí por diante duas direções. Uma delas subirá pelo rio acompanhando seu curso. Tornar-se-á mais acentuada e rápida quando começa o povoamento das minas, que servirão de mercado para a carne produzida nas fazendas do alto rio. Estas sofrerão, é verdade, a concorrência da região muito mais favorecida que fica para o sul das minas e que descrevemos no capítulo anterior. Além disto, a administração pública, sempre ocupada em evitar possíveis descaminhos do ouro, procurará fechar as comunicações com o Norte: concentrará sua fiscalização no caminho do Rio de Janeiro, e esta devia ser a única via de acesso para as minas. Embora não consiga realizar inteiramente seu objetivo, embaraçará, contudo, grandemente as relações comerciais que se faziam com o Norte, dificultando assim o fornecimento de gado feito pelas fazendas dessa região. (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 45).

Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2006), os espanhóis foram os primeiros a tentar ocupar o território maranhense com a expectativa de encontrarem ouro na região. Com a intermitência do processo de ocupação do território e sem uma ocupação efetiva dos portugueses, a região do litoral maranhense era constantemente frequentada por piratas, os quais mantinham relações de troca com os indígenas locais por meio do escambo.

A região, durante o século XVI e início do século XVII, foi abandonada pelos portugueses devido a dificuldades de penetração no território pelo Golfão Maranhense e a malha fluvial. A coroa preferiu se concentrar na extração do pau-brasil e, posteriormente, na produção de açúcar. (ROLIM FILHO, 2016, p. 5).

Nesse contexto, os movimentos de penetração desencadeados pela incursão europeia foram marcados por conflitos, pois, “[...] com a chegada dos portugueses coincidiu, quase, a dos franceses, que começaram logo o mesmo comércio de resgate. Na vastidão do litoral podiam ter passado anos sem se encontrar, mas o encontro era fatal, e não havia de ser amigável [...]” (ABREU, 1998, p. 41).

Embora a ocupação francesa tenha perdurado por poucos anos (1612-1615), ela demarcou um projeto de povoamento que potencializou, por meio da ameaça da perda do território, os esforços da coroa portuguesa para sua fixação em solo maranhense¹⁰. Nessa narrativa a primeira fase de ocupação europeia do território maranhense ocorreu no século XVI, associados aos processos e dinâmicas que envolvem a fundação da França Equinocial¹¹.

[...] apesar das tentativas implementadas ainda no século XVI, o Maranhão continuava sem ocupação e colonização efetivas. Desde a primeira metade desse século, corsários franceses frequentavam a costa e lidavam com os índios tupinambás, mas a presença efetiva dos franceses no Maranhão se confirmou no final do século, quando em 1594, o comandante Jacques Rifault fixou na ilha do Maranhão o subcomandante da expedição, Charles de Vaux, [...]. (IPHAN, 2006, p. 21).

Com o fim da Guerra de Guaxenduba¹², que colocou de um lado portugueses e de outro franceses, o domínio do território maranhense passa a Coroa Portuguesa, resultando:

[...] na ampliação do território, na fundação de núcleos, fortificações e missões ao longo dos rios Amazonas, Branco, Negro, Madeira, Tapajós e Xingu. Os espanhóis tiveram a primazia da navegação na costa do Maranhão. Por volta de 1499, Vicente Yanes Pinzón navegou pelo litoral e foi o primeiro a reconhecer o território. Além dos interesses já citados, acreditava-se na existência de metais preciosos no Peru, o que impulsionou as iniciais incursões de outros países além de Portugal e Espanha ao litoral do Maranhão, pelo qual pretendiam os conquistadores alcançar as riquezas andinas. (IPHAN, 2006, p. 20).

Com a pretensão de dominar o território, Dom João III (1502-1557) colocou em prática o dispositivo das capitanias hereditárias¹³, cabendo à administração da capitania maranhense ao Donatário Fernando Alvares de Andrade¹⁴. Para além da ação dos donatários, a intervenção dos padres jesuítas possibilitou o extermínio físico e cultural do índio ou, como

¹⁰ A presença francesa em terras maranhenses é coroada no imaginário local com a adoção do nome do monarca São Luís para a capital do Estado. O nome homenageia o monarca francês Luís XIII (1610- 1643), filho do rei Henrique IV e da rainha Maria Médicis.

¹¹ De acordo com o IPHAN (2006), por conta de sua posição geográfica São Luís era propícia a instalação de um entreposto comercial e marítimo. No ano de 1612, após o insucesso da França Antártida, os franceses construíram uma fortaleza e lhe deram o nome de São Luís, constituindo por 03 anos em terras maranhenses uma França Equinocial.

¹² Em concomitância ao projeto de povoar, ocupar e colonizar o Maranhão, os portugueses formaram um conjunto de forças armadas articuladas a defesa e posse efetiva do território. Nesse contexto, liderados por Jerônimo de Albuquerque e Alexandre Moura, desencadearam um combate em novembro de 1612, conhecido como a Guerra de Guaxenduba, que culminou na rendição de La Ravardièri e a expulsão dos franceses dessa região da colônia.

¹³ Durante o reinado de Dom João III (1502-1557) foi criado o sistema administrativo das “capitanias hereditárias” que tinha objetivos exploratórios, administrativos e de proteção contra invasões de outras nações na costa brasileira.

¹⁴ No Brasil 15 capitanias foram criadas para a organização do povoamento e exploração das riquezas locais, processo que gerou inúmeros conflitos com indígenas ao longo do território, já que uma das obrigações dos donatários era proteger a terra contra “ataques” que se revelassem contrários ao projeto de colonização.

escreveu Castro-Gomes (2009), a “padronização dos sujeitos”, associando-se à colonização o projeto catequizador da Companhia de Jesus¹⁵.

A configuração geográfica do território maranhense tomou corpo de maneira consistente a partir da criação da Capitania Hereditária do Maranhão em 1543, constituindo, desse modo, um marco institucional decisivo da colonização portuguesa nessa região. Ferreira (2008), em sua tese de doutorado, destaca que a ocupação do espaço maranhense se encontra associada à exploração econômica, à escravidão de mão de obra indígena e negra e a construção de engenhos de cana de açúcar.

A ocupação do território maranhense esteve atrelada à exploração econômica referente à produção de cana-de-açúcar, do algodão e do babaçu, desde o período colonial até os primeiros anos da República. Essa, contudo, sofreu várias transformações derivadas das necessidades da França (fundou a capital), de Portugal (retomou dos invasores duas vezes e efetivou estratégias de ocupação), Holanda (invadiu e dominou uma vez por vinte e sete meses) e Inglaterra (interferiu em acordos econômicos), que viabilizaram o domínio e posse (assentamentos, entradas, engenhos), áreas de produção, escravização indígena e negra africana, exploração de recursos, e ações de políticas territoriais (fortes, missões, vias de acesso), culminando na ampliação do povoamento. (FERREIRA, 2008, p. 20).

A primeira fase da experiência colonial maranhense teria se estendido até o século XVIII (CUNHA, 2015), tendo sido marcada por uma ocupação esparsa associada a uma expansão que se fazia em torno do litoral e outra que rumava em direção aos sertões (CABRAL, 1992; VELHO, 2009; TROVÃO, 2008). Nessa perspectiva analítica, os arranjos que estimulam o desenvolvimento das forças produtivas sobre o território maranhense estão ligados, inicialmente, aos anseios da Coroa portuguesa em extrair bens e matérias-primas e permitir o escoamento desses produtos para a metrópole europeia.

Em sua tese de doutorado, José Rossini Campos do Couto Corrêa (2017) destaca alguns dos aspectos míticos que permeiam as representações e deram corpo ao espaço e cultura maranhense. O autor ressalta que a palavra “maranhão” se forma a partir dos processos dialéticos imersos na formação do espaço e sua gente, sendo construído socialmente em torno de um arcabouço simbólico que perpassa as relações entre o real e o imaginário (CORRÊA, 2017). Em torno do território:

O fascínio do ouro breve se mostrará enganador. A colonização portuguesa na Amazônia se restringirá à área em torno do delta do Amazonas, onde se pratica alguma agricultura, especialmente de cana de açúcar, dificultada pela desorganização do mercado de açúcar na segunda metade do século XVII, que a atinge logo na fase inicial

¹⁵ Para além dos limites confessionais as missões jesuíticas exerceram significativo papel na expansão, conversão e instrução da fé católica durante o período da colonização no Brasil. A Companhia de Jesus teria começado a atuar no país em 1549 (ano em que chegaram ao território), sendo expulsos do Brasil no século XVII por ordem do então rei de Portugal.

de acumulação (FURTADO, p. 84). Expedições são organizadas, dirigindo-se ao interior ao longo da rede hidrográfica, com finalidades de exploração, apresamento de índios e de coleta das drogas do sertão. Estas constituem a única riqueza mais apreciável, e são o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e, sobretudo, o cacau, que é também cultivado, junto à foz do Tocantins, próximo a Cametá, fundada em 1635 (SALLES, p. 7; BAENA, p. 40). É a própria pobreza da colônia que obriga à enorme expansão territorial que se efetua, combinando-se o povoamento efetivo da área do delta com um sistema de incursões periódicas ao longo dos rios. (VELHO, 2009, p. 12).

Imaginando o Brasil como uma terra de riquezas a muito “prometida” os portugueses percorreram inúmeros rios na região do atual Estado do Maranhão, alimentando as narrativas sobre terras de abundância e muita água. Para Corrêa (2017) as descrições e narrativas sobre as terras maranhenses acompanham a visão dos portugueses sobre a colônia brasileira, marcadas pela descrição de uma “terra prometida” povoada por seres míticos. O autor não poupa argumentos capazes de remeter o leitor a essas representações, intercalando citações que apresentam a importância dos rios nesse arranjo com narrativas calcadas na possibilidade de haver ouro entre os municípios que hoje compõem a microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense.

No mínimo, acontecerá a necessidade de reflexão a respeito da categoria Maranhão, envolta em uma mitologia edênica, de terra vocacionada pelas hipotéticas forças superiores, a um destino especial, porque grande, heroico e glorioso. De antemão, distingo a utopia maranhense – retirando-a de uma provável liquidação – da visão do paraíso, concebida sob o ângulo de mestre, por Sérgio Buarque de Holanda, como fantasia de descobridores e aventureiros marítimos, sequiosos de riquezas, honrarias e reconhecimentos, que esperavam conseguir a abertura de avenidas de chegada aos poderes enumerados, com o sucesso nas empresas de conquista do paraíso terrestre, escondido, certamente, na mais do que sedutora mitologia geográfica. (CORRÊA, 2017, p. 28).

Entre narrativas míticas e contatos com os povos que ocupavam o atual estado do Maranhão, marcado por lutas e dualidades entre as populações nativas e os colonizadores, a ocupação do território ganhou corpo ao longo dos séculos, associando-se em sua história a presença de rios e afluentes essenciais às suas dinâmicas.

3.2 Os rios como caminhos para a ocupação do território maranhense

Os rios ocuparam um lugar central no processo histórico e social de ocupação e formação dos territórios da colônia brasileira. No Maranhão eles foram decisivos para a ocupação dessa porção territorial, especialmente nas regiões que se localizam distantes da faixa litorânea, área onde a coroa portuguesa concentrou o período inicial da colonização. Não apenas

o Brasil, mas várias civilizações tiveram os rios como impulsionadores de seu povoamento e florescimento.

De fato, exemplos do desenvolvimento das civilizações ao longo do tempo, como Egito, Mesopotâmia, China e Índia, foram encontrados atrelados à disponibilidade de águas para o cultivo de alimentos, higiene pessoal e navegação, como aqueles ocorridos respectivamente no Vale do Rio Nilo, na região dos rios Tigre e Eufrates, no Vale do Rio Amarelo e no vale do Rio Indo. Soma-se a esses cenários das realidades outros fatos semelhantes ocorridos com populações indígenas nos Continentes Americanos. (TUNDISE; TAKAKO, 2020, p.11).

No caso brasileiro, por representarem as principais vias de entrada aos territórios do interior, os rios delinearam alguns dos caminhos do povoamento de nossas terras, revelando as intrínsecas dinâmicas que se estabelecem entre o homem e a natureza. Formatando os caminhos para o “novo” e para o desconhecido:

É muito antiga a relação de intimidade que se estabelece entre rios e cidades brasileiras. Muitas das cidades coloniais surgiram inicialmente às margens dos rios - mesmo aquelas situadas em baías ou à beira mar. É, portanto, a partir de rios – grandes, médios, ou ainda pequenos cursos d'água – que muitos núcleos urbanos brasileiros vão surgir. Os rios tinham muito a oferecer, além de água: controle do território, alimentos, possibilidade de circulação de pessoas e bens, energia hidráulica, lazer, entre tantos outros. (COSTA, 2006, p. 10).

No início do processo de colonização e por muitas outras gerações os rios do país serviram às mais variadas atividades, tornando possível a fixação do homem em suas margens, trocas comerciais, atividades de lazer e a circulação e mobilidade de pessoas. Nesse contexto, compreender o processo histórico de ocupação do território maranhense e suas possibilidades passa pela identificação do lugar que os rios da região ocupam nas tentativas de penetração e fixação do homem em terras maranhenses, visto que:

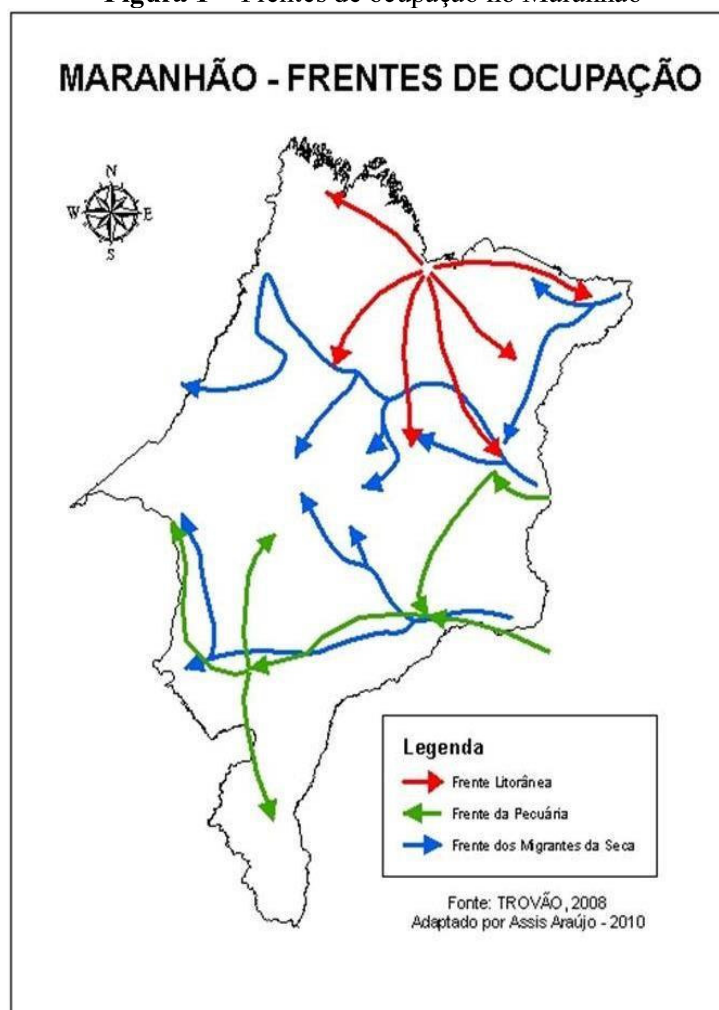
Os rios foram as grandes vias de penetração, pelo acesso relativamente fácil que propiciavam; as interrupções dessas vias, as primeiras cachoeiras, determinaram, muitas vezes, o estabelecimento de pequenos entrepostos que mais tarde formavam vilas, como aconteceu em Barra do Corda e Grajaú. O Mearim e o Itapecuru foram vias importantes de penetração, e só nesses rios “é que a corrente humana, partida do golfo, lenta e fraca, transpôs o obstáculo (a mata), já encontrando, em Pastos Bons, a corrente baiano-piauiense, também enfraquecida, e no Tocantins a baiano-sulista e a paraense” [...]. (IPHAN, 2006, p. 261-262).

Nesse contexto, analisando os processos que forjaram os caminhos que moldam o espaço maranhense é importante acentuar a importância dos rios na manutenção da sobrevivência, dinâmicas sociais e culturais dos moradores da região, especialmente quando pensamos no papel decisivo que o Rio Parnaíba desempenhou na conformação da região do Baixo Parnaíba Maranhenses.

Cabral (1992) aponta que os rios Munim, Itapecuru, Pindaré e Mearim encontram-se conectados diretamente ao movimento expansionista promovido pelo Estado em terras maranhenses. Na marcha do povoamento dessa região o contato entre os colonizadores e as populações originárias foram acompanhados de diversas tensões e conflitos, fazendo com que essa área do futuro estado maranhense fosse marcada por inúmeros casos de violência, mortes e massacres. Sob essa ótica “[...] a expansão pela costa e vales desses rios provocou o afugentamento e redução de inúmeras grupos indígenas como os Tupinambás, Tremembés, Guajajaras, Uruatis, Guanarés, Guanazes, Barbados, Gamelas, Aranhais que habitavam essas áreas.” (CABRAL, 1992, p. 65).

Conforme Velho (2009), a expansão dos limites da colônia rumo ao território maranhense ocorreu por meio da via marítima em meados do século XVI e XVII, tendo sido marcado, segundo Trovão (2008), por meio de três frentes de ocupação: a *frente litorânea*, a *frente pastoril* e a *frente dos migrantes da seca* (Ver Figura 1).

Figura 1 – Frentes de ocupação no Maranhão



Fonte: Trovão (2008)

Para Trovão (2008), a ocupação do Maranhão ocorreu de maneira similar à do restante do território nacional, partindo do litoral e dos rios, que possibilitaram em diferentes momentos a expansão por vias diversificadas, para as terras do interior. Nesse sentido, destacamos que “[...] outro fator que colaborou para a interiorização dos rebanhos foi a disponibilidade de terras, uma vez que a criação necessitava de áreas mais extensas. Assim, desviando-se dos canaviais e utilizando a abundância de pastos naturais os currais invadiam os sertões.” (TROVÃO, 2008, p. 9).

Nas descrições fornecidas por Capistrano de Abreu (1998) é possível observar que os caminhos traçados pelos rios foram cruciais para a entrada da população sertaneja na região de Pastos Bons, corroborando uma interpretação muito presente nas interpretações do fenômeno da ocupação das terras maranhenses.

Impossível decidir-se se a esta ou a outra estrada se refere uma carta de Antônio Albuquerque, sucessor de Gomes Freire, escrita em julho de 1694 e entregue na Bahia a D. João de Lencastro, governador-geral, em 19 de abril do ano seguinte. Dois dias depois chegava à mesma cidade o sargento-mor Francisco dos Santos com quatro soldados e vinte índios, que tinham acabado de descobrir o caminho, trazendo uma carta de Antônio de Albuquerque datada de 15 de dezembro. Para retribuir a fineza e ver se podia encurtar o caminho, o governador-geral mandou o capitão André Lopes ao Maranhão, com carta para Antônio de Albuquerque datada de 21 de maio. André Lopes alcançou a capital do estado em novembro mas teve de esperar pela volta de Antônio de Albuquerque, ido ao Pará. Com resposta de 15 de março de 1696 estava na Bahia em 22 de setembro. O trecho mais difícil a vencer ficava no Maranhão propriamente dito: nos rios Piauí e Canindé, nas ribeiras do Ceará, a uma e outra margem do São Francisco já abundavam fazendas de gado e deviam existir numerosas vias de comunicação. Com o gado desta procedência povoaram-se os sertões de Pastos Bons, cujas transações durante algum tempo se fizeram só com a Bahia, exatamente como as de Pernambuco a montante de Paulo Afonso. Mais tarde o Padre Malagrida levou a catequese até o rio Codó; seu sucessor João Ferreira fundou as Aldeias Altas, hoje Caxias. Conhecida a pequena distância neste trecho entre o Itapecuru e o Parnaíba começou a ser preferida esta passagem. Já em 1747 dela se servia D. Manuel da Cruz, trasladado do sólio do Maranhão para o de Mariana. (ABREU, 1998, p. 130).

O espraioamento do território maranhense, que seguiu os caminhos dos rios, teria se dado por meio de incursões que buscavam contornar os espaços disputados pelas monarquias europeias (CUNHA, 2015). Nesse momento a instalação de fazendas de gado (TROVÃO, 2008; CUNHA, 2015), processo decisivo para a ocupação das terras maranhenses, estimulou a chegada de migrantes, especialmente da Bahia, que fugiam da seca e se fixaram nos caminhos fluviais do Rio Parnaíba, povoando, assim, a região sul do Maranhão que se estende até a cidade de Pastos Bons. A busca por terras abundantes e o encontro com os rios demarcam para seus moradores não apenas a história da formação do território maranhense que ocupam, pois

permeiam o arcabouço simbólico e as memórias que acionam a tessitura das identidades daqueles que vivem no Baixo Parnaíba Maranhense.

Conforme Trovão (2008, p. 24-25, grifo nosso),

Na primeira década do século XX teve início, embora de maneira inicialmente tímida, uma penetração de nordestinos em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e da dificuldade de mão-de-obra no próprio Nordeste, usaram como porta de entrada três lugares, inicialmente por via marítima, cuja entrada se fez pelo porto de Tutóia e as outras duas pelo Vale do Parnaíba, tendo como entrada Florianópolis e Teresina. **Referidos migrantes encontraram em terras maranhenses aquilo que não tinham no seu Estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas.**

Conforme Guilherme Velho (2009), a *frente pastoril*¹⁶ está associada, de maneira sensível, ao processo de ocupação do sul maranhense, e posteriormente, do Leste do Maranhão. Por meio das incursões desenvolvidas no século XVII (LOPES, 1970; VALVERDE, 1967) a pecuária extensiva próxima às margens dos rios permitiu o avanço de migrantes nordestinos pelo território maranhense, assim como tornou possível um avanço significativo do gado e da demarcação de fazendas particulares.

Retratado monocromaticamente por meio de sua ocupação litorânea as narrativas sobre a ocupação do Maranhão, segundo Cabral (1992), tendem a homogeneizar os traços peculiares de sua ocupação, minimizando a importância da criação de gado e dos rios que cortam seu território na conformação do atual estado.

Em seu roteiro de viagem Francisco de Paula Ribeiro destaca que até meados do século XVIII a ocupação do território maranhense limitava-se às terras do litoral e às margens do rio Itapecuru, associando os conflitos com as populações indígenas e a sobreposição das fazendas de gado sobre as terras dessas populações como momentos essenciais para a ocupação do sul do Maranhão.

Nos escritos de Paula Ribeiro não ficou despercebida a existência de importantes rios que irrigam quase toda a capitania, ou seja, o Mucim, o Mearim, o Pindaré e o notório Itapecuru, todos eles dotados de significativo volume de água, e extensão, oferecendo ainda condições consideráveis de navegação. Registrou ele ainda, com detalhes, a parte superior dos sertões da Capitania do Maranhão, e a disposição de outros cursos d'água do porte do de Balsas, Balsinhas, Alpercatas, Neves, Macapá, Canela, Grajaú e Farinha, entre outros que aqueles se juntam, constituindo um espaço de incalculável potencial de riqueza, com todas as suas implicações de ordem política econômica e social. (FRANKLIN; CARVALHO, 2009, p. 9).

¹⁶ Segundo Trovão (2008) a “corrente pastoril” de ocupação se conecta aos avanços da pecuária nordestina que precisava de terras em abundância para a criação do gado em extensas pastagens, intensificando-se as rotas de povoamento para as terras do futuro estado do Maranhão.

Cabral (1992) aponta que foi somente com o início do século XIX que a região dos Pastos Bons passou a ser incorporada a administração da capital São Luís. Desse modo, o povoamento da região interiorana e sertaneja demarca mudanças sensíveis no cenário maranhense pois imprime contornos agrícolas e sertanejos fundamentais para a constituição do território, cultura, crenças e relações sociais dessa parte do Maranhão.

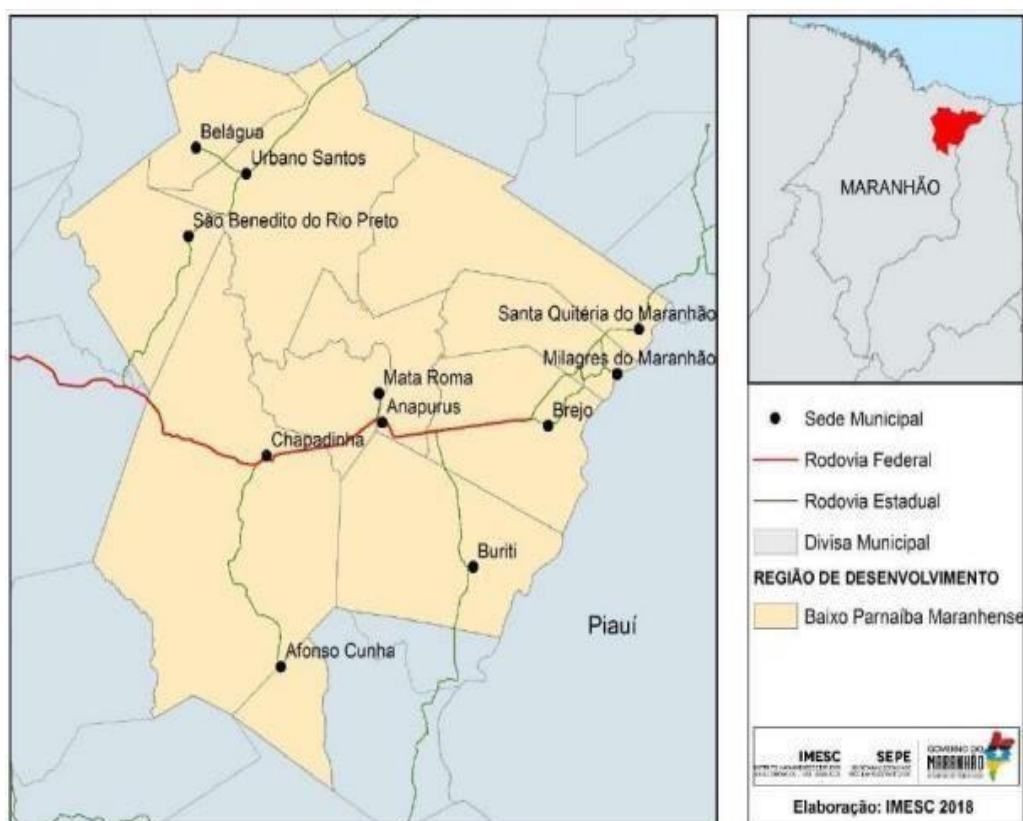
Em um processo de interiorização da ocupação do território maranhense, expansão das fazendas dedicadas à criação de gado, ampliação dos conflitos entre os povos originários e o branco invasor, a região que hoje compreende o Baixo Parnaíba Maranhense passa a ganhar sua forma e contornos.

3.3 Entre indígenas, quilombolas e migrantes: traços da ocupação humana no Baixo Parnaíba Maranhense

As principais referências historiográficas sobre a região do Baixo Parnaíba Maranhense se encontram nas descrições das páginas do *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* (1970), o qual destaca o processo de formação e composição das freguesias e sesmarias presentes no território maranhense. Acerca do povoamento desse pedaço do território do Maranhão Marques (1970) destaca que as terras que compõem atualmente o Baixo Parnaíba Maranhense¹⁷ eram habitadas pelos índios Muipurás¹⁸.

¹⁷ A região do Baixo Parnaíba Maranhense encontra-se ligado à mesorregião Leste do Maranhão. Atualmente ela reúne 11 municípios (Belágua, Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto, Chapadinha, Afonso Cunha, Buriti, Mata Roma, Anapurus, Brejo, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão. Segundo dados censitários do IBGE, estimados para o ano de 2019, a região possui uma população de 279.871 habitantes distribuída em 15.876,9 km², o que equivale a 4,95% da população do Estado do Maranhão. Desse total de habitantes 42,99% residem na zona urbana dos municípios e 57,01% em sua zona rural. (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005, sem paginação).

¹⁸ Os indígenas que habitavam a região do Baixo Parnaíba Maranhense faziam parte dos “Muypuras, Anapurus”. Segundo uma carta de 1686 do governador de Pernambuco o nome é uma corruptela de “Muypurás”, índios das margens do rio Parnaíba. É o elemento etnológico mais antigo conhecido dos índios brasileiros, palavra que significa ‘Fruta do Rio’” (IBGE, 1959, p.86).

Figura 2 – Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense

Fonte: adaptado pela autora da dissertação de IMESC (2016)

Em suas andanças pelas freguesias do Maranhão e Piauí, D. Fernando Antônio de Noronha, então governador dessas províncias no século XVII, encontrou significativo contingente de Muipurás estabelecidos na região, relatando ao rei, em carta datada do ano de 1795, a existência de povoações de indígenas Anapurus habitando as áreas onde posteriormente se constituiriam as vilas de Brejo dos Anapurus e São Bernardo do Parnaíba¹⁹. Conforme consta no *Dicionário da província do Maranhão* (MARQUES, 1970) a *Provisão régia do ano de 1820* apresenta a criação de 05 freguesias nessa região:

Provisão Régia de 18 de abril de 1820”: por sua vasta extensão ou desmedida distância de muitas léguas das igrejas matrizes, [foram os territórios das vilas de Pastos Bons e de São Bernardo do Brejo] divididos em 5 freguesias: - a de São Félix de Balsas, a de Pastos Bons, a de Almeida d’El-Rei, a de S. Bernardo do Parnaíba e a do Brejo dos Anapurus. [...] (MARQUES, 1970, p. 158).

Como constata Gaspar (2013), as freguesias acima descritas formavam um grande território de cerrado, estendendo-se no sentido Leste – Sul as proximidades de Balsas, extremos

¹⁹ No momento de formação do extenso território – que hoje compreende parte do Baixo Parnaíba – Brejo dos Anapurus detinha uma hegemonia política e econômica significativa na região, apresentando receitas e um contingente populacional superior às outras cidades do entorno (VIANA, 2018; MACATRÃO, 2009; MARQUES, 1970).

Sul do Maranhão. Brejo teria alcançado nesse momento um lugar de destaque na região devido as atividades do Porto Repartição²⁰, que ligava a cidade-beira à capital São Luís e outras cidades próximas da região. Macatrão (2009) destaca que as atividades ligadas ao rio Parnaíba e ao Porto Repartição foram de fundamental destaque a conjuntura social e política de Brejo dos Anapurus, permitindo que ela ostentasse uma economia pujante e figura-se como a principal cidade maranhense naquela região. O porto, como aponta Viana (2018), conecta-se ao florescimento das atividades açucareiras e da pecuária na região do Baixo Parnaíba ao viabilizar o intercâmbio comercial com São Luís por meio do Rio Parnaíba, situação que tornou a cidade um importante entreposto comercial das cidades ribeirinhas maranhenses.

Botelho (2017), citando Mesquita (1998), aponta que a Mesorregião Leste do Maranhão era economicamente hegemônica até a década de 1950, devido, entre outras situações, a entrada de migrantes oriundos dos estados nordestinos próximos ao Maranhão. Geograficamente privilegiada, a região beneficiava-se diretamente das águas das Bacia do Rio Munim e do Rio Parnaíba, assim como das atividades que pontilhavam as “estradas das boiadas”. Nesse arranjo os caminhos fluviais tornaram-se elementos decisivos para o espraio do território maranhense ao viabilizar os interesses coloniais em explorar as áreas férteis que compõem a microrregião do Baixo Parnaíba.

Os nordestinos (primeiramente os cearenses e piauienses) criadores de rebanhos se fixavam mais nas áreas de cerrado em vez de seguir para os vales úmidos dos rios. Na passagem pelo Rio Parnaíba, os criadores atravessavam do Piauí para o Maranhão em duas direções, pelas cidades de Floriano e Teresina. Eles seguiam em direção aos cursos fluviais ou espalhavam-se em direção ao cerrado, tanto para o nordeste do Maranhão em direção a Caxias e mais ao norte, chegando à região de Brejo ou para o sul do estado, em direção a Pastos Bons. (ANDRADE, 1973, p. 97).

De acordo com Silva (2017), após a expulsão dos franceses das terras maranhenses (1654) a coroa portuguesa instaurou efetivamente seu domínio sob as terras do Maranhão, processo que intensificou as tentativas de povoamento e aldeamento para a ocupação do território. Associando-se às missões religiosas dos jesuítas, o governador da província do Maranhão e Piauí ordenou que com esse objetivo fossem construídos aldeamentos e colocado em prática o processo de catequização dos indígenas Anapurus, Tremembés e Araiós, originários da região que hoje engloba o Baixo Parnaíba Maranhense.

Conectado aos caminhos do Rio Parnaíba encontramos não apenas colonizadores e exploradores que buscam em suas águas terras férteis e abundância, mas também as populações

²⁰ O Porto Repartição (sem utilização atualmente) fica localizado no município de Brejo, no estado do Maranhão. O porto fica deitado as margens do rio Parnaíba em um povoado brejense localizado a 12 quilômetros da zona urbana do município. (VIANA, 2018; MACATRÃO, 2009; MARQUES, 1970).

tradicionais que margeavam há séculos e gerações esse “grande rio” (SILVA, 2017; TROVÃO, 2008).

Duas ramificações se desenvolveram ao longo do litoral por via marítima e fluvial em direção ao oeste, até a foz do rio Gurupí, ocupação facilitada pelas reentrâncias, principalmente aquelas onde há foz de rio, por onde, penetrando à montante fundaram portos, através dos quais exportavam os produtos agrícolas cultivados mais para o interior do continente. Dessa ocupação resultaram cidades antigas, a exemplo de Cururupu, Guimarães, Alcântara, Turiaçu e Carutapera e que do território desses municípios desmembraram em outros. A segunda ramificação acompanhou o litoral e a costa oriental, além de ter sido planejada para o desenvolvimento da pecuária e exploração de salinas tinham também como finalidade a comunicação com o Ceará e Pernambuco. Ambas tinham algo em comum: o aprisionamento de índios, daí terem grande dificuldades pela resistência dos Índios Tremembés que viviam na região do Delta do rio Paraguaçu [atual rio Parnaíba] [...]. (TROVÃO, 2008, p. 14).

Na documentação da historiografia local e nas narrativas de nossos interlocutores, especialmente dos descendentes dos colonizadores brancos de Santa Quitéria, “essa região era povoada por indígenas, eles povoaram primeiro essas margens de rios, depois que a região foi *colonizada*” (Trecho extraído do diário de campo, grifo nosso). A fala do senhor Maramaldo apresenta uma lógica ligada à exploração do território quiteriense, pois, mesmo contando que em sua tradição oral havia sido informado que a região era povoada por Tremembés e Muypurás, ele realça que a introdução de máquinas e técnicas trazidas pelos irmãos Rodrigues realçando, fundamentalmente, que os desbravadores foram os responsáveis pela “colonização”, ou seja, pela introdução e exploração de técnicas ligadas a extração da cana-de-açúcar, não apenas os irmãos Rodrigues têm seu nome associado a história, memória e tradições culturais de Santa Quitéria do Maranhão e do Baixo Parnaíba Maranhense, pois nessas terras e em volta das águas do rio a presença das populações tradicionais deixou marcas indelévels que até hoje são sentidas e reproduzidas pela população da região.

Segundo Silva (2017), os Anapurus atravessaram o rio Parnaíba e se fixaram nas terras que hoje formam as cidades de São Bernardo, Brejo, Santa Quitéria do Maranhão, Anapurus e Chapadinha. Situação que muda, conforme explicitado no *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, quando “os vigarias d'esta freguesia, convidados pela amenidade e no do clima do lugar chamado Brejo onde existia a aldeia dos Anapurus e pelos motivos já mencionados na provisão já referida chegaram a estabelecer nela uma importante povoação, distante 15 legoas de S. Bernardo.” (MARQUES, 1970, p. 506). Conforme o IBGE (1959, p. 86), as povoações de Anapurus, fixadas em Brejo, eram divididas em:

[...] meri e assu. Em 1709 mataram o povoador português Manoel da Silva e, no mesmo ano, foram guerreados por ordem do governador do Maranhão, por serem considerados bárbaros tapuias. Em 1722 houve uma Ordem Régia com novas instruções [...].

Esse processo de ocupação histórica da microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense, conforme descreve Viana (2018), ocorreu por meio do rio Parnaíba, potencializada pela entrada de escravos que fugiam para a região em busca de liberdade e quilombos. Para a autora, ao pesquisar o quilombo Saco das Almas na cidade vizinha de Brejo, as narrativas históricas dessas populações desvelam a complexidade e a multiplicidade de sujeitos que permeiam o povoamento e a territorialização da região, contrariando perspectivas monocromáticas tecidas sob a ocupação dessas terras.

A mão de obra escrava passou a ser usada no Baixo Parnaíba, as fazendas da região passaram a ver nos negros, oriundos do continente africano, a base para obtenção de lucro a partir da extração dos recursos da natureza, plantio da cana-de-açúcar e criação bovina. A exploração da cultura da cana-de-açúcar representou uma fase de ascensão econômica para a região. Com a construção de engenhos, senzalas, residências e igrejas, se tornou um polo comercial de grande importância para o Maranhão. (VIANA, 2018, p. 90).

As relações de exploração e escravidão que ganharam forma no território são historicamente permeadas por silenciamentos e invisibilidade, não permitindo, muitas vezes, a identificação e valorização das heranças culturais dos grupos que possibilitaram a ocupação e povoamento dessa região do país. Sousa (2020), ao refletir sobre a Balaiada²¹ no município de São Bernardo (MA), destaca que o território do Baixo Parnaíba é atravessado por relações de sujeição, violência simbólica e silenciamentos, pois os projetos religiosos ocultavam o caráter de dominação e violência sobre os grupos nativos, os quais foram ocultados na escrita da história oficial (SOUSA, 2020).

Às populações tradicionais, colonizadores brancos e negros aquilombados que passaram a povoar as terras do Baixo Parnaíba somam-se ao longo dos séculos, sobretudo nos séculos XIX e XX, os migrantes que fugiam da seca, especialmente cearenses e piauienses, em busca de terras com água abundante e melhores condições de vida (VIANA, 2018). Nessa perspectiva, o processo de territorialização do Baixo Parnaíba Maranhense, em sua fase colonial, encontra-se conectado a formação de povoados localizados próximos a seus rios, notadamente o Parnaíba e o Preguiças, bem como a constituição de terras de uso comum, repassadas aos seus descendentes por meio de acordos orais e informais. Vejamos a partir de agora como Santa Quitéria do Maranhão ganha seu lugar nesse arranjo social que articula inúmeras cidades-beiras ao longo dos caminhos e águas do Rio Parnaíba.

²¹ De acordo com Sousa (2020, p. 17) “[...] A Balaiada foi a maior revolta popular do Maranhão, ocorrida de 1838 a 1841, alcançando as províncias do Piauí e Ceará. Mobilizou milhares de sertanejos em grande extensão do território maranhense, especialmente na região leste (Baixo Parnaíba), palco dos conflitos nas matas, rios e lagoas da região.”

CAPÍTULO 2 – SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO: MEMÓRIAS E CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

O presente capítulo pretende explorar, através de variadas fontes, processos associados à colonização e ocupação do território do município que hoje forma a cidade de Santa Quitéria do Maranhão. O caminho que percorro baseia-se em uma contextualização sócio-histórica traçada por meio de narrativas, registros visuais e documentos que se referem ao município, territorialmente conectado em sua história ao Rio Parnaíba e aos municípios de São Bernardo e Brejo. Nas narrativas dos antigos moradores da cidade suas trajetórias de vida se ligavam as rotas de migração que marcaram os caminhos feitos por suas famílias, sobretudo quando as proximidades e as distâncias dos rios eram evocadas.

Lembrando das narrativas que compõem o filme *Os narradores de Javé*²², considero que o objeto de estudo que busco compreender se insere em uma lógica memorialística marcada por inflexões que envolvem o rio, as cheias, as mobilidades, as questões políticas e as angústias pessoais e coletivas diante do deslocamento de uma cidade e seus moradores. No filme, assim como em nossa pesquisa, as águas e as cheias impulsionam um resgate da memória, estimulando, entre outros aspectos, a necessidade de falar sobre a história local, transformando a narrativa oral em um dispositivo de resistência, capaz de problematizar a realidade que estava “*por vir*”. Um caminho sem volta, “o caminho das águas, da grande barragem”, parecia anunciar as mudanças dos elementos que dão forma aos equilíbrios instáveis das configurações sociais.

Buscando recompor a história de suas famílias e da cidade nossos interlocutores teceram narrativas demarcadoras de suas origens e pertencimentos, articulando memória e identidade às suas trajetórias genealógicas. Nesse sentido, a memória pode ser apreciada como uma construção coletiva em constante movimento, pois:

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Através de histórias de famílias, das crônicas que registraram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento [...]. (DELGADO, 2003, p. 19).

Nessa chave interpretativa as narrativas e trajetórias de vida evocados por meio da oralidade dos sujeitos da pesquisa estão longe de se constituírem como construções lineares,

²² Link de acesso ao filme: <https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>. Acesso em: 12 mar. 2022.

pois, como aponta Bourdieu (1996), elas não seguem um roteiro pré-estabelecido que contém começo, meio e fim, sendo marcadas por impressões e mudanças que fogem a retórica da sucessão de trajetos precisos e a *ilusão biográfica*.

Seguindo o viés analítico de Delgado (2003), destacamos que os sujeitos entrevistados durante a pesquisa faziam constantes reajustes em suas falas e memórias, revendo traços, identidades e traumas. Revisitando suas narrativas o presente parecia funcionar como uma espécie de “filtro”, moldado por novas interpretações e recortes situados na dimensão social, relacional e simbólica da qual participam atualmente. Desse modo, a memória delineia-se como um produto social (Halbwachs, 1990) tecido através de *quadros sociais* que se ligam à coletividade e ao próprio indivíduo, nutrindo-se de suas interfaces para continuar a criar identificações entre as biografias e a memória coletiva.

4.1 De Vila Bacuri à Santa Quitéria: o rio, suas populações e a formação política do município

O processo de formação da Vila Bacuri, nome da primeira sede da cidade de Santa Quitéria, encontra-se conectado, tal como menciona o Volume XV da *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (1959), a chegada de dois irmãos, Marcolino Francisco Rodrigues e Alexandre Francisco Rodrigues, que se fixaram em um território às margens do Rio Parnaíba para explorá-lo. Os portugueses “desbravadores” que, como nos contou um de seus descendentes, estavam a serviço da Marinha brasileira, reverberavam as notícias auspiciosas acerca do “novo lugar”, cogitando a possibilidade de um intenso e lucrativo intercâmbio comercial com a Inglaterra, especialmente com a venda de algodão e a criação de bovinos.

O nome “Santa Quitéria”, segundo relatos orais, teria sido ideia de um desses irmãos, devoto fervoroso da Santa²³. Em uma tarde de terça-feira e em meio a uma longa conversa sobre a história de sua família, o senhor Maramaldo Rodrigues, um dos interlocutores da pesquisa, apontou que:

[...] os documentos sempre falam diversas histórias sobre o nome de Santa Quitéria, porém quero destacar que, conforme narrativas orais, Santa Quitéria era o nome de santa de Portugal. O nome do município foi dado por um dos irmãos Rodrigues, devoto da Santa portuguesa. Esse nome não foi criado do nada. Você pode perceber que todos os municípios aqui têm o nome de acordo com a fê, povoações e outros aspectos, não acha? [...] (Trecho extraído do diário de campo).

²³ Ao longo dos anos o lugar já teve os nomes de Vila Bacuri, Planalto Bacuri (localização da sede atual), Porto, Bacuri, e, por último, Santa Quitéria do Maranhão.

A casa dos “desbravadores” do território do Bacuri (ver Figura 3), que hoje pertence a um de seus descendentes, foi o local onde inicialmente se instalou na beira do Rio Parnaíba o armazém onde se estocavam os produtos que abasteciam a região através das trocas comerciais que se faziam por meio de um porto, de pequena escala, instalado no local.

Figura 3 – Residência dos descendentes dos primeiros colonizadores brancos de Santa Quitéria



Fonte: Maramaldo Rodrigues (2021)

Essa narrativa destaca a importância econômica da navegabilidade do Rio Parnaíba e sua contribuição para a fixação das primeiras povoações no território do hoje município de Santa Quitéria. O rio emerge como um lugar diretamente associado à produção de mercadorias e ao intercâmbio entre variadas localidades que compõem as microrregiões do Baixo Parnaíba do Maranhão e do Piauí. Para o senhor Lionésio Garcia o rio foi fundamental para o surgimento e desenvolvimento de várias cidades em suas margens.

[...] O rio Parnaíba foi importante para tudo! Como seria esse município se não fosse o rio? Aqui tem a produção de tudo. As pessoas não assimilam isso, pois a produção de tudo é através do rio. Hoje não tem mais isso, mas antigamente tinham as grandes lavouras de arroz e feijão, a agricultura de subsistência. O rio foi navegável, eu cheguei a ver os barcos que passam aí, que iam até depois do Brejo carregando mercadoria e gente. As embarcações vinham de Parnaíba para cá. O rio foi importante,

não só para Santa Quitéria. Quando você vai através do rio tem várias cidades que são beneficiadas por ele, inclusive tem cidades gêmeas como Teresina e Timon, que é uma do lado e outra do outro. Porque o rio é o *corredor central* que tem fartura de tudo! [...] Segundo relatos dos mais velhos aqui tinha produção de muitas melancias, fumos, manga, cajá e tantas outras frutas. O rio é tão farto que o povo não “vence” e ao mesmo tempo não dão valor ao nosso precioso rio. Ou seja, as pessoas não cuidam. Olha o rio aí, tudo acabado! Acabaram com a mata ciliar, virou o que está aí hoje. Agora mesmo a três meses atrás chovia muito, agora você atravessa sem precisar nadar. Ele está tão seco que dá para nadar, canal mais raso dá água na altura do peito. (Lionésio Garcia, entrevista concedida em 08 de setembro de 2021, grifo nosso).

Nesse contexto de análise o Rio Parnaíba é socialmente representado não apenas como um elemento da paisagem natural que divide os estados do Maranhão e do Piauí, mas também como um espaço indelével do universo simbólico que atravessa as fronteiras e gerações dos filhos desses estados nordestinos fronteiriços. Rego (2010) descreve algumas das rotas fluviais do grande Rio Parnaíba, que se conectavam à Santa Quitéria do Maranhão, destacando os principais destinos que pontilhavam em sua passagem os pequenos portos das *cidades beiras* localizadas nas margens do rio.

O tráfico fluvial do rio Parnaíba, em 1917, era assim organizado, segundo Nunes (apud SANTANA, 1995, p. 98) e Marques (2008): Companhia de Navegação a Vapor no rio Parnaíba: com 3 rotas: norte (de Teresina a Parnaíba), sul (de Teresina a Floriano) e Tutoia (de Parnaíba a Tutoia) – Fundada em 04.10.1858, fez sua viagem inaugural em 24.11.1858 com navegação entre a Capital e Parnaíba, com paradas em União e Repartição (Luzilândia). Em 1908 faziam quatro viagens de Teresina a Parnaíba nos dias 5, 12, 20 e 28 de cada mês e duas de Teresina a Floriano nos dias 7 e 22 de cada mês (MARQUES, 2008). Empresa Fluvial Piauiense: o principal armador nessa navegação era a família Nogueira, e navegava de Floriano até o alto Parnaíba e o alto Balsas. Eram embarcações menores, tanto os rebocadores como as alvarengas. Operava com 3 linhas: alto Parnaíba (de Uruçuí a Floriano), baixo Parnaíba (de Uruçuí a Vitória), rio Balsas (de Uruçuí a Santo Antônio de Balsas). (REGO, 2010, p. 148).

Em entrevista ao *Jornal Maranhense*²⁴ o professor Francisco das Chagas, o Chaguinha, aponta que “essas bandas” eram, antes da chegada desses irmãos colonizadores, povoadas por diversas comunidades indígenas que cortavam as águas do rio e chegavam ao território próximo onde se instalaram o homem branco. Santa Quitéria aparece descrita como um sítio e cercada por populações tradicionais na visita do governador da Província do Maranhão, João Maya da Gama, em 1728 (2017)²⁵.

A, viemos ao Sítio de Santa Quitéria já com muita chuva e aqui preparamos cavalos e as cargas e bagagens de matalotagens que eram necessárias para atravessar daqui por terra, a ir buscar a aldeia dos Tremembés da Tutóia na costa do mar para onde se obrigaram a guiar-nos os ditos índios Anapurus por serem por ali terras suas e de seus

²⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=1332550386859476&extid=WA-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C&ref=sharing. Acesso em: 04 ago. 2021.

²⁵ Segundo Marques (1870) a freguesia de São Bernardo foi criada em 1774, constituindo-se, desse modo, como a primeira freguesia criada no território a partir de seu desmembramento da comarca de Brejo dos Anapurus.

avós e assim os despedimos logo com ferramentas para abrirem uma picada por matos e caatingas intratáveis, [...]. Diário, 9. 12. 1728. (CARVALHO, 2005, p. 53).

Outra menção a ocupação do território quiteriense encontra-se nos autos do Processo nº 246/2006 – processo de usucapião²⁶ – que descreve como foram feitas as doações das sesmarias que serviriam para que o Governador João da Maya Gama conseguisse colonizar o Maranhão e, conseqüentemente, o Baixo Parnaíba Maranhense. Conforme o documento analisado existia em 1728 a “Data Barreira” que atestava a doação daquelas terras para uma família que pudesse colonizar o território quiteriense²⁷.

Da mesma forma, a cidade de Santa Quitéria tem origem em uma sesmaria que fora concedida em 13 de mayo de 1728 a João Tavares da Rocha, pelo então Governador e Capitão Geral do Sítio Santa Quitéria, com três legoas de comprido e uma de largo principiando no Estreito de Santo Eugênio correndo pela beira do Parnaíba acima até o Estreito de Saco Bandeira, tudo conforme inclusa Carta de Data de Sesmaria (doc. 02), história esta que é confirmada nos autos da antiga e conhecida Ação de Aviventação dos Rumos e Divisão da Data Santa Quitéria que se encontra indevidamente arquivada no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Brejo, cuja cópia do Memorial Descritivo de Aviventação dos Rumos se junta (doc. 03), documento este que conta todo o histórico da dita Data, e dá conta, ademais, que a dita sesmaria fora chancelada por ninguém menos que o Monarca de Portugal El Rey Dom João V, por carta Régia de 18 de setembro de 1732. (PROCESSO DE USUCAPIÃO, 2006, não paginado).

Pensando o “vazio demográfico” tão recorrente em fontes oficiais, como os registros que encontramos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que não registram a presença das primeiras povoações de Santa Quitéria do Maranhão e priorizam as incursões dos irmãos Rodrigues em detrimento das experiências dos povos originários, camponeses e migrantes, Sousa (2020, p. 32) aponta que:

O discurso histórico oficial do município é edificado sobre este passado, no qual os elementos religiosos ganham destaque, considerando os três componentes: os índios, os jesuítas e a evangelização. Essas narrativas escondem as disputas e as relações de poder, nas quais os indígenas eram dominados e o homem branco (os padres) aparece como os “desbravadores”, que trouxeram a imagem (do santo São Bernardo) e iniciaram o processo de “civilização” do lugar. Nessa perspectiva, mulheres, negros e indígenas são silenciados da história oficial (SILVA, 2017; MACATRÃO, 2009; VAZ, 2016), inclusive a própria representação do “vazio demográfico”, em que se entende que não haveria [...] ninguém, demonstrando assim o processo de exclusão e esquecimento de outros sujeitos históricos importantes ao longo do tempo na formação étnica e cultural da cidade.’ [...].

Segundo Silva (2017), a criação da Vila de São Bernardo, de onde se desmembrou posteriormente Santa Quitéria, encontra-se ligada a missões de cunho religioso imbricados ao

²⁶ No ANEXO G é possível consultar o requerimento com autorização do Juiz para o devido uso do processo.

²⁷ O processo mencionado contém as informações documentais mais antigas que conseguimos encontrar durante a pesquisa.

aldeamento, catequização e propagação da fé católica em terras maranhenses. No relato mítico e religioso que marca as representações sobre a cidade de São Bernardo:

[...] Corre uma tradição, como tem acontecido em muitas, partes do Brazil, que fora encontrar lá a imagem de São Bernardo na encosta dos morros no lugar, onde hoje está a sua igreja. Contento o povo com tão precioso achado, em solene procissão pelo longo espaço de 7 léguas **levou a imagem para a povoação de Santa Quitéria na beira do rio Parnahiba**. No dia seguinte desapareceu o Santo, e foi encontrado junto aos ditos morros. Nova procissão, ainda mais esplêndida, o foi levar a Santa Quitéria, porem como aparecesse outra vez no mesmo lugar resolveu-se ali construir um pequeno templo, que esse lá hoje sendo substituído por outro de risco moderno e elegante, construído com esmolas dos fiéis, e com um pequeno auxilio do governo, que não chega a 2:000 000 reis graças ao incansável zelo do atual vigário João Francisco Martins, e à religiosa piedade do coronel Pires Ferreira, Bernardo Rodrigues de Carvalho e outros fazendeiros abastados do lugar, sendo as ofertas dos que mencionamos, as que mais avultam. (MARQUES, 1870, p. 506, grifo nosso).

Marcada pelo misticismo religioso a história de São Bernardo se conecta à de Santa Quitéria, demarcando a distância entre as margens do Rio Parnaíba e a igreja matriz do município vizinho como um percurso experimentado em torno da fé e da devoção. Associadas a narrativas e experiências religiosas as cidades de São Bernardo, Brejo e Santa Quitéria do Maranhão experimentam temporalidades e movimentos ligados ao processo de cristianização promovido por jesuítas na região e à penetração de migrantes oriundos de estados nordestinos vizinhos, geralmente fugindo das intempéries cíclicas da seca.

Conectado em alguns momentos à história mítica e religiosa que permeia a formação da cidade de São Bernardo, em outros registros Santa Quitéria do Maranhão emerge atrelada ao povoamento do município de Brejo dos Anapurus. Na linha temporal descrita pelo *Jornal do Estado* (ANEXO B) foi possível identificar que Santa Quitéria era um povoado integrado ao município de Brejo, compondo um dos cinco povoados pertencentes à então próspera vila. Nos séculos XVIII e XIX, Brejo dos Anapurus era um importante produtor de algodão, babaçu e gado (criados nas chapadas que hoje pertencem aos *gaúchos*²⁸), apresentando uma economia pujante, que, segundo Macatrão (2009), teve seu esplendor até o ano de 1945.

[...] b) O maior desenvolvimento do comércio e indústria, quando se estabeleceram na cidade importantes comerciantes e indústrias, tais como as firmas de Temístocles Napoleão Furtado, Antônio Guilherme de Melo, Nelson José de Carvalho, Alcides Moraes, José Bacelar, João Batista do Nascimento, Dugés Gomercindo de Araújo etc; c) O maior desenvolvimento industrial, com muitas indústrias, tais como máquinas de descascar de algodão, piladores de arroz e engenhos de cana de açúcar, de indústrias como Nelson José de Carvalho, Antônio Guilherme de Melo, Temístocles Napoleão Furtado [...]. (MACATRÃO, 2009, p. 45).

²⁸ A categoria “gaúchos” presente nessa análise é utilizada a partir do termo cunhado nas pesquisas desenvolvidas por Gaspar (2013) e Viana (2018). Ambos os autores problematizaram como os moradores da microrregião do Baixo Parnaíba utilizam o termo como metonímia para referir-se aos sujeitos associados a produção de soja no Maranhão.

Até meados do século XX Brejo detinha um importante papel na economia da região, constituindo-se como um dos centros comerciais do Baixo Parnaíba Maranhense, devido ao transporte de mercadorias e pessoas que era realizado diariamente através do Porto Repartição. A expressiva economia local, baseada na crescente exportação do coco babaçu, açúcar, produtos da pecuária extensiva e demais gêneros alimentícios escoados pelo Rio Parnaíba, permanece materializada nas ruas e casarões do centro de Brejo por meio das fachadas das casas adornadas em um período de “esplendor” que marcou os traços arquitetônicos da cidade, ainda hoje preservados e reconhecidos.

Diferente de Brejo e São Bernardo, Santa Quitéria era até aquele momento apenas um povoado, passando cerca de dois séculos após as primeiras povoações do homem branco subordinada administrativamente às cidades que disputavam a hegemonia econômica e política da região.

Extensos e contínuos campos de Cerrado, planos e com pastagem natural, muitas espécies vegetais frutíferas e com diferentes propriedades medicinais, fibras vegetais, vários tipos de madeiras e caças abundantes; vastas terras férteis e sem cercas; um clima mais úmido que aquele do qual provinham, permitindo mais segurança para desenvolverem suas atividades de agricultura; uma rede hidrográfica bem distribuída e rica em biodiversidade, haja vista a bacia do Parnaíba, ou mesmo as menores, que, apesar de secundárias, eram formadas por rios perenes e caudalosos, como o Preguiças e muitos de seus afluentes [...]. (OLIVEIRA, 2015, p. 75).

De acordo com Assunção (2015), o Maranhão Oriental – localizado no atual Baixo Parnaíba – não apresentava muita importância no conjunto da antiga agricultura da região, situação que mudou somente no século XX. Destacando o papel ocupado por Brejo nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais da região do Baixo Parnaíba Maranhense, Gaspar (2013) aponta a importância das exportações escoados pelo Rio Parnaíba na centralidade do município até meados de 1960 (Figura 4).

Figura 4 – Tabela da produção agrícola da cidade de Brejo para 1862.

Gênero alimentício	Quantidade estimada
Açúcar	4.300 arrobas
Farinha de mandioca	45.000 alqueires
Arroz	30.000 alqueires
Milho	35.000 alqueires
Feijão	1.000 quartas
Goma	2.000 quartas
Aguardente	130 pipas
Algodão	1.150 sacas
Fumo	250 arrobas
Rapadura	50.000 arrobas
Azeite de coco	5.000 frascos
Azeite de carrapato	2.000 frascos
Gado vacum	3.000

Fonte: Sá (1997, p. 57 *apud* GASPARG, 2013, p. 60)

Esse período de pujança econômica foi experimentado também por Santa Quitéria, tendo deixado como marcas no município, que se integrava a economia propulsora de Brejo (SÁ, 1997; GASPARG, 2013), as ruínas de duas grandes senzalas em fazendas que produziam e escoavam pelo porto local algodão, fumo²⁹, cana-de-açúcar e farinha de mandioca.

Em setembro de 2021 estive em São Luís, capital do Estado do Maranhão, para conhecer um quiteriense que, conforme conversas informais, havia se tornado Procurador de Justiça em São Luís, o seu Teodoro Peres³⁰, que além de sua trajetória dentro da advocacia se dedicava a esboçar sua trajetória de vida a partir de suas vivências e experiências em Santa Quitéria do Maranhão. O advogado e escritor tem dois livros nos quais traz narrativas sobre Santa Quitéria, sendo eles: *Nos Recantos e Contemplações de Santa Quitéria* (edição estava expirada por isso não tivemos acesso) e *Saudosos Caminhos*. Nesse momento, reportando-se a aspectos históricos, econômicos e sociais da cidade ele apontou que:

[...] Santa Quitéria era um grande produtor de rapadura, azeite de coco babaçu. Nessa época era tudo exportado, goma, fécula de mandioca para ser vendido e comercializado na cidade de Parnaíba. Santa Quitéria era cobiçada e foi disputada pelos municípios de São Bernardo e Brejo. Muitos foram os embates e discussões políticas a fim de que Santa Quitéria fosse emancipada e tivesse seus limites todos demarcados a fim de ser independente dos demais municípios. Até que em 1937, através dos decretos os quais eu menciono em meu livro, ela então se torna

²⁹ Identificamos em nossa pesquisa a presença de extensas plantações de algodão e fumo em Santa Quitéria e Milagres, ambas cidades localizadas à beira do rio Parnaíba, produtos essenciais para a economia do Maranhão no século XVII.

³⁰ Meu primeiro contato com seu Teodoro Peres se deu via WhatsApp em agosto de 2021. Enviei uma mensagem de texto destacando a Instituição e o mestrado que faço parte e o objetivo de minha pesquisa, em seguida perguntei a possibilidade de conhecê-lo e ter contato com seus livros, pois eu não havia encontrado, até aquele momento, os livros a venda. Seu Teodoro me ligou, conversou meia-hora comigo e agendou em seu escritório nossa conversa, a conversa foi rica e produtiva, porém devido a agenda de seu Teodoro estar muito cheia e de, no momento de nossa conversa ele estar muito ocupado, não tive condições de delongar mais assuntos e/ou mesmo aplicar o questionário da pesquisa. (Trecho extraído do meu diário de campo em 03 de setembro de 2021).

emancipada. Sendo que essa disputa vem desde o século XVIII. *Santa Quitéria é um território de grande importância* para a produção de gênero de variadas espécies que servia para seus filhos, era uma fartura. Quando eu saí de lá, em 1954, ainda presenciei essa fartura. [...] (Trecho extraído do diário de campo em 03 de setembro de 2021, grifos nossos).

O conjunto de suas narrativas, refinada pelo contato com o universo da advocacia e seus conhecimentos literários, demarca um apreço à identidade quiteriense que, fundamentalmente, encontra-se permeada pela saudade. Seu Teodoro Peres, distanciado de sua “terra natal”, descreveu uma cidade portuária bela e com uma economia ativa e variada, exaltando lembranças que se apegam a uma importância que teria ficado nos “tempos do passado”.

Com o esforço político da comunidade local o município foi potencializado à categoria de Vila em 1912³¹ (*O Pacotilha*, 1910³²), passando após sua emancipação, por episódios intermitentes de anexação territorial aos municípios de Brejo e São Bernardo.

O termo judiciário de Santa Quitéria foi criado pela Lei Estadual nº 662, de abril de 1912, e sua instalação ocorreu a 25 de agosto do mesmo ano, juntamente com a do município, e anexado à Comarca de Brejo. O termo foi suprimido por diversas vezes, ficando apenas em distrito a exato ao município e termo de São Bernardo e pertencente à Comarca de Araíoses, verificando-se esta última ocorrência no quinquênio 1939-1943, pelo Decreto-Lei nº 159, de 6 de dezembro de 1938. Pela nova organização judiciária, o município fica com termo subordinado à Comarca de entrância de Brejo, dividido em três distritos: o da sede municipal o de Barra da Onça e o de Buriti. As funções judiciais serão desempenhadas por juízes suplentes, adjuntas de promotor público, oficiais de justiça e escrivães. (CARDOSO, 2001, p. 458).

Marcada por disputas territoriais entre as principais cidades da região, pela presença histórica de povos originários e pela penetração do colonizador, populações quilombolas e migrantes nordestinos que fugiam das secas do século XVII, a vila de Santa Quitéria do Maranhão ganhou forma e se desenvolveu à beira das margens do Rio Parnaíba, fazendo das águas um elemento constantemente presente nas narrativas e arcabouço simbólico de seus moradores.

4.2 Espaços e memórias em Santa Quitéria Velha: lembranças das camboas, dos prédios e do porto da velha cidade

³¹ O processo de criação da Vila Bacuri remonta ao ano de 1912, contudo o jornal *O Pacotilha*, do ano de 1910, destaca a representação da população local pedindo a criação de uma vila.

³² *O Pacotilha*, São Luís, 23 ago. 1910. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

A infraestrutura de “Santa Quitéria Velha³³”, localizada às margens do Rio Parnaíba, contrasta, na fala de nossos interlocutores, com a configuração que ganha forma com a construção da “Nova Santa Quitéria” no então povoado³⁴ Bacuri, localizado às margens dos caminhos rodoviários que passaram a ligar por meio do asfalto a cidade a outros municípios da região. Os arruamentos da velha cidade, conforme relatos orais, foram aparecendo de modo gradual, tendo como eixo principal o prédio da igreja católica, de onde se irradiavam pequenos aglomerados e caminhos. Nesse arranjo à beira do rio as casas ficavam distantes umas das outras, sendo encontradas nas imediações das propriedades grandes porções de água popularmente conhecidas como “camboas”, usadas para o banho, consumo, pesca, lazer e lavagem de roupas.

Figura 5 – Imagem de uma camboa



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2022).

As camboas se formam no período de cheias do Rio Parnaíba e das lagoas próximas a região, constituindo-se no cotidiano dos moradores de Santa Quitéria como espaços onde

³³ O lugar passa a ser chamado de Santa Quitéria Velha a partir da mudança da sede administrativa do município e vários de seus moradores para o povoado Bacuri, que passou a receber a nomenclatura de Santa Quitéria.

³⁴ De acordo com Botelho (2017, p.18) “O termo povoado será utilizado para indicar a unidade territorial, delimitada por fronteiras consensualmente acatadas por seus moradores e reconhecidas pelos vizinhos, onde estão situadas as moradias e demais edificações (casas de forno, casas de festa, igrejas, escolas, estabelecimentos comerciais, postos de saúde, quando existentes, e outros) e as áreas de trabalho. Em algumas situações, as áreas de trabalho das famílias de um povoado podem se encontrar em outras localidades. [...]”.

costumeiramente as mulheres lavam suas roupas, banham seus filhos e construíam os seus pequenos “portos”³⁵. Conforme mencionou LindonJohnson (2021), os portos das camboas eram lugares de água predominantemente femininos, permitindo a construção de vínculos, sociabilidades e inúmeros conflitos entre as mulheres que ao longo do dia ocupavam as margens desses espaços. Estabelecendo horários específicos para sua utilização nesses pequenos portos as mulheres quiterienses encontravam pessoas com as quais tinham afinidades e amizades ao mesmo tempo em que evitavam contato com aquelas que lhes desagradavam. Hoje muitas dessas comboas encontram-se do “outro lado da cerca”, servindo exclusivamente como fonte de água para os animais de alguns agricultores. Separadas das porções de água próximas de suas casas, hoje as mulheres das camboas são redirecionadas ao Rio Parnaíba para o desenvolvimento cotidiano de suas atividades, contornando as cercas que teimam em ser construídas na região.

Em nossas constantes visitas ao povoado de Santa Quitéria Velha observamos muitas mulheres carregando baldes cheios de roupas em suas cabeças rumando em direção ao Rio Parnaíba para o usufruto de suas águas. Conforme seu João Francisco, Santa Quitéria Velha convive desde os primórdios de sua fundação com dificuldades de acesso a água tratada, situação que, segundo ele, nunca foi levada em consideração pelas autoridades locais. Mesmo à beira d’água a água, em abundância ou em escassez, parece ser um problema que rotineiramente permeia a história de Santa Quitéria. Nesse arranjo, é necessário compreender os variados níveis da cidade por meio de suas possibilidades semiológicas, processo que nos permite perceber e percorrer seus encadeamentos a partir dos arranjos que compõem os significados e significantes que alimentam e dão vida ao imaginário da população (LEFEBVRE, 2001).

³⁵ Nas palavras de Irenildes Sousa (2021), cada mulher tinha um “porto” específico nas diferentes camboas que se formavam na região.

Figura 6 – Casas de Santa Quitéria Velha



Fonte: Arquivo Pessoal do Senhor Enélio Alcantara (s/d)

As ruas da Santa Quitéria localizada às margens do rio não eram pavimentadas e/ou calçadas, existindo poucas casas cobertas com telhas na “velha cidade”, já que a grande maioria das residências era feita de “taipa”³⁶. Nossos interlocutores apontaram em suas narrativas a existência de um único “prédio com andar” no local, popularmente conhecido como “balança mais não cai”³⁷, onde por muitos anos funcionou a Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão. Os prédios considerados os “mais bonitos” da época ganharam as páginas da *Enciclopédia dos municípios* e são preservados na memória da população local e nos arquivos pessoais de seus moradores, bem como em fontes extraídas do IBGE.

³⁶ As casas de taipa, conforme descreveram nossos interlocutores, são formadas a partir da mistura de barro e pedaços de madeira ou arbustos. Essa mistura é amassada à mão e posteriormente modelada para dar forma às moradias dos habitantes de Santa Quitéria do Maranhão.

³⁷ Os moradores chamavam o prédio de Balança mais não cai, pois, como não tinham contato com prédios, acreditavam que o prédio da prefeitura poderia cair a qualquer momento, causando assim um estrago enorme.

Figura 7 – Antigo Centro Cultural de Santa Quitéria do Maranhão



Fonte: IBGE (2021)³⁸

Os prédios de estrutura arquitetônica que marcam o imaginário local encontram conotações particulares nas falas dos entrevistados, pois eles consideram que “[...] é uma pena ver esses prédios destruídos, aqui, existia nossas histórias [...]” (Enédio Alcântara, trecho da entrevista concedida em 25 de setembro de 2021), revelando traços de uma cidade que não preserva ou preocupa-se com a memória de seus espaços (ver Figura 7³⁹). Para nossos interlocutores esse “descuido” com o passado está imbrincado à atuação das gestões pós-transição da sede administrativa e a posição que a antiga sede passou a ter no arranjo político e econômico e no imaginário coletivo local.

As descrições dos interlocutores nos fazem pensar sobre a cidade enquanto uma materialização de feições históricas, sociais e culturais, um lócus vivo das tradições e lembranças que permeiam suas narrativas. No transcurso de suas falas somos levados a percorrer através das memórias de um “tecido urbano” as divisões entre um “lá” – representado por Santa Quitéria Nova – e um “cá” – associado a Santa Quitéria Velha – marcando relações de oposição, complementaridade e hierarquia enquadradas na espacialidade que perfaz os *signos* desse universo. “[...] Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.” (PARK, 2018a, p. 1).

³⁸ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=434658>. Acesso em: 04 set. 2021.

³⁹ O prédio da Figura 5, acima, foi um importante centro cultural do município, contudo, hoje encontramos em seu lugar algumas ruínas de seu muro e casas que passaram a se amontoar em seus arredores.

Seguindo as prerrogativas de Arnold Voguel e Mello (2017), que se debruçam sobre os problemas urbanos e o processo de remoção do Bairro Catumbi no Rio de Janeiro, histórias e memórias dos moradores desses espaços sobrevivem face as novas exigências de modernização do Estado. Vozes de tristeza diante do que anteriormente era o palco da vida e das dinâmicas sociais para esses sujeitos são permeadas não apenas por dor e sofrimento, pois:

As cidades são verdadeiros sistemas de memória. Enquanto tais os centros urbanos - sistema construído e relações que o animam - constituem uma unidade em tensão e em processo. Nesses arranjos de forma material/social há um sistema de signos urbanos existentes. Ao mesmo tempo, apresentam-se como uma espécie de arquivo de modo de viver que os concebeu e como agência produtora de novos modos de vida. Arquivo em permanente processo de atualização, portanto. Nele, os princípios, as idéias e as relações características de uma determinada sociedade, além de se inscreverem materialmente, podem ser apreendidos de forma sintética. (VOGEL; MELLO, 2017, p. 6).

A cidade, tal como a pensou Park (2018b), não é um amontoado de casas, ruas, e demais estruturas físicas que a compõe, pois para além de uma base física material existe também uma imaterial, que se apresenta como um *estado de espírito*⁴⁰. Sob essa perspectiva e seguindo o que aduz Pierre Nora (1993, p. 13) “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento mostrando que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...]”.

Figura 8 – Ruínas do Mercado Público municipal de Santa Quitéria Velha



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

⁴⁰ “A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição” (PARK, 1925, p. 01)

Figura 9 – Prédio da antiga Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão



Fonte: Adaptado pela autora da dissertação de IBGE (1959)

Um dos descendentes da família Rodrigues, os irmãos pioneiros ligados as narrativas sobre a emergência de Santa Quitéria Velha, nos relatou que o porto instalado à beira do Rio Parnaíba foi essencial para que a povoação surgisse e se tornasse próspera. Segundo nosso interlocutor, seus familiares tiveram a ideia de criar um armazém próximo ao porto devido identificarem a fertilidade da terra e as oportunidades econômicas que se abriam com os barcos que cruzavam o rio. Como assevera Assunção (1989, p. 146):

A escolha do local para o estabelecimento de uma vila no Maranhão colonial obedecia a vários critérios: além das condições naturais (salubridade do local, abundância de água no verão, etc.), pesavam as vias de acesso e comércio com a capital da Província ou com outro ponto de embarque (como Parnaíba), e, sobretudo, o relacionamento com a população indígena. Como os escravos africanos só chegam a ser predominantes com força de trabalho, na economia agroexportadora, a partir de 1955, com a Companhia de Comércio, o fornecimento da mão de obra indígena (quer seja pela escravidão aberta, quer por formas veladas de escravidão) era, até essa data, vital para qualquer estabelecimento agrícola ou vila. Destarte, as vilas coloniais nunca se encontram longe de um “stock” de indígenas recrutáveis.

Um pequeno porto, hoje chamado Porto Maria Candeira, foi então construído no século XIX às margens do Parnaíba para que fosse possível a mobilidade de pessoas e o escoamento dos produtos do território. Valendo-se de sua posição geográfica e hidrográfica privilegiada Santa Quitéria tornou-se um entreposto comercial articulado aos demais municípios beiradeiros da região.

Dando ênfase ao curso navegável do rio, seu João lembra das embarcações gigantes que, mesmo “não tendo fotos para provar”, cruzavam o Rio Parnaíba. O rio, segundo nosso saudoso interlocutor era navegado por enormes barcos a vapor, cargueiros, balsas e pequenas canoas que “subiam” ou “desciam” o Parnaíba.

[...] Ia tudo embarcado, nas barcas. Existiam doze barcas no porto. Barcas de até sei toneladas, até maiores. Tudo era transportado. Buriti, farinha, goma, arroz ia tudo para lá a braço de homem no barco pau na cara (barco a vela), o sal em pedra, depois ele vendia na balança. (João Francisco, entrevista concedida em 28 de agosto de 2021).

Comercialmente importante e decisivo para a fixação da população no local, “[...] à margem do rio Parnaíba, foi sempre uma romântica recepcionista, das canoas, barcos e lanchas que por lá aportavam, fazendo ligação aquática da cidade à outras.” (LIMA, *s.d.*, p. 5).

Conforme apontam nossos interlocutores, “uns iam e vinham, e essa era a vida do rio”, pois as lanchas aportavam no Porto Maria Candeira levando os produtos e pessoas da cidade para outros lugares e trazendo novos produtos e pessoas “para cá”. A agitação das travessias do Maranhão ao Piauí, como explica João Francisco era intensa, pois: “[...] havia três pontos de parada para os vapores pegarem lenha: um ponto era lá na Santa Quitéria Velha, o outro era na Fazenda Barra da Cruz e, o último, em Milagres (Maranhão).” (Trecho extraído de uma conversa informal realizada em 15 outubro de 2021). Para a circulação desses vapores no trecho do Rio Parnaíba que englobava o território quiteriense muita madeira foi extraída das “terras das chapadas”, e também da área da Fazenda Barra da Cruz situada a Beira do Rio Parnaíba, permitindo que o esplendor do rio como via navegável perdurasse até a década de 1950, momento em que foram construídas inúmeras rodovias e estradas de rodagem que reconfiguram a sociedade e as formas de imaginar a mobilidade de pessoas e mercadorias no Baixo Parnaíba Maranhense, microrregião onde se encontra Santa Quitéria do Maranhão.

Figura 10 – Registro das embarcações que circulavam pelo Rio Parnaíba



Fonte: Página do Facebook Luzilândia Viva (2022)

Como aduz Lefebvre (2001), se torna necessário compreender as *falas* da cidade, as quais denotam inúmeros sentidos impressos na realidade social. Nessa perspectiva, na pesquisa sobre Santa Quitéria os espaços das camboas, seus prédios antigos e o porto emergem nas narrativas de seus moradores como elementos associados à própria cidade, forjando, junto com as imagens e memórias do Rio Parnaíba, os principais elos que contemplam e conectam os moradores à coletividade dessa *cidade-beira*. Até os idos dos anos 1960, Santa Quitéria Velha não possuía muitas estradas que promovessem sua ligação por via terrestre com os povoados e municípios vizinhos, tendo essa informação sido constatada tanto nas falas dos nossos interlocutores quanto nas páginas do livro intitulado “Caixa”, acessado na Secretaria de Administração do Município.

Figura 11 – Atual pequeno porto de navegação de Santa Quitéria Velha



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021)

Em detrimento da navegação por via fluvial um novo impulso para a circulação de pessoas e mercadorias ocorreu a partir da criação de estradas de rodagem e o melhoramento dos caminhos “de terra” já existentes. As estradas que ligam os povoados mais distantes à “velha” e à “nova” Santa Quitéria passam a ganhar forma de maneira significativa nos anos 1960 e 70, ampliando as possibilidades de mobilidade dos moradores por via terrestre.

Nesse momento, segundo relatos dos interlocutores, “[...] as estradas eram ruins, demorávamos muito tempo para chegar na sede! A gente vinha nos cavalos, ainda hoje tem árvore que o pessoal amarrava os cavalos para comprar mercadorias [...]” (Trecho extraído de uma conversa informal em 25 de junho de 2021). Abandonando um arranjo onde pessoas e mercadorias eram transportadas para a zona rural através de carros de boi ou por meio dos rios, Santa Quitéria e seus moradores se deslocam para a nova sede administrativa, na antiga Bacuri, passando a compor uma nova configuração social em terras “à beira da estrada”.

CAPÍTULO 3 – ENTRE SANTA QUITÉRIA “VELHA” E SANTA QUITÉIRA NOVA: da beira do rio às margens da estrada

O presente capítulo tem como objetivo analisar as narrativas de alguns interlocutores de pesquisa que se debruçam sobre o período de transposição da sede administrativa de “Santa Quitéria Velha” para “Santa Quitéria Nova”. Nesse momento histórias sobre o rio permeiam atividades trabalhistas, sociabilidades, festividades, emoções, sentimentos e esperanças que formam o *ethos* do povo de Santa Quitéria, dando forma a narrativas que levam as águas em seus caminhos.

Nesse sentido, as redes de estradas e de interdependências de atividades, sujeitos e grupos sociais conectam as cidades, seus espaços e atores, não permitindo uma análise “isolada” dos contextos citadinos em suas dinâmicas de atuação e desenvolvimento histórico. “De perto e de dentro” poderemos estudar os “[...] padrões de comportamento – não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre, por meio dos seus criativos arranjos, na paisagem da cidade e em diálogo com seus equipamentos [...]” (MAGNANI, 1996, p. 135).

5.1 Santa Quitéria, o rio e os destinos de uma *cidade-beira*

Os rios são componentes da paisagem e representações de diferentes cidades. Seus caminhos, trajetos e estética embelezam, ou não, as cidades e, além do mais, incorporaram ao longo do tempo um papel significativo nos processos de ocupação do extenso território brasileiro. Como observado ao longo das páginas precedentes, muitas cidades nasceram às margens dos rios, aproveitando seus leitos para a produção de mercadorias e suas águas para circulação, lazer e escoamento de produtos. Refletindo sobre o processo de povoamento das margens do rio Parnaíba podemos destacar que:

[...] os rios brasileiros são de personalidade vincada, de raiz profunda, dá nome a terra antes de ser a terra a emprestar-lhes nome. Já nos advertiu Coelho “atente-se para o fato de que diversas parcelas de nosso território receberam o nome de rios...”. (COELHO, 2002, p. 16) O rio Parnaíba é um desses grandes personagens da História do Brasil. Ler um espaço assim é como diz Frémont, o despertar para uma arte do espaço “que só é concebível na familiaridade dos poetas, romancistas, pintores ou cineastas, que têm evocado, melhor do que as nossas descrições, a região dos homens” [...]. (FRÉMONT, 1980, p. 261 *apud* GANDARA, 2008, p. 112).

Realizando um estudo comparativo entre as dinâmicas socioespaciais que envolvem os rios São Francisco e Parnaíba, Gandara (2008) identificou algumas das características desses

grandes rios brasileiros e as conectou com os distintos tipos de configurações sociais que emergiram às suas margens. Para a autora, os rios não apenas dão nome às cidades, pois, entre outras coisas, são locais de sociabilidades, lazer, conflitos e disputas.

O Rio Parnaíba, fronteira natural entre os Estados do Maranhão⁴¹ e do Piauí, sempre incorporou ao longo da história um importante papel como canal hidroviário para a circulação de pessoas e mercadorias no território maranhense. Possuindo cerca de 1.600 quilômetros de extensão, o rio deu nome e permitiu o desenvolvimento de cidades ao longo do Baixo, Médio e Alto Parnaíba ao possibilitar “[...] o escoamento de grãos produzidos nas fronteiras agrícolas sob sua área de influência, como sul do Piauí, sudeste do Maranhão e noroeste da Bahia.” (BRASIL, 2006, p. 48).

O rio Parnaíba e seus tributários têm contribuído decisivamente para o desenvolvimento econômico dos estados onde estão inseridos, a partir do uso dos seus recursos naturais. Entretanto, o processo de ocupação dessa região hidrográfica tem sido caracterizado pelo uso desordenado do solo e dos recursos hídricos, em razão de uma agricultura e pecuária, em geral implementadas sem uso de práticas conservacionistas, conduzindo à degradação dos solos e ao esgotamento de suas nascentes e de suas respectivas áreas de recarga, resultando, consequentemente, em elevado índice de assoreamento e alteração do regime hídrico dos cursos d’água. A exploração vegetal, agrícola e pecuária, tal como realizada por mais de 200 anos, tem levado à degradação da bacia, de forma a afetar o desenvolvimento e comprometer a segurança dos biomas Cerrado e Caatinga. (CODEVASF, 2016, p. 10).

Considerada a segunda bacia hidrográfica mais importante do Nordeste⁴², a Bacia Hidrográfica do Parnaíba em seus diversos caminhos e cursos tornou possível o surgimento e a permanência de povoações em seu entorno, demarcando por meio de sua via líquida representações que envolvem a vida e a identidade das populações ribeirinhas.

A bacia do rio Parnaíba é a segunda mais importante do Nordeste brasileiro e representa a mais densa rede hidrográfica dessa região. Possui um sistema de aquíferos de grande importância ambiental e socioeconômica, objeto de ação do Governo Federal, traduzida na elaboração de importantes instrumentos de desenvolvimento, destacando-se: o Zoneamento Ecológico Econômico, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicado em 2005 com foco nos cerrados do sul do Piauí e do Maranhão; o Caderno da Região Hidrográfica do Parnaíba, lançado em 2006; o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), publicado em 2006 pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); e o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA Matopiba), lançado em 2015 por meio do Decreto Presidencial nº 8447/2015, todos com finalidade de promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável da região. (CODEVASF, 2016, p. 10).

⁴¹ Ver Relatório do Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (2013).

⁴² Dados da Agência Nacional das Águas (ANA) sobre as Bacias Hidrográficas da região Nordeste (CODEVASF, 2016).

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006) a bacia hidrográfica do Rio Parnaíba engloba três estados nordestinos, respectivamente Maranhão, Piauí e Ceará, exercendo uma expressiva contribuição para a formação e dinâmicas dos territórios banhados por suas águas. Nascendo na Chapada das Mangabeiras o rio faz seu curso ao longo de 1400 quilômetros, apresentando-se como um grande vetor de desenvolvimento das cidades maranhenses e piauienses ao se constituir como um dos principais atrativos para a fixação de migrantes oriundos dos estados do Ceará e Pernambuco que fugiam das secas.

O rio Parnaíba em toda a sua extensão atravessa 35 municípios maranhenses, compondo diversas paisagens e biomas que permitem as populações utilizarem suas águas para diversos fins.

O Estado do Maranhão está quase totalmente incluído na Bacia Sedimentar do Parnaíba, considerada uma das mais importantes províncias hidrogeológicas do país. A estrutura tectônica da bacia é em geral simples, devido a atitude monoclinal das camadas, que mergulham suavemente das bordas para o interior. O pacote de sedimentos da bacia alcança uma espessura de 3000 metros, dos quais 2550 são de idade paleozóica e os restantes 450 metros, mesozóica. Por se tratar de uma área de rochas quase exclusivamente sedimentares, o Estado do Maranhão apresenta possibilidades promissoras de armazenamento e exploração de águas subterrâneas. (IBGE, 1997, sem paginação).

Em sua tese de doutorado Gandara (2008) apresenta a categoria *cidade-beira* para discorrer sobre a importância dos rios na formação sócio-histórica das cidades nordestinas, com especial ênfase ao papel exercido pelo Rio Parnaíba nesse processo.

O rio Parnaíba é via regional que transporta(va) mercadorias, pessoas, e conseqüentemente suas representações. Sua representação como vetor de integração, de desenvolvimento da região e a sua utilização foi realizada quando teve início a estruturação das bases de desenvolvimento da Capitania do Piauí. Em nossas pesquisas empíricas o rio Parnaíba apresentou um passado de navegabilidade que foi implementada e oficializada no Segundo Reinado. Os vapores representavam desenvolvimento, meio precursor e animador, no sentido de levar a província à prosperidade. Eram tidos como suporte material com função de ligar, unir espaços e gentes. Esta navegação manteve-se até o final da década de cinquenta do século XX. O rio Parnaíba também, apresentou dificuldades de navegação tal a sua complexidade fluvial e seu singular papel como rio que caminha para o litoral. Odilon Nunes (1972) informa que os desastres marítimos eram uma constância [...]. (GANDARA, 2008, p. 18).

Para Rego (2010) o rio Parnaíba funcionou durante séculos como uma rota marítima que potencializou o escoamento de mercadorias entre o Piauí e o Maranhão no século XVII. Nesse momento, de acordo com as informações do Livro dos Municípios (1959), Santa Quitéria do Maranhão exportava gêneros alimentícios e mantimentos para as cidades de Caxias, Parnaíba e a capital São Luís, destacando-se como um “povoado florescente” pertencente a Comarca de Brejo. Viana (2018), pesquisadora da região do Baixo Parnaíba, destaca a

importância do rio para a entrada de fazendeiros na região, apontando as contradições envolvidas na conjuntura histórica e social que colocava frente a frente populações tradicionais e a atividade pecuária.

Segundo Trovão (2008), no Maranhão os portos e rios foram essenciais para a constituição de vilas e cidades, a exemplo de Santa Quitéria do Maranhão que dependia diretamente do Rio Parnaíba para a subsistência de seus moradores, interações, lazer, navegação e circulação de mercadorias e pessoas.

[...] A cabotagem estadual ou interestadual a vapor é aleatória, e a sua extensão máxima tem sido até Belém e Pernambuco. Tem, ao contrário, bastante incremento a pequena cabotagem a vela, de pequenos proprietários, particularmente dos municípios costeiros, são o agente comum das permutas entre a capital e as populações litorâneas e mesmo com a parte do vizinho Estado do Pará mais próxima do nosso (Bragança). [...] A navegação fluvial é ainda o elemento mais importante da viação interna. Feita por pequenos vapores e barcos, ela abrange três redes maranhense e do Parnaíba, tendo respectivamente por pontos de partida São Luís e Parnaíba. [...] As flotilhas fluviais abrangem pequenos vapores-gaiolas, lanchas e barcas de reboque. A rede maranhense abrange as linhas do Mearim, do Pindaré, do Itapecuru, do Munim, além de outras menores, de São Bento e de Cajapoió. Consta de uma linha única a rede do Parnaíba. [...] A navegação fluvial maranhense consta cerca de cerca de 3.500 km de linhas; 2000 na Bacia do Golfo e 1500 no Parnaíba [...]. (LOPES, 1970, p. 79-80).

Referindo-se a importância do rio e dos pescados para a economia local, o Livro Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, do ano de 1959, assevera:

A pesca é praticada em regular escala tanto nos rios como nas lagoas, pois a população, desprovida de recursos, dela se abastece; é vendida não só aos habitantes do próprio município, como aos dos vizinhos. São 240 os pescadores que exercem tal atividade, não fazendo, entretanto, parte de Colônia. Servem-se de barcos e cascos e empregam rês de arrasto e de espera, tarrafas, etc. As espécies mais comuns no município são: surubim, curimatã, mandê, corvina, branquinha, mandubé, piranha, piau e outros. No rio Parnaíba são feitas as maiores pescarias e, sendo de maio a novembro a fase mais propícia. Em 1956 a produção do pescado chegou a 30 000 quilogramas, totalizando Cr\$ 360 000,00. (IBGE, 1959, p. 316).

Lopes (1970), ao descrever as características das vias que conectam as cidades da região Nordeste e Norte aponta que os rios da região aparecem como fonte essenciais de alimentos e como as principais vias que conectam as cidades maranhenses, em detrimento das estradas rodoviárias, marcando decisivamente as experiências e memórias dos moradores do Baixo Parnaíba Maranhense, especialmente Santa Quitéria do Maranhão, em sua fase “velha”.

Várias foram as *cidades-beiras* (GANDARA, 2008) edificadas às margens do rio Parnaíba, algumas delas de modo espontâneo e outras incentivadas pelo Estado, destacando-se o papel da cidade de Parnaíba, localizada no Piauí, na articulação das demais cidades localizadas às margens do grande rio. No tocante as navegações e circulação de pessoas e mercadorias por vias fluviais podemos observar, concordando com Assunção (1989), Gandara

(2008) e Rego (2010), que todas essas cidades nascidas à beira dos rios nordestinos eram diretamente conectadas aos anseios existenciais, sociais, econômicos e políticos de sua gente e seu tempo.

5.2 Rio Parnaíba, memórias, cheias e deslocamentos

O ano de 1960 foi marcado por uma série de mudanças que marcaram sensivelmente as maneiras de imaginar as cidades brasileiras. Para além das questões associadas ao “embelezamento” das cidades do país, ocorreram outros processos que se conectavam aos planos e projetos para a integração econômica e social do Maranhão ao resto do Brasil.

Um dos processos mais contundentes que alteraram toda a configuração das cidades do Baixo Parnaíba Maranhense gira em torno das construções de estradas de rodagem, em detrimento das mobilidades que se efetuavam por vias fluviais, e a construção da Barragem Hidrelétrica de Boa Esperança⁴³ nos anos 60. Esse projeto, de grande magnitude, apresenta vetores que sinalizam mudanças estruturais, especialmente quando levamos em conta a vida e as atividades de moradores de áreas ribeirinhas. Desse modo, ao que tudo indica, o avanço da hidrelétrica desencadeou alterações, especialmente nas margens do rio Parnaíba, por meio de inundações ocasionadas para a construção da barragem (COSTA, 2008).

Para Costa (2008), os problemas associados a construção da barragem são expressivos e precisam ser visualizados tendo em vista o tamanho de sua magnitude. A busca por potenciais fontes de energia que se materializaram com a construção da barragem trouxeram, como efeitos colaterais, grandes consequências ambientais e sociais para as populações que margeavam o grande Parnaíba. Como apontam nossos interlocutores, nesse arranjo *enchentes, inundações*⁴⁴ e *cheias* passaram a compor as experiências dos moradores ribeirinhos e permear o arcabouço simbólico e memórias dos moradores de Santa Quitéria do Maranhão. Representada como parte de um conjunto de desastres ambientais, as inundações e enchentes causaram inúmeros prejuízos econômicos, sanitários e sociais à população da “velha”

⁴³ As obras da Barragem foram iniciadas em agosto de 1964 e o início de suas operações se deu em abril de 1970.

⁴⁴ De acordo com dados do Instituto Geológico, o Brasil figura entre um dos países com maior número de enchentes e inundações no mundo, as quais deflagram a rotina dos moradores, desse modo, a periodicidade ligada aos problemas hidrológicos é responsável por colocar a população em situações de risco. Conforme o Instituto, a conceituação de enchente e inundação [...] as inundações e enchentes são problemas geoambientais derivados de fenômenos ou perigos naturais de caráter hidrometeorológico ou hidrológico, ou seja, aqueles de natureza atmosférica, hidrológica ou oceanográfica. Sabe-se hoje que as inundações estão relacionadas com a quantidade e intensidade da precipitação atmosférica (SOUZA, 1998). A magnitude e frequência das inundações ocorrem em função da intensidade e distribuição da precipitação, da taxa de infiltração de água no solo, do grau de saturação do solo e das características morfológicas e morfológicas das bacias de drenagem [...]. (INSTITUTO GEOLÓGICO DE SÃO PAULO, 2009, p. 41).

cidade, tornando possível e necessária o redirecionamento da cidade e sua população rumo um novo tempo “sem tanta água”.

Figura 12 – Imagem da Barragem de Boa Esperança no estado do Piauí⁴⁵.



Fonte: Silva (2017)

Em alguns periódicos consultados encontram-se registradas a ocorrência de enchentes e inundações que desencadearam muitas destruições e deslocamentos das populações que tinham suas vidas ligadas ao grande Rio Parnaíba (*O Parnaíba*, 1926). Os prejuízos ocasionados pela elevação das águas do Parnaíba incidem diretamente na configuração e dinâmicas sociais das *cidades-beira*, potencializando, como apontaram nossos interlocutores, os desafios dos moradores que constantemente tinham que refazer suas casas e encontrar novas rotas e trajetos capazes de driblar o caminho das águas. Assunção (1989) aponta que a emergência de muitas cidades maranhenses está associada à sua proximidade com as águas, ponderando que entraves climáticos, como as enchentes, ocasionaram ao longo da história do Estado dificuldades no processo de colonização de determinadas áreas.

⁴⁵ Extraído do site: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/reservatorio-de-boia-esperanca-chega-a-100-de-sua-capacidade-diz-chesf.ghml>. Acesso em: 20 ago. 2022.

As “febres malignas” forma um dos maiores entraves à colonização do Maranhão. Os colonizadores que, ao chegar, ignoravam estas doenças e demoraram muito tempo a compreendê-las, vão logo fazer conhecer que são mais abundantes em algumas áreas, sobretudo aquelas submetidas às enchentes dos rios e lagos. O Maranhão, como é conhecido, tem chuvas abundantes entre dezembro e julho, as quais se concentram mais no mês de abril. Essas chuvas transformam a qualidade da água dos rios que ficam mais barrentos, fato outrora visto como causa do impudismo. (ASSUNÇÃO, 1989, p. 150).

Sob essa chave interpretativa as enchentes marcaram de maneira indelével o imaginário das populações do Maranhão, potencializando configurações e reconfigurações do tecido urbano de suas cidades. Para equacionar os problemas decorrentes das *pragas das enchentes*⁴⁶, que envolviam problemas sanitários, dificuldades de locomoção e perdas econômicas, os governos locais solicitavam a transferência de vilas e a mudança de seu conjunto administrativo para “lugares altos” onde pudessem ser reconstruídos a vida de seus moradores e suas cidades.

As inundações, cheias e enchentes do Rio Parnaíba ganharam várias páginas de jornais no século XIX e XX, apontando enormes desafios ao desenvolvimento urbano de suas cidades. O rio Parnaíba, desse modo, abre muitos caminhos para estradas, rotas e percursos, mas também desloca, reconfigura e altera a realidade das populações que vivem e povoam suas margens.

O Parnaíba, de alguns anos para cá tem avolumado assustadoramente as suas águas. Quer parecer que este ano vamos ter a mesma quadra de prejuízos e horrores que as invernadas de 1917 e 1924 nos trouxeram [...]. O que de bom ou não eles (meses de março e abril) nos reservam, não se pode prever [...]. (O PARNAÍBA, 1926, p. 1).

E suas águas continuam a subir semelhante às do dilúvio universal, surdas às súplicas das populações. Esquecendo ainda mais da sua bondade habitual, tornou-se demais ambicioso e egoísta tomando as habitações dos pobres camponeses a quem outrora protegia, deixando-os sem abrigo e completa miséria [...]. (O PARNAÍBA, 1926, p. 1).

As narrativas situadas nos *tempos dos rios* atrelam-se não apenas as experiências de trabalho, lazer e sociabilidade, como apontado por nossos interlocutores, mas também a problemas decorrentes das inundações do Parnaíba, impulsionadoras de problemas e deslocamentos internos nas diferentes áreas do município.

Modificando os destinos de cidades, histórias e mentalidades que se ligam a ele, o Rio Parnaíba também emerge em nossa pesquisa atrelado às experiências de sofrimento e medos, pois “[...] quando o grande rio subia geralmente ficávamos abrigados em escolas ou casas de pessoas conhecidas [...]” (Irenildes Sousa, trecho da entrevista da entrevista concedida

⁴⁶ Assunção (1989) inicia um dos tópicos de seu artigo chamando atenção para as enchentes.

em 15 de agosto). Não tendo a quem recorrer nesses momentos de “cheia” os moradores se apegavam a religiosidade e a devoção à Nossa Senhora dos Aflitos, padroeira da cidade, com a expectativa de que as águas “logo iriam baixar” e reforçavam laços de parentesco e amizade locais, especialmente por meio da rede de ajuda mútua que se formava entre os atingidos pelas enchentes e os outros moradores da “velha cidade”.

Figura 13 – Imagem da “grande cheia” de 1980



Fonte: arquivo pessoal do senhor Enélio Alcântara.

Os processos pelos quais os moradores de Santa Quitéria passavam a cada enchente revelam, como aponta Enédio Alcântara, os múltiplos desafios para a permanência na cidade, já que a cada cheia do rio os moradores da “cidade velha” tinham que conviver com as incertezas e ameaças do rio. Nesse contexto, não era apenas a tristeza e as perdas materiais que estavam em jogo nas enchentes, mas a própria condução de suas vidas e sustento, pois:

As cheias eram assim... quando o inverno era bom começava no mês de dezembro, então o rio começava a encher a tomar o espaço dele, isso aqui tudo é espaço dele, essas cheias mudava a vida dos ribeirinhos, não tinha mais escola, nós íamos para os colégios, “fulano de tal tá onde? Já está no colégio”, “a água tá onde? Já está na rua de trás”, “passou mais um para o colégio”, imagina levar menino, cachorro, galinha, pato, isso tudo num colégio. E as vezes quando a gente estava em casa a gente dizia “onde está a água? Está no pé de criouli”, no dia seguinte: “onde está a água? Está no pé de tamarindo”, então no dia seguinte acordava, colocava o pé no chão e lá está: o pé n’água, o chinelo boiando, e as coisas tudo atrepadas. Eram poucas coisas, geladeira não se tinha, fogão a gás muito pior. Então pegava o que tem que pegar e levava para o colégio. Primeiro ia para o Heitor Pedrosa (a escola), ou para o Sindicato, ou para o *Balança mais não cai*, de lá, se enchesse mais era que ia para o Bacuri (nova sede da cidade). A gente ficava pulando de lugar em lugar, na casa da minha sogra, a água nunca chegou, mesmo na última enchente grande que teve ela nunca saiu. Os filhos vinha buscar, a água já estava no batente, e quando passa um “banzeiro” a água entrava, mais ela não saía. Ficavam chorando sem querer deixar a casa e argumentava com os filhos “vamos ver se amanhã abaixa” e no dia seguinte a água baixou e ela nunca saiu dali. E detalhe, quando iam para a cidade nova, que começava a baixar as águas não tinha conversa, “vamos logo para a Santa Quitéria”, [...] (Enédio Alcântara, entrevista concedida em 25 de setembro).

Figura 14 – Imagem das cheias ocorridas em Santa Quitéria Velha no ano de 2004



Fonte: Arquivo pessoal do senhor Enédio Alcântara, 2004.

Amontoados nas “partes altas” da “velha cidade” nossos interlocutores deslocavam-se para próximo de suas casas ou para o povoado Bacuri (a “nova cidade”), experimentando ciclicamente temores quanto ao destino que o rio reservava para a *cidade-beira* e suas vidas.

[...] Naquela época o transporte não existia, então meu pai relatava que ficavam 6 homens em frente à prefeitura, se acontecesse alguma coisa, como uma pessoa levar um tiro, esses seis homens levavam o ferido de canoa para Parnaíba, remando, imagina o tempo que levava para chegar em Parnaíba, alguns chegavam com vida, outros não, a gente ficava na expectativa sem saber se o ferido sobreviveu ou morreu, ficávamos 15 dias sem saber as notícias; eu não presenciei isso, meu pai me falou. Hoje, como em todo o Brasil temos o problema do desmatamento, que acaba com a natureza, eu ouvi uma reportagem falando sobre isso há 30 anos atrás, no Imparcial, o título da reportagem era “Um gigante está morrendo” [...]. (Enédio Alcântara, entrevista concedida em 25 de setembro de 2021).

Por conta dos desafios associados as constantes cheias do rio aventaram-se ideias e planos para a construção de casas no Povoado Bacuri para receber de maneira definitiva a administração municipal local e os moradores dispostos a migrar para as terras altas do município. Nesse momento sentimentos de medo misturaram-se a experiências de resistência e esperança quanto ao destino da cidade e suas memórias, especialmente quando as relações com o rio e o arranjo político local ganham o palco central das narrativas dos nossos interlocutores.

Revisitar as memórias sobre o rio envolve resgatar os *quadros sociais* que permeiam a *memória coletiva* quiteriense (HALBWACHS, 2013) que se transformaram diante do processo de transição da sede administrativa municipal e grande parte de seus moradores para à beira da estrada. Nessa ótica:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória [...]. (LE GOFF, 2013, p. 435).

A tessitura da identidade quiteriense associada à água e aos episódios de inundações e cheias conecta os mundos sociais de nossos interlocutores ao Rio Parnaíba, demarcando relações que passam a formar ao longo de gerações a cultura imaterial de Santa Quitéria. Nessa perspectiva concordo com Gandara (2008, p. 39), ao enfatizar “[...] que os rios são construtores de ‘mundos sociais’ e aglutinam em torno de si uma boa quantidade de representações como ‘lugar de significação’ que são. Servem de baliza ou marco quase míticos para estratégias sócio-culturais.”

Memórias associadas ao começo, a transposição e o “esquecimento” de um município *beiradeiro* conectam o passado e presente de Santa Quitéria, sobretudo quando as águas do rio emergem nas narrativas de nossos interlocutores. Para Teodoro Peres, em trecho do livro *Saudosos caminhos*, “[...] a cidade se tornou estranha, a cidade já não é o que foi um dia, restando apenas saudade [...] como se alguma coisa minha tivesse sido tocada pelo desconhecido [...]” (TEODORO, 2013, p. 36). O que antes era belo e tinha esplendor já não estava mais ali diante dos olhos de nosso melancólico e saudoso morador de Santa Quitéria Velha, permanecendo nas memórias desse interlocutor em meio a dor e tristeza por um tempo em que “o rio era importante”.

Santa Quitéria Velha, em cada espaço, rua e viela, demarcou cenários de aprendizados, interações, partilhas, conflitos, perdas, dificuldades e deslocamentos fundamentais para a continuidade da vida em um novo espaço que se desenhava para abrigar os moradores que fugiam ciclicamente das cheias do Parnaíba.

5.3 Heranças de um arranjo político tradicional: uma “nova política” para uma “nova cidade”?

Buscando compreender as questões que envolvem os processos de transposição da sede administrativa e dos moradores para a nova área alta da cidade, longe do Rio Parnaíba, pretendemos no presente tópico da dissertação explorar algumas experiências associadas às expectativas que uma nova cidade abria no campo da política local. Ao mesmo tempo em que falavam com saudosismo do amor pela antiga cidade nossos interlocutores se perguntavam, com enormes expectativas “[...] O que santa Quitéria Nova poderia oferecer para a população?” (Irenildes Sousa, trecho da entrevista concedida em 15 de agosto 2021).

Rememorando o arranjo político experimentado até a década de 1970 em Santa Quitéria Velha, nossos interlocutores afirmaram que durante muito tempo a política da cidade foi marcada por um regime de exploração e opressão. Em seus relatos e em registros documentais acessados via Secretaria de Administração Municipal foi possível observar que durante o período de domínio político da família Pedrosa (1945-1950; 1956-1964; 1971-1975)⁴⁷ diversas famílias prosperaram economicamente no município, formando um núcleo de apoio essencial a reprodução da dominação política e econômica desses sujeitos. Os coronéis locais,

⁴⁷ De acordo com Lima (sem data) e com alguns entrevistados, o período político de domínio político da família Pedrosa iniciou em 1945 e findou em 1982, quando em uma disputa árdua, o senhor Manoel da Silva Costa se elegeu pelo Partido dos Trabalhadores (PT), governando nos anos 1982-1988 e em 1992-1996.

como aponta LindonJohnson, arrendavam suas fazendas próximas à beira do Rio Parnaíba e mantinham, por meio de uma série de relações clientelísticas, os “eleitores” vinculados a um sistema de reprodução da hegemonia econômica e política das elites locais, alimentando relações de dominação que marcam muitas cidades do interior do Nordeste do Brasil (LEAL, 1997).

Como aponta Bacelar, em pequenas cidades o poder político reproduz: “[...] ‘migalhas’ distribuídas na forma de relações políticas como o nepotismo, o assistencialismo e a distribuição do “bem-estar social” via prefeitura (Estado município social).” (BACELAR, 2009, p. 53). Desse modo, os desdobramentos e manutenção da economia social de uma pequena cidade, ligados a sobrevivência dos moradores econômicos do município se valem “[...] do estrangulamento técnico resta o Estado-município social “cabide de empregos”, doador de benesses e “produtor de moeda corrente” (BACELAR, 2009, p. 153). Nessa via analítica:

O que se percebe é que o Estado-município social articulado na pequena cidade fornece, em parte, as necessidades sociais e econômicas da população fazendo-a “refém” de suas próprias angústias e do desespero inerte e propício para o próprio “modus vivendi” articulado pela tangencialidade da modernidade e da ausência de mecanismos eficazes de auto-sustentação, ou mesmo sustentabilidade da população. (BACELAR, 2008, p. 156).

A discussão do autor supracitado esclarece alguns dos principais eixos de sustentação das relações de poder que caracterizam os contextos e dinâmicas de pequenas cidades, especialmente com destaque para situações que envolvem questões patrimonialistas e de compadrio. Os coronéis de Santa Quitéria formavam pequenos núcleos de poder⁴⁸ onde a família estendia seu domínio através do arrendamento de propriedades e concessões de terras, estreitando laços de compadrio e garantindo a reprodução de “velhos círculos” de hierarquia.

Por longos anos a cidade foi administrada por famílias que formaram um sistema que reproduzia, com todas as suas distâncias, traços e elementos das oligarquias estaduais em nível local. Pois, como sugere LindonJohnson:

[...] Olha, nós vivíamos em um escambo, o senhor de engenho tinha o poder sobre nossos corpos, trabalhos, objetos. Eu lembro que várias pessoas trabalhavam para o senhor, em seguida, ele queria que toda a renda fosse dele, tudo, sabe?

Pesquisadora: Esse sistema político durou muito tempo?

⁴⁸ O Maranhão passou por diversos arranjos políticos marcados, sobretudo, por momentos após o período de constituição da República sempre foi um estado que privilegiou as políticas patrimonialistas ancoradas nas grandes oligarquias, os exemplos clássicos foram patenteados pela lógica estaduais que preservam a política de favores, “[...] o chefe municipal depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta. Só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários. [...]” (LEAL, 2012, p. 41).

Sim, não havia oposição, as pessoas tinham medo de sofrerem alguma punição. Eu me lembro da vida pobre, era muito sofrimento, não tínhamos quase nada. As casas eram de barro e taipa, TV não existia para os pobres, pois não tínhamos como comprar. As casas de telha eram só dos ricos, nossas perspectivas de vida eram extremamente limitadas. As poucas diversões que tínhamos eram nos festejos (risos). Eu lembro do festejo de Nossa Senhora dos Aflitos, um festejo bem animado [...]. (Trecho da entrevista, concedida em 12 de março de 2022).

O deslocamento para a nova sede da cidade, sob a ótica dos interlocutores, articulava-se a esperança de que um novo *ethos* cidadão pudesse ser forjado no interior desse processo de trasladação, dando margem a uma série de conflitos políticos que questionavam os arranjos estabelecidos (ELIAS, 1991). Nesse momento da transição configuram-se grupos que buscam resistir à mudança da sede, receosos das mudanças que poderiam ocorrer no equilíbrio do quadro político, e entusiastas de novos partidos, que ganhavam voz denunciando as mazelas e problemas sociais que marcaram a vida da antiga sede. Com expectativas de que o arranjo político local mudasse com a ida para a “nova” cidade os interlocutores realçam e recordam que no período de transição para à beira da estrada:

[...] a política municipal ganhou um novo rumo, fomos libertos das amarras do grande senhor de engenho. Para mim, esse marco foi essencial na vida de toda nossa cidade. Vários prédios começaram a aparecer, algumas pessoas mais pobres já conseguiam melhorar sua qualidade de vida. (LindonJohnson, trecho da entrevista, 15 de março de 2022).

Bom eu lembro da enchente de 74, mas quando chegou em 85 teve nova enchente. Essa época eu me recordo do governo Sarney onde o pessoal vendia as propriedades no interior para fazerem poupanças, pois a inflação estava grande. E, a partir disso, a cidade foi crescendo se valorizando, para ficar daquele jeito. A partir disso o povo acreditou que lá seria realmente cidade[...] (João Francisco, entrevista concedida em 28 de agosto de 2021)

Sob a ótica dessas narrativas a transposição da cidade e seus moradores para a “Nova Santa Quitéria” era atravessada não apenas por angústias, medos e tristezas, mas também pela esperança do fim de um sistema de opressão comparado pelos moradores locais ao tempo da escravidão.

Com o reposicionamento da antiga Santa Quitéria no imaginário coletivo local outros projetos e sujeitos passaram a ser visibilizados, permitindo a formação de uma oposição e resistência política que nascia dentro de velhas estruturas em fase de desmoronamento (ELIAS; SCOTSON, 2000). Associada às mudanças físicas ligadas a transposição para a nova sede, agita-se no interior dos lares e nas calçadas da nova cidade um movimento de cidadãos que rompiam com as prerrogativas morais já estabelecidas, permitindo que novos tempos pudessem ser imaginados no campo da política. Nesse contexto, a divisão entre *estabelecidos* e *outsiders* historicamente gestada no âmbito da política municipal desprendia-se de seu caráter

eterno e tomava as ruas de Santa Quitéria Nova, deflagrando críticas e questionamentos ao projeto de transição.

No período de transição e em uma nova sede as ordens dos coronéis passaram a ser questionadas, dando origem a inúmeras fofocas sobre aqueles que “mudavam de lado”, tidos como traidores.

Em relação à prática da fofoca em contextos sociais de intensa pessoalidade e forte copresença, caracterizados por repertórios simbólicos cotidianamente atualizados em redes de parentesco, compadrio e vizinhança, Barbosa (2015, p. 246 e 247) disserta que as redes de intriga tecidas pela fofoca atuam tanto no sentido de integração moral e de solidariedade mediante o compartilhamento de informações sensíveis e de impressões de si e do outro, quanto estratégias de difamação e de desfiguração e rebaixamento moral do outro. Regula, assim, o mercado de dádivas e de favores, que se estabelece a partir das hierarquias visíveis e invisíveis configuradas no cotidiano das interações. (KOURY; BARBOSA, 2021, p. 70).

Em meio a fofocas e boatos desencadeiam-se tensionamentos que criam e orientam às moralidades responsáveis pela lógica das ações que lhes são intrínsecas (PRADO, 1995; LACERDA, 2016; BLANC, 2017), permitindo que discordâncias políticas e “traições” pesem sobre seus moradores e famílias. Nesse arranjo, criticar o senhor Heitor Pedrosa nos espaços privados da casa e nas rodas de conversas que ganhavam forma na nova cidade significava, até certo ponto, romper com as condutas e o antigo ethos que sustentavam a tradição política da velha cidade.

Ao refletir sobre os contatos pessoalizados e os conflitos políticos que ocorrem nas pequenas cidades brasileiras Endlich (2006, p. 398-399) pondera que:

[...] nas pequenas cidades, de maneira geral, é por ocasião das eleições que ocorrem explicitamente conflitos políticos, quando se aceita a situação e a oposição. É comum a formação de grupos, que revezam no poder, inclusive por meio de alternância com os mesmos nomes.

As sociabilidades formadas nas pequenas cidades são traduzidas em maneiras de perceber os eventos políticos, sociais e culturais sob os aspectos camuflados pela aparência de uma *totalidade unificadora*. Essa forma de “enxergar” presente nas cidades pequenas pode, na interpretação da autora, forjar determinados comportamentos que sustentam os mecanismos de *identidade grupal* (ENDLICH *apud* CANIELLO, 2003, p. 33), camuflando relações de exploração e conflitos. Nesse momento, segundo LindonJohnson, “as pessoas não podiam se misturar”, pois existia uma divisão social que dividia os moradores de Santa Quitéria Velha e os de Santa Quitéria Nova, que buscava desenhar um novo equilíbrio na configuração social que se formava. De um lado pareciam se encontrar no imaginário coletivo quiteriense as tradições, o rio e as cheias que marcaram a história de uma velha cidade e de outro um novo

espaço, atravessado por novos modos de vida, significativamente associados aquilo que passa a se imaginar como o “novo” e o “moderno”.

Vencendo o compadrio e o controle que se exerce por meio da pessoalidade, a esperança de mudança política ganhou nome e corpo alguns anos depois na Nova Santa Quitéria, como aponta LindonJohnson e outros interlocutores, por meio da eleição do prefeito Manoel da Silva Costa (1982-1988), que teria vencido o pleito local como representante de um “novo tempo”, pretensamente diferente e alheio aos traços das políticas dos coronéis que caracterizaram por muito tempo o cenário político do Nordeste brasileiro. Longe do rio talvez a política poderia ser diferente!?

CAPÍTULO 4 – MODERNIZAÇÃO DO CAMPO, DESENVOLVIMENTO, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS EM TORNO DA ÁGUA EM SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO

Nesse último capítulo da dissertação pretendemos explorar como a água, não mais como elemento atrativo para a fixação de pessoas às margens do rio ou como potencial causador de deslocamentos durante as recorrentes enchentes, emerge no arranjo contemporâneo da Santa Quitéria do Maranhão associada à possibilidade da reprodução dos modos de vida locais e às demandas dos movimentos que lutam pela terra nessa região do país.

6.1 Projetos de desenvolvimento, monoculturas e conflitos no Baixo Parnaíba Maranhense

Para Gaspar (2013) só é possível entender a história e dinâmicas sociais da microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense se articularmos o destino desses municípios aos seus processos de ocupação territorial e à posição periférica ocupada em um arranjo capitalista que estimula uma série de projetos “modernizantes” para o Estado do Maranhão. Os projetos de “modernização do campo” tiveram forte impulso com o último governo ditatorial que se instalou no país (1964-1985), momento em que foram criados os chamados “polos de crescimento”, metáfora para nomear os principais esforços do governo em ampliar e integrar o país às fileiras da industrialização e do comércio internacional.

Segundo Fernandes (2004), nesse período os governos ditatoriais, por meio de “políticas de modernização do campo”, potencializaram a expansão de grandes latifúndios, a apropriação territorial de extensas terras e a repressão e expulsão das populações camponesas.

Podemos afirmar que a política de desenvolvimento regional para o Maranhão, pelo menos no setor pecuário, cumpriu seus objetivos produtivista e modernizante. Incorporou-se milhões de hectares (mais de cinco milhões de hectares num espaço de tempo (1970/1980) nas atividades agropecuárias, majoritariamente na pecuária de corte extensiva cuja consequência foi a retração da agricultura familiar e do extrativismo do babaçu. A lógica deste processo se deu pela concessão de incentivos fiscais e outros tipos de subsídios. Segundo Arcangeli, os projetos aprovados pela SUDAM, SUDENE ou CODEMA (Conselho de Desenvolvimento do Maranhão), sempre estiveram associados à hiper áreas por conta da dimensão dos mesmos, cuja área média na década de 1970 era de dezesseis mil por hectare (16.000/ha). (IBGE, 1997, sem paginação).

O período das “frentes de expansão” (VELHO, 1992) no Maranhão é marcado pela construção de infraestruturas, especialmente rodovias e portos, que buscavam conectar por diferentes caminhos o Estado a outras cidades do país.

[...] foi criado, ao final de 56, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, cujos resultados foram revelados no início de 1959 através do relatório intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. Uma recomendação deste relatório era a ocupação do Maranhão como alternativa de diminuir as pressões das regiões nordestinas castigadas pela estiagem. A abertura da rodovia Belém-Brasília, no final da década de 50, foi o primeiro instrumento para que as migrações atingissem o Oeste do Maranhão e o Sul do Pará. A partir de 1960 outros eixos rodoviários complementam o fluxo migratório de leste para oeste. [...] as frentes avançaram rapidamente, causando transformações ambientais e quebrando as estruturas sociais e econômicas pré-existentes. O avanço da atividade pastoril é predominante, normalmente sendo acompanhada da atividade madeireira que explora as centenárias reservas florestais do Mearim, Pindaré, Tocantins e Gurupi. (IBGE, 1997, sem paginação).

Nesse contexto, ao longo das últimas sete décadas, vários foram os programas que visavam a integração do Maranhão e suas populações à um processo de “modernização” que ganhava corpo em outras regiões do país. Para Barbosa (2013), as preocupações com a região Nordeste e os esses esforços para a “modernização do campo” resultaram na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (1959), órgão responsável por planejar, desenvolver e implementar projetos para essa “região problema”.

Os discursos políticos em torno da criação do órgão e de uma “ocupação dirigida” previam, como aponta Manhães (1987), a incorporação de várias terras maranhenses e seus vales úmidos ao sistema de *plantation* em áreas de “vazio demográfico” ainda não atingidas pela dita modernização. De acordo com Costa (2016), as “boas intenções” dos projetos da Sudene foram ao longo do tempo “aprisionadas” pelas classes dominantes, que edificaram as grandes fronteiras agrícolas que borram os espaços dos territórios maranhenses historicamente povoados por populações tradicionais.

O Sistema de incentivos fiscais no geral, e em particular o sistema 34/18, torna-se importante forma de financiamento da expansão monopolista no Brasil, com ele transfere-se às regiões a hegemonia da burguesia industrial do Sudeste, agora “internacional-associada”. Entretanto, a integração nacional hegemônica via mercado ocorre sem eliminar, ou mesmo sem alterar, os enclaves da dominação arcaica nordestina, resguardada pela concentração de terras – tendo-se em mente os efeitos sociais, políticos e econômicos dela resultantes. Assim, as frações de classe dominantes, preservando seus respectivos papéis no processo de reprodução do capital, colocam-se como pilares de sustentação do regime militar, que, em contrapartida, proporciona garantias econômicas e jurídicas por meio de uma atuação compressora e repressora sobre as potenciais forças que pudessem, eventualmente, ameaçar o padrão de acumulação que se instaura. (COSTA, 2016, p. 97)⁴⁹.

⁴⁹ No final dos anos 1960, com a promulgação da Lei de Terras (instituída entre 1966 e 1970) pelo governo Sarney estabeleceu-se um vigoroso mercado regional de terras, responsável por um conjunto de transformações nas relações sociais no campo. As terras devolutas atraíram vários grupos econômicos (de dentro e fora do estado), passando a formar sociedades anônimas com áreas de 20.000 a 100.00 mil hectares. (BARBOSA, 2013, p. 114-115).

Segundo Guimarães (2012), desde a década de 1950 o Brasil passava pelo processo da “revolução verde”, movimento que se instaurou nos Estados Unidos e na Europa, potencializando a chamada “terceira fase” da industrialização mundial. A partir desse marco histórico e cíclico do capital foram incrementadas novas forças produtivas, que alteraram de forma qualitativa os moldes da agricultura que se praticava no Brasil ao longo dos séculos.

Nessa conjuntura o país passou a financiar a produção da soja por meio de inúmeros canais de crédito, permitindo a expansão da agricultura e a incorporação de tecnologias aplicadas ao campo, como por exemplo, “[...] a mecanização, o uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, além da utilização de sementes de alto rendimento [...]” (GUIMARÃES, 2012, p. 28). Referindo-se à região do Baixo Parnaíba Maranhense Brasil (1984) destaca-se que:

O Projeto de Desenvolvimento Rural do Baixo Parnaíba foi implantado em 1976, nos municípios de Araisos, Brejo, Buriti, Coelho Neto, Duque Bacelar, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria e São Bernardo, ocupando uma área de 10.656 km² em que viviam 164.174 habitantes [...]. (FERREIRA, 2008, p. 151).

Aliados a esse projeto na década de 1990:

[...] vários programas e projetos políticos foram desenvolvidos no Maranhão, um deles foi o PRODECER III. Em meio a tantos investimentos, a iniciativa privada continua entoando a tônica da utilização dos investimentos, como na migração dos *gaúchos*⁵⁰ no sentido sul-leste do Estado (GASPAR, 2013). É uma estratégia de direcionamento das políticas públicas para que possa, mesmo sem estrutura e logística adequada para o empreendimento específico, gerar lucratividade e ocupação territorial. A Suzano Papel e Celulose S. A. expressa esta dinâmica, uma vez que nos relatos históricos do leste maranhense, já existiu a compra de terras para fixação territorial (PAULA ANDRADE, 1995) [...]. (COSTA, 2016, p. 62).

A expansão das chamadas “fronteiras agrícolas” no Leste do Maranhão, especialmente em Santa Quitéria do Maranhão, ocorre de maneira intensiva a partir do início da década de 1980, com a expulsão de moradores de terras tidas como “devolutas” e a instalação de empresas como a Suzano Papel e Celulose. Nesse momento a “modernização do campo”, por meio da implantação de monoculturas, atinge de maneira sensível o meio ambiente e a vida dos moradores da zona rural da cidade, desencadeando processos de desterritorialização, perda de áreas para o plantio e a escassez de recursos naturais, especialmente a água, outrora abundante.

Em um contexto de avanço das fazendas de soja e eucalipto na região na década de 1990 ocorre um processo de agudização dos conflitos territoriais, ambientais e sociais

⁵⁰ A categoria êmica “gaúcho” é uma metonímia popularmente utilizada para referir-se aos sujeitos, nem sempre oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, associados ao agronegócio em terras maranhenses Gaspar (2013).

associados ao processo de apropriação das terras e usos da água, sobretudo quando as experiências de comunidades tradicionais, camponeses e ribeirinhos são levadas em conta.

Cada vez mais se passou a reconhecer que o modelo produtivista, próprio do modelo no qual se insere a agricultura moderna, não proporcionou a superação da pobreza das zonas rurais, nem proporcionou a melhoria da qualidade de vida das suas populações. A agricultura moderna também não levou a superação do problema da fome no planeta, apesar de ter havido a ampliação da oferta de alimentos, os problemas relacionados à sua distribuição perduraram e até se agravaram. Apesar da tomada de consciência em relação aos problemas ambientais e sociais gerados pela agricultura moderna, os interesses econômicos prevalecem e o modelo produtivista continua hegemônico. (HESPANHOL, 2008, p. 372-373).

Os reflexos de uma “colonização dirigida” atingiram em cheio as terras maranhenses por meio da ação de grileiros que a serviço de grandes empresas adentraram o território quiteriense e expulsaram pequenos agricultores, quilombolas e ribeirinhos para longe das áreas férteis e das águas que banham o município.

Frente a heterogeneidade das populações que historicamente ocupam o território do Baixo Parnaíba Maranhense e a cidade de Santa Quitéria do Maranhão:

A expansão da monocultura no Baixo Parnaíba Maranhense reflete a tendência hegemônica do modelo agroexportador em âmbito nacional, que avança pela vastidão dos cerrados e reservas de extrativismo em inúmeras regiões e estados do país. No Baixo Parnaíba, esta expansão incide diretamente na desestruturação da cultura de produção e reprodução da agricultura familiar e ameaça varrer do mapa as comunidades rurais e populações tradicionais que há décadas habitam a região, assim como os recursos florestais que fornecem a principal base alimentar e de renda como o babaçu, o pequi, o bacuri, o buriti. Por trás desta investida estão grupos econômicos poderosos, que têm interesse na conversão da vegetação nativa em plantios homogêneos de eucalipto e soja, sendo o primeiro visando à produção de carvão vegetal que alimenta as usinas siderúrgicas no estado e o segundo para exportação. (PROGRAMA TERRITÓRIO LIVRE, 2008, p. 4 *apud* PAIXÃO, 2015, p. 77).

Nessa chave argumentativa, de inspiração marxista, o território parece se encontrar imerso em uma totalidade contraditória perpassada por relações de produção que se atrelam à reprodução das relações de poder historicamente gestadas no Brasil (OLIVEIRA, 2015). Nas palavras de Lefebvre (*apud* RAFESTIN, 1993, p. 144), “[...] território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou, um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcados pelo poder.”

A compreensão da emergência e recorrência de conflitos pela água em terras quiterienses passa, nessa chave analítica, por uma análise que nos permita enxergar que a terra e a água fornecem aos camponeses e populações tradicionais a renda básica para a manutenção de suas famílias, pois:

Essas famílias residem e laboram naquela área há, pelo menos, três gerações, vivendo exclusivamente da agricultura familiar, criação de pequenos animais e extrativismo

vegetal, principalmente do bacuri e do pequi, espécies típicas da região⁵¹. Contudo, com a expansão desenfreada da monocultura de soja e de eucalipto na região, já não se encontram com muita facilidade essas espécies, prejudicando sobremaneira a complementaridade do ciclo produtivo dessas famílias [...]. (SMDH, 2009, não paginado).

Em um contexto marcado por temporalidades diversas, realçadas sob o efeito do agronegócio brasileiro, tem-se, de um lado dos conflitos territoriais do Baixo Parnaíba Maranhense, os camponeses e populações tradicionais que extraem da terra e das águas seu sustento e alimentos e, do outro lado, os donos dos meios de produção, corporificados na figura dos gaúchos e nos campos de soja que compõem há algum tempo a paisagem da região. Despontam-se, nesse cenário, processos contraditórios (conflitos) que revelam os efeitos fracionados do capital, historicamente estimulados pela ação do Estado brasileiro, sobre às comunidades tradicionais e/ou camponesas, o que tem colocado a água e seus caminhos como uma questão central a ser problematizada pela população de Santa Quitéria do Maranhão.

4.2 Soja, eucalipto, terra, água e resistência em Santa Quitéria do Maranhão

No início da década de 1980, conforme as narrativas de nossos interlocutores, as primeiras empresas eucaliptoras foram instaladas na zona urbana do município, na atual sede, promovendo testes e preparando mudas que, quando prontas, iriam ser plantadas nas chapadas da região. Segundo o senhor Joca, o cercamento das chapadas aconteceu muito rápido: “[...] eu lembro que fui deixar os gados nas copeiras quando cheguei lá já estava tudo cercado. A gente não podia mais colocar nossos animais [...]” (Extraído do diário de campo em 24 de agosto de 2021). Nesse momento “[...] primeiro vieram os japoneses. Eles compraram uma extensa área próxima ao estádio, nas quadras, foram plantados eucalipto. Mas isso não durou muito tempo [...]” e depois chegaram os *gaúchos* com a soja.

Com base nos documentos acessados no Cartório Extrajudicial de Santa Quitéria⁵² do Maranhão identificamos diversas fazendas que em meados dos anos 1980 foram adquiridas pela empresa “OK”. A empresa, que teria participação de capital japonês, adquiriu uma quantidade significativa de glebas ao longo do território quiteriense, permanecendo no imaginário local como os primeiros produtores de soja da região.

⁵¹ Segundo Andrade *et al.* (2012) as comunidades tradicionais retiram seu sustento da coleta de buritizais, pesca em pequenos riachos e rios da região, criação de animais, combinação de diversas atividades e práticas de extrativismo vegetal – coco babaçu, bacuri etc. – além da “[...] coleta de plantas medicinais (tingidor, sucupira, candeia, alecrim, mangaba braba); extração de madeiras (tingidor, sucupira, candeia, folha larga); caça (veado, cutia, paca) e pastagem de animais (capim-agreste) [...]” (ANDRADE *et al.*, 2012, p. 76-77).

⁵² Em anexo o requerimento que permitiu que eu acessasse os dos via Cartório.

Um dos interlocutores aponta que o processo de inserção dos gaúchos em Santa Quitéria ocorreu concomitantemente a sua penetração em toda a região do Baixo Parnaíba Maranhense. “Eles não vieram num ano, foram vindo aos poucos, [...] Na reunião eram apresentados argumentos favoráveis e contra cultivo da soja, os argumentos a favor giravam em torno precisamente a promessa de mão de obra para o povo. [...] Argumento contra e muito verdadeiro: uso do remédio na soja, prejudica a saúde pública e mata todo o animal de caça. [...] Os Gaúchos com grandes projetos de Bancos e Firmas, tinham todo o apoio. (Trecho extraído do diário de campo, em 08 de março de 2021).

A inserção de empresas eucaliptoras na cidade teriam sido encabeçadas, como aponta Gaspar (2013), pelos projetos da MARGUSA conjuntamente com seu braço florestal que à época era a MARFLORA⁵³.

Dando tratamento especial à situação da MARFLORA, Paula Andrade (1995, p. 27) afirma que, por meio dela, a MARGUSA adquiriu enormes quantidades de terras, no total de 74.000 ha entre os municípios de Anapurus, Brejo, Santa Quitéria São Bernardo e Urbano Santos. Porém, de acordo com os laudos do IBAMA, a área acaba ultrapassando terras oficialmente previstas pela MARFLORA para serem manejadas em um período de dez anos. (GASPAR, 2013, p. 80).

Em conversa informal com um funcionário que fiscaliza as fazendas de eucalipto instaladas em Santa Quitéria do Maranhão e demais municípios da região, o mesmo corrobora a narrativa de que a MARGUSA teria chegado em terras quiterienses na década de 1980, fazendo desde então extensas retiradas de mata nativa para a produção de carvão.

[..] Moça, a MARGUSA fazia tudo isso virar carvão, toda essa mata que você vê hoje, recuperada, já foi usada pela MARGUSA, hoje as coisas estão diferente, a SUZANO tem a consciência ambiental e só produz dentro dos limites legais, mas já o pessoal que alega serem os donos da terra, eles sim, eles muitas vezes tem usado de artimanhas para poderem ter direito nesse território da empresa. (Trecho extraído do diário de campo, 05 de outubro de 2021).

Para o fiscal das terras da SUZANO, os grandes culpados por “toda essa situação” seriam os posseiros, que se utilizaram das fragilidades e “brechas” do ITERMA para conseguir a posse de terras que não lhes pertenciam.

⁵³ De acordo com Botelho, Almeida e Ferreira (2012) a MARFLORA – Maranhão Reflorestadora Ltda era um braço florestal da Siderúrgica MARGUSA. Segundo Paula Andrade (1995, p. 27), “A Margusa instituiu a Marflora nas categorias “especializada, extratora de lenha e produtora de carvão vegetal. Foi instituída, portanto, como empresa prestadora de serviços à MARGUSA.”

Figura 15 – Mata de Eucalipto em Santa Quitéria do Maranhão



Fonte: EcoDebate (2013).

Andrade (1995) e Andrade *et al.* (2012) apontam que as empresas Margusa e Marflora cometeram nos anos 1990 diversas irregularidades na aquisição de terras na região do Baixo Parnaíba. Para Gaspar (2013, p. 80):

Os projetos de manejo florestal sustentado, na prática, acabavam servindo de fachada para o açambarcamento de grandes extensões de terrenos do Leste Maranhense, marcando nessa região um processo de grilagem das chapadas com a presença maciça dos chamados latifúndios de exploração e intenso desmatamento e destruição de recursos nativos. Através de levantamentos feitos em cartórios da região dos municípios de Brejo, Anapuras e Santa Quitéria, Shiraishi Neto (1995) mostra que, à época, o processo ilegítimo de aquisição de terras era fato corriqueiro e em muitos casos ocorria com o aval de funcionários públicos.

Nesse arranjo de fraudes cartoriais⁵⁴ e açambarcamento de terras regularmente:

[...] ocorreram quatro problemas no processo de aquisição de terras: (1) situações nas quais as terras foram vendidas com a presença de moradores, (2) imóveis rurais definidos de forma imprecisa, (3) imóveis rurais com matrículas diferentes no mesmo livro de registro geral, (4) registro de áreas de posse sem cadeia dominial comprovada [...]. (GASPAR, 2013, p. 69).

⁵⁴ As medidas adotadas pela MARGUSA, por meio da MARFLORA, consistiram em registro irregular de terras através de dispositivos, como da posse justa, que permitiam a confecção de Certidões de Escrituras Públicas de compra e venda e de Escrituras de Direito de Posse em Cartórios de Registros de Imóveis, como na Comarca de Brejo (SHIRAISH NETO, 1995).

A modernização do campo encontra-se imersa em uma lógica de reprodução do capital que expropria o trabalho⁵⁵ e os modos de subsistência dos pequenos camponeses, arrendatários, posseiros e pescadores, atrelando a ideia de desenvolvimento a um processo de concentração de terras, consumo desenfreado das águas e cercamento dos campos. Os limites associados às terras de “uso comum” alteram-se sensivelmente com a implantação da soja e do eucalipto em Santa Quitéria, pois:

A silvicultura no Baixo Parnaíba significa a degradação dos distintos ambientes (chapadas, matos, baixos, carrascos, corpos hídricos), repercutindo diretamente sobre o modo de vida que é caracterizado pela articulação sistemática e estratégica de diversas atividades econômicas (agricultura, extrativismo, pequena criação de animais, pesca, artesanato) e pela lógica jurídica de articulação entre uso comum e apropriação familiar dos recursos naturais. A destruição desses recursos implica em atingir no âmago a reprodução social desses grupos. (BOTELHO; ALENCAR, 2019, p. 560).

Essas mudanças nos modos de vida dos quiterienses foram experimentadas por nossos interlocutores de diversas maneiras, tal como os limites impostos ao gado que “vivía livre nas chapadas” e era reconhecido apenas por meio do registro de ferro⁵⁶ de seus proprietários. Em um contexto de ausência de cercas os criadores de gado de Santa Quitéria soltavam, sem grandes preocupações, seus animais nas “chapadas livres” do Baixo Parnaíba, recolhendo-os no momento programado para a venda, troca e/ou abate. Como aponta seu João Francisco:

Nossas diversões se misturavam tudo no trabalho, no campo, no meio dos matos. Eu trabalhava em roças, no campo, nos interiores de Santa Quitéria, mas dinheiro mesmo eu não via. Os trabalhos com o campo só davam o “nosso de comer”. A população quase toda que eu conheci aqui era camponesa, nós vivíamos da roça, e dos plantios nas lagoas e nos rios. Tínhamos momentos de alegria nas colheitas, mas logo sabíamos que iríamos voltar a trabalhar no pesado de novo. Na época antiga, nosso povo era mais unido, todos vivíamos na humildade, das festinhas, tudo que você imaginar de alimentação vinha daqui e da zona rural. (Trecho extraído do diário de campo, 05 de setembro de 2021).

A fala dos interlocutores da pesquisa sobre a vida camponesa em Santa Quitéria conectam-se dinamicamente às experiências da monocultura agroexportadora que permeiam a paisagem da região, dando-nos sinais das alterações pelas quais passaram as práticas extrativistas das populações tradicionais da zona rural da cidade.

No contexto da exploração extrativista, esta é uma atividade praticada em todo o Território, porém incipiente. A extração do coco babaçu é uma das atividades exercidas nesse setor, que adquire maior importância social, estando associada ao trabalho familiar e à economia de subsistência. Segundo dados da GEPLAN, a

⁵⁵ Inspirados na concepção marxiana entendemos o trabalho como um elemento fundante do homem enquanto ser social.

⁵⁶ Marcação feita à ferro nos animais contendo as iniciais dos proprietários.

produção da amêndoa do babaçu no Território, em 1998, foi de 5.249 toneladas, sendo os municípios de Chapadinha e Santa Quitéria, detentores das maiores produções, 3.810 ton e 580 ton, respectivamente. Além do babaçu há a presença de frutas como bacuri, piqui, murici, mangaba e de palmeiras como babaçu, carnaúba, juçara, buriti e tucum favorecem o incremento à renda familiar por meio da exploração econômica e sustentável de tais espécies. (GASPAR, 2013, p. 27).

A dissolução da propriedade comunal, sob a ótica dos nossos interlocutores, acarretou inúmeros efeitos na constituição da vida camponesa local, chegando à situação limite da expulsão de famílias inteiras em muitos dos casos que nos foram relatados. Sem o “registro dos imóveis” fornecidos pelos cartórios locais, a silvicultura e as fazendas de reflorestamento avançam sob as terras comunais (BOTELHO; ALENCAR, 2019), distanciando esses espaços das práticas tradicionais e do cotidiano dos moradores das áreas que envolvem o Baixo Parnaíba Maranhense. Os novos contornos estabelecidos pelo curso do agronegócio e das novas “fronteiras agrícolas” afetam não apenas processos econômicos, mas também identitários e existenciais.

Como nos recorda Marx (2017, p. 573) ao referir-se às dinâmicas produtivas que envolvem a terra:

É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são niveladas às da cidade [...]. O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. [...] Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais.

Para o clássico da Sociologia, o capitalismo promove a ruptura entre o trabalhador e seu meio de produção, a terra, desencadeando diversos problemas relativos à exploração e às experiências subjetivas do homem. Nessa chave analítica, o modo de produção capitalista cria as forças produtivas que cada vez mais se contrastam com os agentes do campo, permitindo a ocorrência de relações de contradição entre os sujeitos envolvidos no atual ciclo do capital.

Dialogando com a perspectiva elaborada por Marx (2017), Costa (2016, p. 58-59) esboça os entraves do desenvolvimento sobre o Cerrado do Leste Maranhense, ao considerar que:

O quadro maranhense apresentado sobre a agricultura, com foco no leste do Estado, possibilita subsídios para a compreensão dos conflitos territoriais em curso, a partir das dimensões metabólicas e do trabalho, como cerne dos embates postos entre posseiros e quilombolas em direção à Suzano Papel e Celulose S. A. O uso da natureza na complementaridade do gênero de vida, mediado pelo trabalho é diametralmente diferente da racionalidade, da interpretação e da apreensão dos gêneros de vida para

as Empresas que se instalaram historicamente naquele local. A fragilidade contida na posse da terra é estratégia de ocupação territorial destas Empresas, uma vez que, como visto, a ocupação por parte das populações tradicionais e históricas se deu segundo o modelo colonial exportador da agricultura desenvolvida no Maranhão pelos colonos. Sobre a disputa pela posse de terras no Estado, essa sempre foi reivindicação daqueles que chegaram, deflagrando conflitos que há três séculos acompanham a estrutura fundiária do Estado. O desdobramento de tal embate é desenvolvido adiante, como forma de exercício da compreensão sobre a qual Estado do Maranhão estamos nos referindo em meio ao ordenamento territorial do capital em curso.

Identificando as complexidades e efeitos do agronegócio em Santa Quitéria⁵⁷, os problemas ambientais desencadeados pela instauração da monocultura da soja e do eucalipto no município, sobretudo aqueles que envolvem o acesso a água, ganham sentido e profundidade. Em um contexto de avanço das monoculturas a forma e função do espaço alteraram-se profundamente por meio de um feixe de relações contraditórias que envolvem o direito à terra, à água e à vida.

Frente a esse cenário de desolação e rearranjo das forças produtivas Carneiro (2013) aponta que após 1985 diversos movimentos sociais passaram a se organizar e criar ações defensivas frente os efeitos devastadores do agronegócio. Motivados pelos movimentos políticos que ganhavam forma nos demais municípios da microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense, Santa Quitéria do Maranhão, por meio das comunidades campesinas, tem se mobilizado frente às questões que envolvem o meio ambiente e suas condições de vida, criando as condições de possibilidade para a emergência de uma rede de atores que buscam preservar a água para as futuras gerações.

Mobilizando-se, inicialmente, por meio de discursos ocultos (SCOTT, 2002) os movimentos de resistência ao agronegócio ocorriam em locais fechados ao grande público. Gestando-se no cotidiano e relações informais de maneira processual os discursos das comunidades campesinas tornavam-se posteriormente públicos, reverberando mobilizações, reivindicações e a paralisação dos trabalhos das empresas envolvidas nesse arranjo produtivo.

⁵⁷ Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidades-de-santa-quiteria-do-maranhao-no-baixo-parnaiba-lutam-contra-monocultivo-e-aguardam-regularizacao-fundiaria-das-terras/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

Figura 16 – Imagem dos caminhos atravessados pelo plantio de soja no Baixo Parnaíba.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020)

Em Santa Quitéria do Maranhão a comunidade quilombola da Cana Brava e o povoado Coceiras⁵⁸, onde residem 300 famílias, tem se mobilizado e gerado importantes vitórias, já que:

⁵⁸ Área do município onde foram implantados vários engenhos no século XIX, período em que Santa Quitéria ocupava um importante papel na produção de açúcar em terras maranhenses.

Lá, a resistência contra o avanço do eucalipto da Suzano começou a crescer em meados de 2009 a partir do Polo Coceira, uma microrregião com sete comunidades tradicionais de pequenos agricultores e extrativistas. Apesar das famílias do Polo Coceira não possuírem títulos de propriedade, existiam procedimentos administrativos no Instituto de Colonização e Terras no Estado do Maranhão (ITERMA) a fim de que a área fosse arrecadada e repassada às comunidades, além de um parecer do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (Ibama) relatando o impacto ambiental previsto no empreendimento de monocultura da empresa Suzano. (MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010, não paginado).

Segundo a postagem publicada pelo jornalista Mayron Regis na página *Territórios livres do Baixo Parnaíba*, desde o ano de 2006 os povoados têm se articulado organicamente, o que tem permitido a maturação da resistência camponesa em Santa Quitéria (TERRITÓRIOS LIVRES DO BAIXO PARNAÍBA, 2013). No ano de 2013, após longas reivindicações dos camponeses, a Câmara Municipal de Santa Quitéria do Maranhão aprovou uma lei municipal que proíbe o avanço das monoculturas pelas terras do município, o que sinalizou importantes passos rumo aos desdobramentos da luta camponesa.

Inspirado em uma premissa marxiana, Ianni (2004, p. 6) acentua que a luta camponesa é fundamental para as causas frente à exploração capitalista na terra, pois:

A luta do campesinato constitui um obstáculo ao desenvolvimento da ordem burguesa. Ao lutar pela terra e pela posse da terra e pelo uso da terra e o produto do seu trabalho a seu modo, ele está se pondo como um obstáculo à ordem burguesa. E, nesse sentido, eu diria que essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária, por duas razões: por um lado, o camponês resiste à proletarianização no campo e na cidade e isto é contrário ao funcionamento do mercado da força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro lado, a luta pela terra impede ou dificulta a monopolização da terra pelo capital, a sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura.

A resistência camponesa realça aspectos fundamentais das contradições ocorridas na sociedade capitalista na medida em que destaca a diferença diametralmente oposta entre os detentores dos meios de produção e o homem do campo (sem meios de produção). Desprovidos dos meios de produção, os agentes do campo desenvolvem historicamente hábitos, crenças e laços de pertencimento com a terra e suas águas qualitativamente diferentes de outros sujeitos sociais nos permitindo vislumbrar os sentidos das:

[...] ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos sindicais e conflitos em áreas de garimpo [...]. (CPT, 2020, p. 14).

No intuito de compreender os principais conflitos que envolvem os povoados de Santa Quitéria do Maranhão, alguns dos principais problemas enfrentados pela população local ganharam destaque durante as últimas páginas. Em meio a um cenário que busca aplicar a “racionalidade” e as novas tecnologias ao campo, a terra e as relações de trabalho, as condições sociais de existência das populações de uma antiga cidade-beira veem-se ameaçadas, revelando o complexo lugar que a água ocupa em nossos arranjos sociais ao longo do tempo.

Nesse contexto de expansão do capital e ameaças reais a reprodução das comunidades tradicionais que dependem da terra e da água para sua existência a resistência popular emerge como um ato de sobrevivência e uma forma socialmente dinâmica de compartilhar memórias. Desse modo, a resistência é, acima de tudo, expressão de trabalho coletivo, gestada ao longo de anos, ao passo que “[...] a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação provocando o sentido da territorialidade que de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas.” (ANDRADE, 1995, p. 20).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevendo nossas linhas finais destacamos que a presente pesquisa percorreu as narrativas e memórias dos moradores da “velha” Santa Quitéria do Maranhão, as quais se associam diretamente as construções sociais e simbólicas que envolvem as águas do Rio Parnaíba no cotidiano quiteriense. Os escritos e argumentos trabalhados na presente dissertação são frutos do processo de narrativa, escuta e reflexão sobre/nas pequenas cidades brasileiras (BACELAR, 2008; ENDLICH, 2006; LACERDA, 2016), procedimentos que nos permitiram explorar as transformações dos municípios e dinâmicas sociais a partir de fenômenos que historicamente dão forma as relações e memórias desses espaços.

Em notas conclusivas a pesquisa se insere em uma tradição sociológica de estudos sobre cidades e suas transformações, trazendo para o palco das reflexões científicas a dinamicidade das conexões que se estabelecem entre o homem e as águas que o cercam em terras maranhenses. A expansão das chamadas “fronteiras agrícolas” associada à construção de uma série de equipamentos de infraestrutura no estado desde a década de 1970 estimulou a emergência de uma lógica onde o presente e o futuro, almejado através de políticas de desenvolvimento para essas regiões, parece nos apressar rumo um caminho onde só ele importa. Frente uma série de fenômenos de mudanças e permanências que incidem diretamente sobre a dinâmica das cidades, os pequenos municípios do Nordeste brasileiro experimentaram ciclicamente promessas que envolvem o “desenvolvimento”, arrastando na década de 1970 a população de Santa Quitéria para “longe do rio” ao passo em que hoje ameaça as populações tradicionais locais com a falta desse recurso essencial à suas vidas e modos de existência.

Nessa perspectiva, ao longo da dissertação destacamos o papel central da água no processo de tessitura do território maranhense, na medida em que os rios, especialmente o Parnaíba, potencializaram a expansão do povoamento por essas terras e estimularam uma série de experiência e práticas que constituem de maneira sensível a memória coletiva dessas *cidades-beira*. O rio, para além de ser a rota líquida que tornou possível e necessária a cidade de Santa Quitéria, foi o mesmo que reconfigurou a dinâmica da vida urbana dos quiterienses nos idos dos anos 1970, conectando os “mundos sociais” de nossos interlocutores que giravam em torno do rio às rotas do asfalto que surgem com os grandes projetos de desenvolvimento que englobam o município.

As narrativas como forma de elaboração da experiência vivida apontam sempre para uma relação dialógica (CUNHA, 2004, p. 286), nos permitindo observar as experiências das *águas* como marcos essenciais de um quadro de memórias coletivas que as conectam com

a fundação do município, sua transposição e, hoje, sua existência. Entre as *águas férteis* que ajudaram a fundar o município, as *águas das enchentes* que tornaram necessária a transposição da municipalidade e moradores e as *águas ameaçadas* pelo agronegócio forja-se o imaginário coletivo e simbólico da população local, revelando o lugar complexo e dinâmico da natureza em nossas configurações sociais.

Em minha pesquisa a cidade revela-se por meio de suas mudanças e da dualidade característica das contradições que envolvem as classes que se realçam sob o signo do trabalho. Desse modo, seguindo a via das relações econômicas, Weber (2009) demonstra que a cidade se insere dentro de um arranjo de elementos que fundamentam a sociedade moderna, apontando o comércio e sua circulação como elementos propulsores das engrenagens lógico-rationais acionadas pelo Estado. Uma sociabilidade citadina renovada estimula à beira do rio, à beira da estrada ou sob o signo da ameaça a tessitura de laços e de adaptações subjetivas e comportamentais dos indivíduos (SIMMEL, 1999), tonando necessários novas maneiras de imaginar nossas relações com a água e as cidades. Frente essas múltiplas maneiras de apreciar as conexões das águas com a cidade, seus sujeitos e dinâmicas, faz-se necessário identificar a constelação de fatores que estruturam e dão forma a cidade, agindo de maneira decisiva na conformação de seus traços econômicas, culturais e sociais.

O trabalho dissertativo permitiu que fossem analisadas as diversas formas e funções que interagem e organizam o *tecido* urbano de uma cidade pequena. Desse modo, nesta investigação foi possível constatar que as inflexões que envolvem as experiências dos moradores como um profícuo campo para pensar as dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais que incidem sobre tais perfis urbanos brasileiros. Longe dos grandes centros, as cidades pequenas brasileiras vão se desenhando, cada uma a sua maneira, múltiplos modos de viver o urbano podendo, inclusive, vivenciar formas e funções que respondam aos anseios do estado brasileiro.

Após as discussões empreendidas nesta pesquisa, com vistas a compreender, do ponto de vista sociológico, as dinâmicas dos processos de transformação das pequenas cidades maranhenses e os discursos de “modernização” que envolvem essas mudanças a partir das experiências dos moradores da primeira sede do município de Santa Quitéria do Maranhão, constatamos que o objetivo geral foi alcançado, ao passo em que reconhecemos que há uma teia complexa onde estão imbricadas tanto os aspectos que permeiam o desenvolvimento socioespacial quanto as relações de trabalho, as condições sociais de existência das populações de uma antiga cidade-beira, que por sua vez revelam o complexo lugar que a água implica nos arranjos sociais no decorrer da história daquele lugar.

Como mestra em Sociologia, sinto-me diante da inquietude de estranhar e revisitar meu lugar enquanto moradora de uma pequena cidade, desse modo, distanciada das águas que motivaram a minha busca reflexiva, posiciono-me diante da empreitada de, agora, sempre que necessário, ser observadora de uma realidade dinâmica e que revela uma oportunidade de me aventurar na busca sociológica.

Para tanto, como perspectiva de continuidade desta investiga-se, volto meu olhar para as implicações perante a expansão do capital e como esta ameaça a manutenção da reprodução das comunidades tradicionais, as quais dependem da terra e da água para sua existência a resistência popular. Diante disso, inquieta-me dinâmica de compartilhamento das memórias dos sujeitos cujas trajetórias se mostram como um ato de sobrevivência, sobretudo socialmente. Sendo assim, faz-se necessária realização de pesquisas que se dediquem a analisar, na ótica da Sociologia, como as memórias são preservadas e evocadas pela população de Santa Quitéria no Maranhão, na perspectiva de se analisar como essas subjetividades ancoram a formação do referido território, a consciência das pessoas que nele habitam.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p. (Biblioteca básica brasileira).
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série**, Porto, v. 14, p. 77-97, 1998.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ANDRADE, Manoel Correia de. **Paisagens e Problemas do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- ANDRADE, Maristela de Paula *et al.* **Conflitos socioambientais no leste maranhense: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, 2012. (Relatório de Pesquisa).
- ANDRADE, Maristela de Paula. Mudanças de eucalipto no Cemitério dos Anjinhos: conflitos entre posseiros e empresas do Grupo Industrial João Santos no Leste Maranhense. In: ANDRADE, Maristela de Paula. (coord.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT; Belém: Coordenação do Seminário Consulta Carajás, 1995. p. 79-105.
- ASSUNÇÃO, Matias, R. Transferência de vilas no Maranhão Oriental. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 5, n. 2, p. 145- 159, jul./dez. 1989.
- BACELAR, Wiston, Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sociopolíticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara, MG**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- BARBOSA, Z. M. O Global e o Regional: A experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau**, p. 113-128, outono de 2013.
- BEZERRA, Carmen Lúcia Tomás. **Memórias de professores preceptores em Juazeiro do Norte-CE (1930/1940)**. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.
- BLANC, Manuela. Os famosos todos nós: uma proposta de análise da experiência cidadina no pequeno-urbano. **Dilemas**, v. 10, n. 1, 2017.
- BLANC, Manuela. Para além das suas fronteiras: pessoalidade, conduta pública e trajetórias pequeno urbanas. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 45, 2017.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOTELHO, Adeilson C. **Resistência camponesa entre chapadas, carrascos e mato no Baixo Parnaíba, Maranhão**. 2017. 158 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2017.

BOTELHO, Adielson Correia; ALMEIDA, Juscinaldo Goes; FERREIRA, Maria da Glória Rocha. O avanço dos “Eucaliptais”: análise dos impactos socioambientais em territórios camponeses no leste maranhense. **Revista Percorso – Nemo**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 79-94, 2012.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política e sociedade**, v. 4, n. 6, 2005.

BRAGA, JANETE, MENEZES. **Coreaú, uma pequena cidade no Brasil**: transferências intergovernamentais para a produção do espaço urbano. 2018. 185 f. Dissertação (Dissertação de mestrado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno da Região Hidrográfica do Parnaíba**. Brasília, DF: MMA, 2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento**: volume III – Regiões de Referência. Brasília, DF: MP, 2008. 146 p.

BURNETT, Carlos Frederico Lago *et al.* (org.). **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão**: o executivo municipal e o controle do solo urbano. São Luís: EDUEMA, 2016. 288 p.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: Edições SECMA, 1992.

CANIELLO, M. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma cidade pequena. **Mana: Estudo de Antropologia Social**, v. 9, n. 1, p. 31-56, 2003.

CARDOSO, Manoel Frazão. **O Maranhão por dentro**. São Luís: Lithograf, 2001.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder**: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

CARREIRA, Antônio. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII)**. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; INL, 1988. (2 volumes).

CARVALHO, João Renôr F. de. **Resistência Indígena no Piauí Colonial**. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

CASTRO-GOMES, Angela Maria de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: ANPUH. XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25., 2009. **Anais** [...] Fortaleza, UFC: 2009. p.1-8.

CODEVASF. **Plano Nascente Parnaíba**: Plano de preservação e recuperação de nascentes da bacia do rio Parnaíba. Brasília, DF: Editora IABS, 2016. 174 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

CORREIA, José Rossini Campos do Couto. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. Pref. de Bonifácio Andrade. São Luís: Engenho, 2017. 620 p.

COSTA, Milene Ribas da. **O Estado e a SUDENE**: trajetória do planejamento regional no Brasil. 2016. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2016.

COSTA, Saulo Barros da. **Chapadas e lutas**: resistência camponesa no Baixo Parnaíba Maranhense na rota do agronegócio silvicultor – conflitos territoriais e “usos” da natureza. 2016. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

COSTA, Tiago B. A. **Modelagem da Vulnerabilidade de Sistemas Ambientais no Município de Guadalupe/PI**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação e pesquisa em Geografia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

CUNHA, Neiva Vieira da. **Viagem, experiência e memória**: narrativas de profissionais da saúde pública dos anos 30. Baruaru, SP: Edusc, 2004. 330 p.

CUNHA, Neiva Vieira da. Viagem, experiência e memória: narrativas de profissionais da saúde pública dos anos 30. Baruaru, São Paulo: Edusc, 2004. 330 p.

CUNHA, Roberto César. Ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão. **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, v. 8, n. 1, p. 133-152, 2015.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina**: cidade, campo e turismo. San Pablo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização**: apontamentos bibliográficos. São Paulo: CLACSO, 2006.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História Oral**, v. 6, n. 6, p. 9-25, 2003.

DUSSEL, E. **O encobrimento do Outro**: a origem do mito da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ELIAS, 1991 - ELIAS, Norbert. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Bauru, SP, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST: movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. **Revista NERA**, n. 1, v. 1, 2004.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **Políticas Territoriais e a Reorganização do Espaço Maranhense**. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr F. de. **Francisco de Paula Ribeiro**: desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do Sul do Maranhão. Imperatriz: Ática, 2009.

FRESCA, Tania Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná: *In*: ENDLICH, M. T.; ROCHA, M. M. (org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. p. 41-68.

GANDARA, G. S. **Rio Parnaíba... Cidades-Beira**. 2008. 397 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos**: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, 2010.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Eldorado dos gaúchos**: deslocamentos de agricultores do sul do país e seu estabelecimento no leste maranhense. São Luís: EDUFMA; FAPEMA, 2013.

GUIMARÃES, Alanildo Gomes. **Dinâmica Agrícola da Soja no Cerrado da microrregião de Chapadinha-MA**: sua inserção no município de Anapurus. São Luís: [s.n.], 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HESPANHOL, Ivanildo. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 63, p. 131-158, 2008.

IANNI, O. Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 6-20, 2004.

IBGE. Divisão de Geociências da Bahia. **Zoneamento Geoambiental do Estado do Maranhão**. Salvador: [s.n.], 1997.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros volume XV de 1959: Maranhão e Piauí**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUTO GEOLÓGICO DE SÃO PAULO. **Desastres naturais**: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. 197 p. Disponível em: http://www.sidec.sp.gov.br/defesacivil/media/OSDownloads/1438375861_DesastresNaturais.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Perfil do Maranhão 2006/2007**. São Luís: IMESC, 2008. p. 1-197.

IPHAN. **Cidades históricas**: inventário e pesquisa: São Luís. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

KOURY, M. G. P.; BARBOSA, R. B. (2020). Fofocas e rumores no cotidiano do pequeno urbano: a construção e a apresentação do self nas sociabilidades urbanas de pequena escala. **Latitude**, v. 14, n. 2, 56-81, p. 2020.

LACERDA, P. A pesquisa em cidades pequenas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 1, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Carlos Humberto S. **Documentário sobre Santa Quitéria do Maranhão**. [Santa Quitéria, MA: s.n., s/d].

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

MACATRÃO, R. P. **Casarões do Brejo e outros pontos**. São Luís: Lithograf, 2009.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (org.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAIA, Doralice. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

MANHÃES, Luis Carlos Siqueira. **Educação e lutas sociais na Colonização Dirigida**: o Alto Turi maranhense 1962-1984. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. **MA – Comunidades de Santa Quitéria do Maranhão, no Baixo Parnaíba, lutam contra monocultivo e aguardam regularização fundiária das terras.** [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidades-de-santa-quiteria-do-maranhao-no-baixo-parnaiba-lutam-contr-monocultivo-e-aguardam-regularizacao-fundiaria-das-terras/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Antologia).

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: SUDEMA, 1970.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geographico da Província do Maranhão**. São Luís: Typ. do Frias, 1870.

MARQUES, Cesar Augusto. **Dicionário Histórico: geográfico da Província do Maranhão**. São Luís: SUDEMA, 1970.

MARX, Karl. **O Capital**: livro I. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX; ENGELS, 2005 - MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A dinâmica da agricultura maranhense no período 1970 a 1995**. Natal: [s.n.], 1998.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 261 - 297.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEN, R. G. A cidade como categoria sociológica. In: OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. p. 7-23.

OLIVERA, Danniel Madsson Vieira. **Das varedas das encostas aos variantes da firma no Baixo Parnaíba Maranhense**: as (re) organizações territoriais como forma de manutenção camponesa diante da ação de uma grande empresa – Suzano celulose. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PAIXÃO, Raimundo Maurício matos. **Terra**: da sinergia da luta individual para a coletiva, refletindo a partir do quilombo de cana brava. 2015. 126 f. Dissertação de (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) Programa de Pós-Graduação em Cartografia

Social e Política da Amazônia, Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2015.

PARK, R. Um roteiro de investigação sobre a cidade. In: VELHO, G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VALLADARES, L. P. **A sociologia urbana de Robert E. Park**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PRADO, M. Roseana. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia da Imagem**, Rio de Janeiro, p. 31-56, 1995.

PROCESSO DE USUCAPIÃO, nº 246-73.2006.8.10.0117. [S.l.: s.n.], 2006.

RAMMSTEDT, O; DAHME, H. J. A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexões sobre a construção de teorias em Émile Durkheim, Ferdinand Tönnies, Max Weber e, especialmente, Georg Simmel. In: SOUZA, J; OELZE, B (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São. Paulo, SP: Ática, 1993.

REGO, J. M. A. N. **Dos serões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)**. 2010. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. o que deu tão errado?** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Economia, Brasília, 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2012.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v. 22, n. 1, p. 10-31, 2002.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Grilagem de terras no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição? relatórios de pesquisa**. São Luís: CPT, 1995. p. 67-77.

SILVA, F. C. **Matriz São Bernardo: de capela a santuário**. Fortaleza: Impreco, 2017.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do Espírito. **MANA**, v. 11, n. 2, 2005.

SIMMEL, Georg. **Imágenes momentâneas: sub specie aeternitatis**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

SIMMEL, Georg. **Philosophie de l'argent**. Tradução de Sabine Corneille e Philippe Ivernel. Paris: Quadrige, PUF, 1999.

SMDH. Secretaria Maranhense de Direitos Humanos. Contestação no Processo n. 1912009 (191-20.2009.8.10.0117). In: MARANHÃO. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Cível. Reintegração de Posse. **Processo n. 1912009 (191-20.2009.8.10.0117) da Comarca de Santa Quitéria/MA**. Requerente: Suzano Papel e Celulose S.A. Requerido: Francisca e Sebastião. São Luís, 2009.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade. In: SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de (org.). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal, RN: Editora da UFRN, 2009.

SOUSA, Ronilson Oliveira de. **O tempo do pega: lugares e memórias do ensino da balaiada no Ensino de História de São Bernardo - MA**. 2020, 204 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020.

TEODORO, Peres. **Saudosos Caminhos: crônicas, Contos e Ensaios**. São Luís, EDUFPI. 2013.

TERRITÓRIOS LIVRES DO BAIXO PARNAÍBA. **Secretaria de Meio Ambiente suspende autorização de uso de água da Suzano em Santa Quitéria, Maranhão**. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <http://goo.gl/tlArRM>. Acesso em: 20 jun. 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

TUNDISI, José Galizia; TUNDISI, Takako Matsumura. **A água**. São Paulo: Editora Scienza, 2020.

VALVERDE, Orlando. Geografia da pecuária no Brasil. **Finisterra**, v. 2, n. 4, 1967.

VELHO, O. G. Os primórdios. In: VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 11-16.

VIANA, K. S. **A terra prometida ainda é promessa: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas**. 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. [São Luís]: Edição da Associação Comercial do Maranhão, 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/histcomvol1mar>. Acesso em: 30 jun. 2021.

VOGEL, A.; DA SILVA MELLO, M. A. Sistemas construídos e memória social : uma arqueologia urbana?. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 46–50, 1984. DOI:

10.24885/sab.v2i2.42. Disponível em:
<https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/42>. Acesso em: 20 junho. 2022.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva (vol. 1). 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, M. **Economia e sociedade. Vol. 2**: Fundamentos da sociologia. Brasília: Ed. UnB, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO SOBRE MUDANÇA DA SEDE

PERÍODO	FATO
Por volta da década de 60	Criavam-se as primeiras escolas na atual Santa Quitéria.
Por volta da década de 70	Aconteciam os processos de alteração e construção de arrumamentos.
Em 1974	Grande enchente que fez com que muitos moradores construíssem casas na nova Santa Quitéria
Em 1976	A prefeitura passa a funcionar definitivamente na atual sede do município
Em 1984	Grande enchente que motivou a saída de muitos moradores
Por volta de 1990/2000	Chegada do agronegócio

ANEXOS

ANEXO A - JORNAL DO ESTADO DO MARANHÃO

2920

ESTADO DO MARANHÃO

Brejo

Município e comarca. Foi elevada à categoria de município por provisão regia de 29 de Janeiro de 1830; tem progredido extraordinariamente, o seu solo, que é uberríssimo, produz cereas em grande quantidade, algodão, cera de carnaúba, berracha de mangabeira, maniçoba, resina de angico, jatobá e muitas outras; oleos de palma christe; gergelim, palmeira, copahiba, tucun piqui, burity, dendê, jaborandi e canna de assucar, em tanta quantidade que sustenta 39 engenhos de ferro e 30 de madeira. Contém minas de pedras calcareas, crystal de rocha, argila, ferro, etc. Suas matas são compostas de madeiras de lei apropriadas para marcenaria. A criação do gado é importante.

O município abrange, além da cidade que é a sua sede, mais cinco povoações, distinguindo-se entre ellas a florescente Santa Quitéria com 2.000 habitantes, verdadeiro emporio do commercio marginal de Parnahyba.

População: 20.500 habitantes.

BREJO.— Cidade situada a 10 kilometros da margem esquerda do rio Parnahyba. Esta bellissima cidade, antiga aldeia dos bravos selviculas Anapurus, foi elevada a esta categoria por lei provincial n.º 899 de 11 de Julho de 1870, e deu o seu nome ao município e comarca de que é sede. O seu commercio é bastante movimentado e effectua operações avultadas.

E' servida por uma estação telegraphica e possui uma empreza telephonica que a liga á povoação Repartição, ribeirinha de Parnahyba e seu porto de embarque.

Tem optima illuminação a carboreto.

Imprensa:

O *Anapuru*, semanal.
O *Debate*, semanal.

Repartições e serviços federaes**Collectoria federal:**

Collector: Joaquim Marques Macatrão.
Escrivão: Josino Elisio de Amorim Caldas.

Telegrapho:

Encarregado da estação: Dr. João Chrisostomo da Silva Lula.
Estafeta: Francisco Sindó.
Guarda: Marcionilo Carvalho.

Correio:

Agente: Manoel Sindó Francisco Rodrigues, cap.

Justiça federal:

Substitutos do juiz seccional:
1.º José Rodrigues da Silva.
2.º Francisco Antonio Aderaldo.
3.º Antonio José da Costa Bacellar.
Ajudante do procurador da Republica: Francisco Marques Macatrão.

Administração municipal:

Intendente: Zeferino de Azevedo Costa, cap.

Secretario: Heitor Borges Martins, cap.
Sub-intendente: Manoel Gonçalves Machado.

Fiscal: Raymundo Ferreira da Silva.
Thesoureiro: Josino Elysis de Amorim Caldas.

Zelador do mercado publico: Ignacio José de Barros.

Porteiro do mercado: José Enverton Ferreira.

Agentes auxiliares:

Cidade: Antonio Pereira Ibiapina.

Porto da Repartição: Sebastião Lopes da Silva.

Porto dos Milagres: Antonio Mendes da Silva Sobrinho.

Ponte Nova: Severino da Silva Velloso.

Conselho municipal:

Presidente: Paulino Rodrigues de Carvalho, cor.

Vice-presidente: Alvaro Amador dos Santos, cap.

Secretario: Luiz Francisco Braga de Mesquita, cap.

Vereadores:

Alvaro Amador dos Santos.

Antonio d'Almeida Martins Costa.

Domingos Pinto de Aragão.

João Evangelista de Carvalho Sobrinho.

Nelson José de Carvalho.

Paulino Rodrigues de Carvalho, cor.

Raymundo da Costa Fernandes Filho.

Supplentes:

Custodio Francisco da Silva.

Florencio de Souza Lima.

José Francisco Lopes de Souza.

José Furtado da Silva.

Mathias Pereira Leite.

Pedro Baptista dos Santos.

Raymundo Rodrigues Diniz.

Agente fiscal do consumo: Achilles de Martins Ferreira.

Administração judiciaria:

Juiz de Direito: Dr. Henrique José Couto.

Supplentes:

1.º José Antonio Rodrigues, cap.

2.º Antonio de Almeida Lago, cap.

3.º Raymundo Gonçalves de Freitas.

Promotor: Dr. Antonio Bonifacio de Carvalho.

Juiz municipal: Dr. Francisco Firmino de Souza Martins.

Tabellião e escrivão do civil e crime: Plutarcho Martins Ferreira.

Officiaes de justiça:

Bernardo José da Costa.

Crescencio de Souza Marques.

Administração polictal:

Delegado: Sabino Camara, cap.

Supplentes:

1.º Flazio Borges Leite.

2.º Izaías Ignacio Jacarapecanga.

3.º José Cecilio de Lima.

Subdelegados nos districtos:

1.º (Brejo): Julio Semeão de Azevedo Costa.

2.º Raymundo Simões de Souza.

3.º Paulino Rodrigues Diniz.

4.º João Caldas Ferreira.

5.º José Marques.

6.º Carolino José Teixeira.

7.º Xisto Rebello.

8.º Joaquim Rodrigues Diniz.

9.º José Vieira Passos.

10.º Simão Martins Marques.

Instrução publica:**Professores:**

Honorio Martins Ferreira.

Rosendo de Souza Pinheiro.

Adjunto: Valdemiro Campos de Faria.

Professora: D. Almerinda Costa Rodrigues.

Adjunta: D. Roberta Francisca Coelho Soriano.

Collectoria estadual:

Collector: Antonio Manoel de Araujo Lima, cor.

Agente: Alvaro Galvão de Caldas, cap.

Escrivão: Luiz Francisco Braga de Mesquita, cap.

Agente em repartição: Raymundo Simões de Souza.

Religião:

Parochia de N. S. da Conceição:

Vigario: Francisco Lino Aderaldo, padre.

Sacristão: Francisco Antonio Aderaldo.

Irmadade do S. C. de Jesus.

Commercio, industria e profissões**Advogados:**

Dr. Antonio Bonifacio de Carvalho.

Dr. Francisco Firmino de Souza Martins.

João Evangelista de Carvalho Sobrinho.

Maximino Martins Ferreira Sobrinho, ten. cor.

Dr. Raymundo de Araujo Lima Filho. *Fazendas, ferragens, seccos e molhados, etc.*

Antonio Guilherme de Mello.

Braga Araujo & C.ª

Custodio Francisco da Silva.

Domingos Pinto de Aragão.

Dugés & Irmão.

Fernandes Bacellar & C.ª

Flavio Leite & Irmão.

João E. de Carvalho Sobrinho.

João Paulo Rodrigues.

Joaquim Cyrillo de Carvalho.

José Bonifacio de Carvalho.

Nelson José de Carvalho.

R. Fernandes & C.ª

Thomé Galvão de Caldas.

Themistocles Napoleão de Mendonça

Furtado.

Dentistas:

Clemente Marques Macatrão.

Simplicio Rezende.

Medico: Dr. José Pires d'Almeida.**Pharmaceuticos:**

Benedicto Benú da Cunha.

Eliseu José da Rocha.

Paulo de Araujo Lima.

Agricultores e lavradores

Alexandre José do Rego, cap.

Ambrosio Marinho de Araujo.

D. Anna Francisca da Costa.

Antonio Alves Vianna.

Antonio de Goes Caldas.

Antonio Gomes da Silva Magalhães.

Antonio José Vieira.

Bernardo Celestino Porto.

Bernardo Fernandes Porto, maj.

Candido Pinto de Carvalho, ten.

Celestino Fernandes de Souza.

Cordulino de Souza Pinheiro.

Domingos Martins Ferreira, cap.

Francisco Antonio Rodrigues.

Gentil Borges Pimentel, cap.

Izidro Gomes de Carvalho.

João Gonçalves Machado, cap.

João Paulo Rodrigues Bacellar.

Joaquim Marques Macatrão.

Joaquim Rodrigues Diniz, ten. cor.

José Caetano Teixeira.

José de Moraes Rego.

José Martins Ferreira.

José Rodrigues da Silva, cor.

Luiz Ferreira Fontenelles.

Manoel Alexandre Nunes.

Manoel Rodrigues Diniz.

Marcolino Francisco Rodrigues, cor.

Paulino Rodrigues Diniz, cap.

Seraphim de Souza Caldas, maj.

Sabino José Raymundo.

Victorino Rodrigues dos Santos.

Victor Rodrigues Pinheiro.

Yiuvia Alexandre Francisco Rodrigues

Zeferino de Azevedo Costa, cap.

ANEXO B - COMUNICADO DE MUDANÇA DA SEDE ADMINISTRATIVA

ANEXO - Comunicação oficial da Prefeitura de Santa Quitéria do Maranhão


 ESTADO DO MARANHÃO

S. Q. Maranhão

Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão

CIRCULAR Nº 01/78

Sta. Quitéria do Maranhão, 16 de Março de 1.978

Exmo. Sr. DELEGADO DA FUNDAÇÃO I.B.G.M.

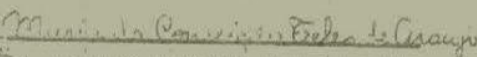
Sta. Quitéria do Maranhão

ASSUNTO: Comunicação (Fuz)

Comunico a V. Excia, que em virtude das inundações do Rio Parnaíba que periodicamente vem assolando totalmente a Sede Municipal localizada a margem do mesmo Rio, causando grandes prejuízos e atrapalhando o seu progresso, resolveu esta Prefeitura Municipal construir em o Planalto, distante 2 quilômetros da Sede, um apartamento, digo magnífico prédio onde já se encontra instalada a Prefeitura Municipal, como sejam: Secretaria de Educação, Câmara Municipal, Junta de Serviço Militar, "INCRA" Serviços de Trânsito, Biblioteca Municipal. Tenho ainda o maior prazer de comunicar que cada um dos órgãos citados, acham-se condignamente instalados, onde aguardam a vossa presença e ordens.

Prevalço-me da oportunidade para apresentar,

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES


 MARIA DA CONCEIÇÃO YLES DE ARAÚJO
 PREFEITA MUNICIPAL

2866 ✓
 03/03/78
 10100100

Exmo. Sr. _____

O.D. _____

Sta. Quitéria do Maranhão

MARANHAO—Segunda-feira, 14 de Março de 1910

Numero 61

INTERIOR .



**ANEXO D - DOCUMENTO QUE ACESSEI NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO
MARANHÃO**

Nº	MUNICÍPIO	LEGISLAÇÃO	DATA	CATEGORIA	NOME ANTIGO	OBSERVAÇÃO
162	Santa Helena	Lei Provincial nº 065 Lei Provincial nº 103	15.06.1838 20.08.1841	Vila Município		
163	Santa Inês	Lei Estadual nº 2.773	19.12.1966	Município/Cidade		
164	Santa Luzia	Lei Estadual nº 1.908	17.12.1959	Município/Cidade		
165	Santa Luzia do Paruá	Lei Estadual nº 4.827	30.11.1987	Município		
166	Santa Quitéria	Lei Estadual nº 622	16.04.1912	Município/Vila	Bacuri	
167	Santa Rita	Lei Estadual nº 2.159	02.12.1961	Município/Cidade		
168	Santana do Maranhão	Lei Estadual nº 6.176	10.11.1994	Município		
169	Santo Amaro do Maranhão	Lei Estadual nº 6.127	10.11.1994	Município		
170	Santo Antonio dos Lopes	Lei Estadual nº 2.179	30.12.1961	Município/Cidade		
171	São Benedito do Rio Preto	Lei Estadual nº 1.206	31.03.1925	Vila	São Benedito	
	"	Lei Estadual nº 156	21.10.1948	Município/Cidade	Cururu	
172	São Bento	Resolução Presidente em Conselho	19.04.1833	Vila	São Bento dos Perizes de Alcântara	
	"	Lei Estadual nº 361	30.03.1905	Cidade		
173	São Bernardo	Alvará	29.01.1820	Vila	São Bernardo do Parnaíba	

ANEXO E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “**DA SANTA QUITÉRIA VELHA A SANTA QUITÉRIA NOVA**”: uma compreensão sociológica do lugar das águas na história de uma pequena cidade maranhense, sob a responsabilidade do professor. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior e da discente Angélica Lima Melo, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a qual pretende compreender as dinâmicas, espaços e sujeitos envolvidos na formação do município de Santa Quitéria do Maranhão.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da coleta de informações prestadas a uma entrevista sobre a cidade de Santa Quitéria.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para a produção científica do Estado do Maranhão e para o debate público sobre as cidades do Parnaíba Maranhense (Água Doce do Maranhão, Araíoses, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão e São Bernardo).

Se depois de consentir em sua participação o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e utilizados na produção dos relatórios parcial e final da pesquisa e eventuais artigos, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo durante e após a pesquisa. Para tanto, os nomes utilizados nas transcrições das entrevistas poderão ser fictícios, caso sua divulgação não seja autorizada pelo (a) entrevistado (a). Caso algum entrevistado (a) o queira, terá posse dos dados originais de sua entrevista.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador e a discente pessoalmente na UFMA, através dos telefones (98) 98826.4312 e (85) 99613.3433 ou por meio dos e-mails: angelica.lmelo@hotmail.com e clodomir.cordeiro@ufma.br

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____
_____, RG _____, CPF _____, concordo em participar da pesquisa **“DA SANTA QUITÉRIA VELHA A SANTA QUITÉRIA NOVA”**: uma compreensão sociológica do lugar das águas na história de uma pequena cidade maranhense. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer prejuízo. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do entrevistado (a)

Data: ____/____/____

Assinatura do entrevistador (a)



ANEXO F – ROTEIRO DE ENTREVISTA



ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERFIL

1. Nome: _____	
2. Idade: _____	
3. Naturalidade: _____	4. Tempo de moradia em Santa Quitéria: _____
5. Local de moradia: _____	6. Gênero: ☐ Masculino ☐ Feminino Outros: _____
7. Estado Civil: ☐ solteiro ☐ casado ☐ união estável ☐ separado/divorciado ☐ viúvo Outro: _____	8. Possui filhos e netos: ☐ Sim ☐ Não Quantos? _____
9. Escolaridade: ☐ Ens. Fundamental Incompleto ☐ Ens. Fundamental Completo ☐ Ens. Médio Incompleto ☐ Ens. Médio Completo ☐ Ens. Superior Incompleto ☐ Ens. Superior Completo ☐ Pós-Graduação Incompleta ☐ Pós-Graduação Completa	10. Renda Familiar ☐ Até 01 salário mínimo ☐ Entre 01 e 02 salários mínimos ☐ Entre 02 e 05 salários mínimos ☐ Entre 05 e 10 salários mínimos ☐ Mais de 10 salários mínimos
11. Profissão: _____	

BLOCO I – FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO

- 01) O senhor conhece a história da ocupação e formação do município de Santa Quitéria? O senhor pode falar um pouco sobre esse processo (situações e pessoas envolvidas)?
- 02) O senhor acredita que o Rio Parnaíba foi importante para o processo de formação do município? O senhor pode falar um pouco sobre de que forma o rio foi importante (para quem; para que atividades; ...)?
- 03) O senhor tem muitas lembranças do Rio Parnaíba? Em sua época de juventude o senhor utilizava ou frequentava o rio? Se sim, o que o senhor costumava fazer no rio?
- 04) Quais as principais atividades que aconteciam no Rio Parnaíba na época em que morava em Santa Quitéria?
- 05) O que o senhor gostava de fazer em Santa Quitéria na sua juventude?

BLOCO II – “SANTA QUITÉRIA VELHA” E MUDANÇAS

- 06) O senhor vivenciou o período de mudança da municipalidade de “Santa Quitéria Velha” para o “Bacuri” na década 1970? Por que o senhor acha que ocorreu essa mudança?
- 07) O que o senhor recorda desse tempo de mudança? Quais as principais diferenças de viver/morar em “Santa Quitéria Velha” e “Bacuri”?
- 08) As cheias eram comuns no Rio Parnaíba? O senhor lembra ou vivenciou os períodos de cheias do rio no município? O senhor pode falar um pouco sobre esses momentos?
- 09) O senhor acha que as cheias estão relacionadas ao deslocamento para o “Bacuri”, atual sede do município de Santa Quitéria?
- 10) O senhor acha que a mudança da sede entre as décadas de 70 e 80 trouxe melhorias ou prejuízos para o município de Santa Quitéria? O senhor pode falar um pouco mais sobre isso?

BLOCO III – SANTA QUITÉRIA NOVA E MUDANÇAS

- 11) Dizem que antes da transferência da sede foi feito um planejamento da cidade. O senhor sabe algo sobre essa “cidade planejada” que se pretendia construir?
- 12) O senhor lembra como eram os acessos e estradas para a “antiga sede”, hoje conhecida como Santa Quitéria Velha? A situação mudou quando a sede foi transferida para o “Bacuri”, que ficava na beira do “asfalto”?
- 13) O senhor acha que as pessoas, carros e mercadorias passaram a circular mais facilmente pela cidade com a transferência para a nova sede? O senhor recorda de alguma mudança significativa nesse momento?
- 14) Como o senhor descreveria Santa Quitéria para alguém que não é do lugar?

**ANEXO G - REQUERIMENTO DE ACESSO A CÓPIA INTEGRAL DO PROCESSO
nº 0000246-73.2006.8.10.0117 – USUCAPIÃO JUDICIAL – FAZENDA ARAÇÁ**

REQUERIMENTO DE ACESSO A CÓPIA INTEGRAL DO PROCESSO nº 0000246-73.2006.8.10.0117 – USUCAPIÃO JUDICIAL – FAZENDA ARAÇÁ

Ao Meritíssimo Juiz de Direito
Cristiano Regis Cesar da Silva

Excelentíssimo Juiz,

Eu, Angélica Lima Melo, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 038566272009-0, CPF nº 059.032.353-95, e-mail: angelica.lmelo@hotmail.com, Telefone celular/Whatsapp: (98) 98826-4312, residente e domiciliada na Avenida 1º de Maio, Centro, Santa Quitéria do Maranhão, na qualidade de Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão/ PPGS – UFMA, Matrícula nº **2020104427**, vem respeitosamente a presença de vossa excelência solicitar cópia do Processo de Usucapião Judicial nº **0000246-73.2006.8.10.0117**. O objetivo da presente solicitação é obter informações sobre o processo histórico de criação e povoação da “DATA Santa Quitéria”, informações essas que serão usadas na Dissertação de Mestrado em andamento, com o título provisório “ENTRE SANTA QUITÉRIA VELHA E SANTA QUITÉRIA NOVA: uma compreensão sociológica do lugar das águas na história de uma pequena cidade maranhense”.

Sendo só para o momento, apresento votos de estima e consideração.

Santa Quitéria do Maranhão, 22 de agosto de 2022

Angélica Lima Melo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS/UFMA

ANEXO H - REQUERIMENTO DE ACESSO AO LIVRO II

Ao Excelentíssimo Tabelião Registrador Interino
Cristiano de Lima Sousa

Excelentíssimo Tabelião,

Eu, Angélica Lima Melo, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 038566272009-0, CPF nº 059.032.353-95, e-mail: angelica.lmelo@hotmail.com, Telefone celular/Whatsapp: (98) 98826-4312, residente e domiciliada na Avenida 1º de Maio, Centro, Santa Quitéria do Maranhão, na qualidade de Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão/ PPGS – UFMA, devidamente matriculada nesta universidade por meio da matrícula nº **2020104427**, vem respeitosamente a presença de vossa excelência solicitar a leitura dos livros de registros de Imóveis que estão na presente Serventia Extrajudicial. O objetivo da presente solicitação é obter informações sobre o processo histórico da cidade de Santa Quitéria do Maranhão, informações essas que serão usadas na Dissertação de Mestrado em andamento, com o título provisório “ENTRE SANTA QUITÉRIA VELHA E SANTA QUITÉRIA NOVA: uma compreensão sociológica do lugar das águas na história de uma pequena cidade maranhense”. Destaco ainda que nenhuma cópia e/ou registro fotográfico serão feitas sem que haja o devido pagamento ao excelentíssimo tabelião registrador.

Sendo só para o momento, apresento votos de estima e consideração.

Santa Quitéria do Maranhão, 22 de agosto de 2022

Angélica Lima Melo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS/UFMA